

O GLOBO

LEILÕES PARA SUPERAR A CRISE

Estados vão conceder de aeroportos a parques e até matadouro ao setor privado

IVAN MARTÍNEZ-VARGAS
ivan.martinezvargas@globo.com.br
SÃO PAULO

Os estados se preparam para acelerar a agenda de privatizações, concessões e parcerias público-privadas (PPPs) em 2021. A lista de carteiras de projetos é longa e inclui concessões de infraestrutura como rodovias e aeroportos, a parques e um matadouro de animais (em Viçosa, Alagoas).

O boom de concessões passa por estados governados por diferentes partidos e situações fiscais diversas. Em comum, buscam gestão mais eficiente e melhor alocação de recursos, o que permite ajustar o caixa dos mais endividados, especialmente em um cenário de cofres mais vazios diante dos gastos com a pandemia.

São Paulo tem o programa mais ambicioso de concessões e PPPs e é considerado por especialistas o mais atraente para grandes grupos. A joia da coroa do governo João Doria (PSDB) no momento é a concessão das linhas 8 e 9 da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) em bloco único. O edital prevê R\$ 3,2 bilhões de investimentos entre 2021 e 2028, e contrato de 30 anos. O certame está programado para março.

Também já foi publicado em dezembro o edital da concessão do Zoológico e do Jardim Botânico de São Paulo, localizados na Zona Sul da capital paulista. O valor do contrato é de R\$ 417,5 milhões e o investimento mínimo previs-

to, de R\$ 263,8 milhões por 30 anos de concessão. A licitação será em fevereiro.

—Vamos publicar em 60 dias os editais de concessão do Ginásio do Ibirapuera, do lote de estradas do Litoral e de 22 aeroportos regionais divididos em dois blocos, com Ribeirão Preto carregando um deles e São José do Rio Preto o outro. Também publicaremos o edital para conceder um conjunto de parques que inclui o Cantareira e o Horto Florestal de São Paulo — diz Rodrigo Garcia, secretário de Governo e vice-governador de São Paulo.

CONCESSÃO DA CEDAE

O projeto de rodovias do litoral prevê 30 anos de contrato e R\$ 3 bilhões em investimentos, incluindo a duplicação de parte das estradas Mogi-Bertioga, Guarujá-Bertioga e Miracatu-Peruíbe. São, ao todo, 222 quilômetros.

Segundo especialistas, o volume de tráfego e a conectividade com outras rodovias concedidas fazem com que o ativo desperte interesse de operadores tradicionais, o que deve garantir competitividade.

—Exigiremos valor de outorga mínima baixo, ganha quem oferecer o ágio maior. O projeto prevê grandes investimentos em duplicações de estradas e uma inovação, que é um trecho de 12 quilômetros em que há adoção do free flow (sistema de pedágio com cobrança automática e sem cancela) — explica Garcia.

Já os aeroportos devem receber R\$ 411 milhões de investimento durante 30 anos de contrato. Cada um dos blocos

é composto por 11 aeródromos. Ainda neste ano, o estado prevê publicar o edital do trem intercity que promete ligar São Paulo a Campinas.

Para o advogado Rodrigo Campos, sócio do escritório Porto Lauand, a oferta de projetos é grande, mas há demanda no setor privado, desde que haja uma modelagem técnica bem feita. Segundo ele, é cada vez mais comum a formação de consórcios menores e regionais interessados em ativos de pequeno e médio portes, e que não competem nas licitações de grandes projetos. Os menores tendem a ser viabilizados não como concessões plenas, em que o privado investe e opera o ativo, mas com PPPs em que o estado financia parte da operação, conduzida pela iniciativa privada.

Além dos leilões de rodovias, aeroportos, ferrovias e metrô, Campos destaca o interesse de investidores em saneamento e parques.

No Rio, que está no Regime de Recuperação Fiscal (RRF), o maior projeto é a concessão da Cedae, cujo leilão está marcado para 30 de abril. Serão oferecidas as concessões para exploração dos serviços pelo período de 35 anos, em 35 municípios do estado, que serão divididos em quatro blocos.

No projeto, elaborado pelo BNDES, foram listadas inicialmente 47 cidades, mas nem todas aderiram ao processo, que prevê investimentos de R\$ 31 bilhões.

No Rio Grande do Sul, que passa por dificuldades fiscais e precisa de caixa, o programa está em estágio avançado. O

AGENDA DE CONCESSÕES

Apesar de recrudescimento da pandemia, estados têm lista ampla de projetos de privatização

SITUAÇÃO DOS PROJETOS ESTADUAIS

Intenção pública arunciada

24

Modelagem iniciada

75

Modelagem encerrada

43

Consulta pública aberta

1

Consulta pública encerrada

14

Licitação iniciada

20

Licitação encerrada

11

Contrato iniciado

98

Paralisado

231

Cancelado

114

Fonte: Radar PPP e Estados



PROJETOS

- 1 AL Concessão de Matadouro de Viçosa
- 2 AP Concessão de abastecimento de água e esgoto
- 3 BA Hospital Metropolitano
- 4 BA Aeroporto Horácio Mattos
- 5 MT Parque Estadual Águas Quentes
- 6 PE Terminais de ônibus dos Sist. De Transporte Coletivo da Região Metropolitana de Recife
- 7 PI Parque Zoológico de Teresina
- 8 PI Rodoviária Transcarrados
- 9 RJ Concessão da Cedae
- 10 RO Hospital de Urgência e Emergência em Rondônia
- 11 SP Concessão das linhas 8 e 9 da CPTM
- 12 SP Concessão do Jardim Botânico e do Zoológico de São Paulo
- 13 SP Rodovias do Litoral Paulista
- 14 SP Concessão de aeroportos regionais em São Paulo
- 15 SP Concessão do Complexo do Ginásio do Ibirapuera
- 16 SP Centro Comercial Est. São Miguel Paulista
- 17 SP Centro Comercial Estação Brás
- 18 SE Centro de convenções em Sergipe

governo vai privatizar a distribuidora da Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE) em fevereiro. Em seguida, deve desestatizar os braços de geração e transmissão da estatal.

Na área das concessões, o governo gaúcho pretende lançar o edital para conceder 1.151 quilômetros de rodovias estaduais em três lotes.

Segundo o governador Eduardo Leite (PSDB), o lote mais avançado prevê a ligação entre a RSC-287, concedida em dezembro, a Erechim, que já tem os estudos de engenharia concluídos. A via é importante para escoamento de produção agrícola e metalmeccânica.

O governo prevê conceder estradas no entorno de Caxias do Sul e na Região das Hortênsias, polo turístico que inclui Gramado.

— Estamos trabalhando nos estudos com a duplicação dos trechos, e vamos seguir os leilões do governo federal, de menor tarifa e outorga para definir o vencedor — diz Claudio Gastal, secretário de Planejamento.

O governo gaúcho pretende licitar a nova PPP de saneamento ainda neste ano. E vai publicar em fevereiro edital

para conceder a Estação Rodoviária de Porto Alegre, projeto que prevê R\$ 87 milhões.

Em Mato Grosso, a gestão de Mauro Mendes (DEM) já concedeu à iniciativa privada dez lotes de rodovias estaduais. Para este ano, devem ser licitados de dois a três blocos, segundo Andreia Fujioka, superintendente de Gestão de Concessões da Secretaria de Infraestrutura. No melhor cenário, seriam 390 quilômetros de estradas que passariam a ser operadores privados.

REVITALIZAR O PELOURINHO

Mendes já afirmou que o estado também prevê fazer uma licitação na área do saneamento, com o agrupamento de municípios em blocos, mas o projeto está em fase inicial de estudos.

O estado da Paraíba, governado por João Azevêdo (Cidadania), vai contratar o BNDES para desenhar uma PPP de saneamento, com a divisão dos municípios em ao menos dois blocos. Segundo Petrólio Rolim, secretário-executivo de PPPs da Paraíba, cada bloco terá municípios litorâneos e cidades do sertão.

Na Bahia, o governo do pe-
tista Rui Costa quer lançar até

junho a concessão da Central de Abastecimento (Ceasa), com investimentos previstos de R\$ 170 milhões. O estado estrutura uma PPP para a revitalização do Pelourinho, no Centro Histórico de Salvador. Segundo a Secretaria da Fazenda, o projeto está em análise técnica, tem aporte previsto de R\$ 30 milhões e terá edital lançado neste semestre.

Também estão na lista de ativos os aeroportos regionais de Valença e de Lençóis, cada qual com investimento previsto de R\$ 15 milhões.

No Espírito Santo, o governo de Renato Casagrande (PSB) não tem déficit fiscal e não quer concessões plenas.

— O estado tem recursos para investimentos. A estratégia é diferente da do governo federal, queremos o investimento com recurso público e a operação privada, que tem mais eficiência — afirma Rogelio Pegoretti, secretário da Fazenda do Espírito Santo.

Entre os projetos de PPPs previstos para 2021 estão a concessão de miniusinas solares para prédios da administração pública estadual e uma PPP de concessão de terminais rodoviários da região metropolitana de Vitória.

para conceder a Estação Rodoviária de Porto Alegre, projeto que prevê R\$ 87 milhões.

Em Mato Grosso, a gestão de Mauro Mendes (DEM) já concedeu à iniciativa privada dez lotes de rodovias estaduais. Para este ano, devem ser licitados de dois a três blocos, segundo Andreia Fujioka, superintendente de Gestão de Concessões da Secretaria de Infraestrutura. No melhor cenário, seriam 390 quilômetros de estradas que passariam a ter operadores privados.

REVITALIZAR O PELOURINHO

Mendes já afirmou que o estado também prevê fazer uma licitação na área do saneamento, com o agrupamento de municípios em blocos, mas o projeto está em fase inicial de estudos.

O estado da Paraíba, governado por João Azevêdo (Cidadania), vai contratar o BNDES para desenhar uma PPP de saneamento, com a divisão dos municípios em ao menos dois blocos. Segundo Petrônio Rolim, secretário-executivo de PPPs da Paraíba, cada bloco terá municípios litorâneos e cidades do sertão.

Na Bahia, o governo do petista Rui Costa quer lançar até

junho a concessão da Central de Abastecimento (Ceasa), com investimentos previstos de R\$ 170 milhões. O estado estrutura uma PPP para a revitalização do Pelourinho, no Centro Histórico de Salvador. Segundo a Secretaria da Fazenda, o projeto está em análise técnica, tem aporte previsto de R\$ 30 milhões e terá edital lançado neste semestre.

Também estão na lista de ativos os aeroportos regionais de Valença e de Lençóis, cada qual com investimento previsto de R\$ 15 milhões.

No Espírito Santo, o governo de Renato Casagrande (PSB) não tem déficit fiscal e não quer concessões plenas.

— O estado tem recursos para investimentos. A estratégia é diferente da do governo federal, queremos o investimento com recurso público e a operação privada, que tem mais eficiência — afirma Rogelio Pegoretti, secretário da Fazenda do Espírito Santo.

Entre os projetos de PPPs previstos para 2021 estão a concessão de miniusinas solares para prédios da administração pública estadual e uma PPP de concessão de terminais rodoviários da região metropolitana de Vitória.

Veículo: Bahia Notícias	
Data: 11/01/21	Cita Sefaz



Segunda, 11 de Janeiro de 2021 - 09:20

Governo baiano estuda concessão da Ceasa e PPP para revitalização do Pelourinho



Foto: Alberto Coutinho/ GOVBA

O governador Rui Costa pretende conceder para iniciativa privada uma série de equipamentos em 2021. Um deles, segundo o jornal O Globo, é a Central de Abastecimento (Ceasa). A previsão do governo é lançar o edital de concessão até junho. Os investimentos estimados são de R\$ 70 milhões.

O estado estrutura um projeto de Parceria Público Privada (PPP) para revitalização do Pelourinho, no Centro Histórico de Salvador. Segundo a **Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz)**, o projeto está em análise técnica, tem aporte previsto de R\$ 30 milhões e terá edital lançado neste semestre. Também estão na lista de ativos os aeroportos regionais de Valença e de Lençóis, cada qual com investimento previsto de R\$ 15 milhões. A Bahia planeja também uma PPP para gestão do Hospital Metropolitano, em Lauro de Freitas. Uma delegação do Hospital Israelita Albert Einstein visitou as instalações do local na última quinta-feira (7) e manifestou interesse em administrar a unidade.

Conforme a publicação, o ano deve ser de um boom de concessões nos estados. O objetivo das medidas é colocar dinheiro no caixa dos governos, principalmente em um cenário de cofres mais vazios com a perda de arrecadação provocada pela pandemia.

Veículo: Política Livre	
Data: 09 a 11.01.2021	Caderno: Economia



Rui quer lançar concessão da Ceasa e PPP para revitalização do Pelourinho

BAHIA

O governador Rui Costa (PT) quer lançar até junho, segundo publicou o jornal O Globo nesta segunda-feira (11), a concessão da Central de Abastecimento (Ceasa), com investimentos previstos de R\$ 170 milhões.

Ainda conforme a publicação, o Estado estrutura uma PPP para a revitalização do Pelourinho, no Centro Histórico de Salvador. Segundo a Secretaria da Fazenda, o projeto está em análise técnica, tem aporte previsto de R\$ 30 milhões e terá edital lançado neste semestre.

Veículo: Gov Bahia	Caderno: Fazenda
Data: 08/01/2021	



Preço da Hora Bahia agora traz histórico de preços de combustíveis

8 janeiro 2021



Foto: Reprodução

Encontrar os melhores preços, conhecer os postos com as ofertas mais interessantes ao longo do tempo e economizar sempre na hora de abastecer o veículo ficou muito mais fácil com a nova funcionalidade do aplicativo Preço da Hora Bahia. Além de possibilitar a pesquisa de preços em tempo real, a versão 1.2 do aplicativo agora traz a opção de consultar o histórico de preços dos combustíveis de maneira simples e prática, permitindo que o usuário verifique a média de valores praticados nos últimos meses e desta forma possa identificar onde as ofertas que mais valem a pena costumam ocorrer.

O Preço da Hora Bahia está disponível na Apple Store, no Google Play e também pode ser acessado pelo [site](#). Quem já possui o aplicativo precisa atualizá-lo para obter os novos recursos.

Para acessar o histórico de preços de combustíveis, basta abrir o aplicativo e clicar em “Combustíveis” e na sequência escolher entre gasolina, etanol, GNV ou diesel. A ferramenta irá rapidamente pesquisar os melhores preços nos postos localizados dentro do raio definido pelo usuário, que varia de um a 30 quilômetros. Na sequência, basta escolher um dos estabelecimentos e clicar em “Abrir Histórico”. O app apresentará quatro opções de consulta: a variação de preços do combustível escolhido diariamente e por mês, e o histórico de preços do estabelecimento selecionado também por dia e por mês.

Os dados são apresentados em um gráfico com duas linhas em cores diferentes que apresentam os preços médio e mínimo. Ao clicar em um ponto do gráfico serão apresentados os valores daquele período. Em outubro de 2020, por exemplo, o preço mínimo da gasolina na Bahia foi de R\$ 3,88 e o médio de R\$ 4,44.

“O consumidor tem em mãos uma ferramenta muito útil, que irá ajudá-lo a economizar. O gasto com os combustíveis normalmente pesa bastante no orçamento e com o Preço da Hora é possível localizar, rapidamente, o estabelecimento com menor valor e, a partir dessa nova versão, consultar o histórico de preços dos combustíveis em todo o estado ou no posto escolhido”, afirma o diretor de Produção de Informações da Sefaz-BA, Jadson Bitencourt.

O Preço da Hora Bahia permite que o consumidor pesquise os preços de todos os produtos comercializados no estado a partir de informações extraídas das mais de 3,2 milhões de notas fiscais eletrônicas processadas diariamente pela Sefaz-BA. Atualmente, o aplicativo já conta com 367 mil usuários em todo o estado e possibilita a pesquisa de mais de 500 mil produtos.

Outras novidades

Além da consulta ao histórico de preços de combustíveis, a nova versão do Preço da Hora Bahia trouxe a possibilidade de denunciar estabelecimentos que não emitam a nota fiscal ou pratiquem outras irregularidades, como preços abusivos, e a função de compartilhamento de preços pelas redes sociais, para que o usuário possa enviar promoções para amigos e familiares.

A denúncia pode ser feita ao clicar no botão “informar problema”, que permite ao consumidor enviar uma queixa diretamente para a Fazenda Estadual. É possível também relatar outros tipos de problemas, disponíveis em uma relação apresentada pelo aplicativo, e que inclui erros no endereço, no telefone ou no nome de determinado estabelecimento. Caso a lista não apresente a irregularidade que o consumidor quer reportar à Sefaz-Ba, é só escolher o campo “Outros” e digitar o problema encontrado.

Compartilhar com os amigos as promoções encontradas no Preço da Hora Bahia é muito fácil. Após realizar a pesquisa de qualquer produto e selecionar um dos estabelecimentos, logo ao lado do valor da mercadoria está o ícone que, ao ser clicado, permite que o usuário possa compartilhar uma boa dica de preço em suas redes sociais como Whatsapp, Twitter, Facebook e também por mensagem de texto.

Além das novas funcionalidades, o aplicativo também está de cara nova. O novo leiaute facilita a visualização de esclarecimento sobre preços que estão aparentemente bem abaixo do valor de mercado. Nesse tipo de situação, alerta a Sefaz-BA, é importante confirmar se os eventuais descontos exibidos continuam válidos e se são aplicáveis a todos os clientes.

“Os preços que aparecem no app são obtidos das informações de notas fiscais na medida em que são emitidas, mas o estabelecimento não é obrigado a garantir um valor que tenha sido praticado em promoção ou situações como vendas a usuários fidelizados, descontos por pagamento à vista, promoções-relâmpago, entre outras. O consumidor, portanto, deve ligar para a loja e confirmar se o preço permanece o mesmo. Isto pode ser feito diretamente do aplicativo, que exibe o telefone informado pelo estabelecimento na nota fiscal”, assinala o diretor de Produção de Informações da Sefaz-BA.

Fonte: Ascom/Sefaz-BA

PPP do Hospital Metropolitano atrai interesse do Hospital Albert Einstein para assumir a gestão da unidade



explorar e trabalhar em conjunto', afirmou Eduardo Zlotnik.

Uma das novidades anunciadas pelo secretário Fábio Vilas-Boas é que o hospital será referência para transplante de fígado. 'Este é um marco para a **saúde** no estado. A unidade localizada no município de Lauro de Freitas possui 265 leitos, mas será ampliada pelo parceiro privado, alcançando 330 leitos, sendo 75 de UTI. A qualidade na construção tem possibilitado atrair hospitais de excelência para sua gestão', disse Vilas-Boas, que prevê o início da operação em abril deste ano.

[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Uma delegação do Hospital Israelita Albert Einstein, chefiada pelo vice-presidente, Eduardo Zlotnik, e pelo diretor-superintendente, Guilherme Schettino, inspecionaram o Hospital Metropolitano nesta quinta-feira (7), acompanhados do secretário da **Saúde** da Bahia, Fábio Vilas-Boas.

Com as obras físicas concluídas, o Hospital Metropolitano será a quarta Parceria Público-Privada (**PPP**) na área da **saúde** e tem atraído investidores nacionais para administrar a unidade. O leilão está previsto para o fim do mês de janeiro na Bolsa de Valores de São Paulo

'Podemos perceber que o Metropolitano é um hospital que tem uma construção com áreas bem estruturadas. Já temos expertise em trabalhar com alta complexidade e percebemos que temos diversos pontos que podemos

'Estamos em fase de consulta pública, recebendo propostas para que no final do mês possamos fazer a licitação da gestão da **PPP** que irá ampliar e gerir o Metropolitano', explicou o secretário. Ele ainda pontuou estar satisfeito pelo fato de a nova unidade atrair instituições renomadas no país para a gestão.

Estrutura

Entre obras e equipamentos, a unidade recebeu investimentos superiores a R\$ 173 milhões. O hospital é de grande porte, com 27.900 metros quadrados de área construída e seis pavimentos. A unidade será referência para casos de urgência e emergência, trauma (particularmente o trauma raquimedular), acidente vascular cerebral (AVC), neurologia, medicina nuclear e contará com dez salas de cirurgia.

Um dos destaques do projeto é a área de alta complexidade em cardiologia e neurovascular, com uma Unidade de Atenção ao Acidente Vascular Cerebral (UAVC), que atenderá pacientes na fase aguda, ofertando tratamento trombolítico e angioplastia.

Representantes de qualquer outra instituição que tenha interesse em conhecer o Hospital Metropolitano, a fim de participar do processo de escolha do parceiro privado, poderá fazer a visita guiada na unidade.

Assuntos e Palavras-Chave: SERIN - Secretaria de Relações Institucionais - Saúde | SESAB - Secretaria da Saúde do Estado da Bahia - Fabio Vilas Boas | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - PPP

Instituições habilitadas a receber recursos da Nota Premiada Bahia devem estar com dados atualizados



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

A Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba) informa que as 499 instituições da área social e as 34 da área de saúde ativas no programa **Sua Nota é um Show de Solidariedade** devem estar com as certidões de INSS e de FGTS válidas e com a conta bancária ativa e atualizada para receber os recursos da campanha **Nota Premiada Bahia**, referentes ao terceiro quadrimestre de 2020 (setembro a dezembro). O repasse relativo à 9ª etapa do Sua Nota, que deve ser liberado até março, totaliza R\$ 3 milhões - R\$ 1,5 milhão para a área social e R\$ 1,5 milhão para a de saúde.

'Em meio aos efeitos da pandemia do coronavírus, os repasses às filantrópicas reforçam o caixa destas entidades que desenvolvem um papel importantíssimo de acolhimento e atendimento à saúde de uma parcela significativa da população baiana', afirma o secretário da Fazenda do Estado, **Manoel Vitório**.

Este será o terceiro repasse do governo estadual às filantrópicas durante a pandemia. Com mais essa etapa de pagamento, os valores desembolsados com as entidades vinculadas ao **Sua Nota é um Show de Solidariedade** vão somar R\$ 37,8 milhões, contando desde o início da campanha **Nota Premiada Bahia**, em janeiro de 2018. Deste total, são R\$ 27 milhões em repasses relativos às nove etapas da fase atual - três de 2018, três de 2019 e as três deste ano, e o restante corresponde à regularização de etapas anteriores do programa, explica o coordenador de Educação Fiscal da Sefaz-BA, André Luiz Aguiar.

A **Nota Premiada Bahia** e o programa **Sua Nota é um Show de Solidariedade** são iniciativas complementares. Quem se inscreve no site da campanha para concorrer a prêmios deve escolher até duas instituições filantrópicas, uma da área de saúde e outra da área social, com as quais irá compartilhar todas as notas fiscais eletrônicas associadas ao CPF cadastrado no site.

É preciso incluir o CPF nas compras realizadas em estabelecimentos que emitem a Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica (NFC-e) e a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e). Os valores dos repasses para cada instituição variam de acordo com o número de apoiadores e de notas emitidas com o CPF.

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Manoel Vitório, Nota Premiada Bahia, Sua Nota é um Show de Solidariedade

Instituições habilitadas a receber recursos da Nota Premiada Bahia devem estar com dados atualizados

A secretaria da fazenda do estado informa que as quatrocentas e noventa e nove instituições da área social e as trinta e quatro da área de saúde ativa isso no programa sua nota em um show de solidariedade.

Devem estar com as certidões de INSS e de FGTS válidas.

E com a conta bancária ativa e atualizada para receber os recursos da campanha a nota premiar da Bahia referentes ao terceiro quadrimestre de dois mil e vinte o repasse relativa a nona etapa do programa.

Que deve ser liberado até março totaliza a três milhões de reais.

Este será o terceiro repasse do governo estadual as filantrópicas durante a pandemia com mais essa etapa de pagamento os valores desembolsado com as entidades vão somar trinta e sete milhões e oitocentos mil reais.

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Nota Premiada Bahia

Instituições habilitadas a receber recursos da Nota Premiada Bahia devem estar com dados atualizados

Vou dizer obrigada e o ouvinte gado de Gilbert então o marco lembrando aqui as empresas e entidades filantrópicas e que participa e da nota premiada na sua nota é um show.

De solidariedade são quatrocentos e noventa e nove instituições da área social e trinta e quatro áreas de saúde inclusive acredito que até algumas delas.

E elas precisam se habilitar em dois mil e vinte um pra conte continuar recebendo aqueles valores que são destinados a ela como por exemplo tenho a certidão do INSS do fg.

Alisada também a conta bancária ativa e atualizado para receber esses recursos.

Da nota premiada Bahia referente ao terceiro quadrimestre de dois mil e vinte setembro a dezembro do ano passado a informação é da secretaria da fazenda do estado repassa relativo anonimato tapa do sua nota.

Que deve ser liberada até mas totalizam três milhões um milhão e meio para área social e um milhão e meio para de saúde Marco Antônio.

Doze horas quarenta e cinco minutos de dois quarenta e cinco telefone não há lobo boa tarde boa tarde Marco

Antônio Carneiro Charles primeiro apogeu amigo é seu guardião do que estava falando da taxa da caixa econômica cento.

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Nota Premiada Bahia

Nota Premiada: Instituições habilitadas a receber recursos devem estar com dados atualizados



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Foto: Elói Corrêa / GOV Ba

As instituições habilitadas a receber os recursos do programa **Sua Nota é um Show de Solidariedade** - 499 instituições da área social e as 34 da área de saúde - devem estar com as certidões de INSS e de FGTS válidas e com a conta bancária ativa e atualizada para receber os recursos da campanha **Nota Premiada Bahia**, referentes ao terceiro quadrimestre de 2020 (setembro a dezembro), informa a Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba). O repasse relativo à 9ª etapa do Sua Nota, que deve ser liberado até março, totaliza R\$ 3 milhões - R\$ 1,5 milhão para a área social e R\$ 1,5 milhão para a de saúde.

'Em meio aos efeitos da pandemia do coronavírus, os repasses às filantrópicas reforçam o caixa destas entidades que desenvolvem um papel importantíssimo

de acolhimento e atendimento à saúde de uma parcela significativa da população baiana', afirma o secretário da Fazenda do Estado, **Manoel Vitório**.

Este será o terceiro repasse do governo estadual às filantrópicas durante a pandemia. Com mais essa etapa de pagamento, os valores desembolsados com as entidades vinculadas ao **Sua Nota é um Show de Solidariedade** vão somar R\$ 37,8 milhões, contando desde o início da campanha **Nota Premiada Bahia**, em janeiro de 2018. Deste total, são R\$ 27 milhões em repasses relativos às nove etapas da fase atual - três de 2018, três de 2019 e as três deste ano, e o restante corresponde à regularização de etapas anteriores do programa, explica o coordenador de Educação Fiscal da Sefaz-BA, André Luiz Aguiar.

A **Nota Premiada Bahia** e o programa **Sua Nota é um Show de Solidariedade** são iniciativas complementares. Quem se inscreve no site da campanha para concorrer a prêmios deve escolher até duas instituições filantrópicas, uma da área de saúde e outra da área social, com as quais irá compartilhar todas as notas fiscais eletrônicas associadas ao CPF cadastrado no site.

É preciso incluir o CPF nas compras realizadas em estabelecimentos que emitem a Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica (NFC-e) e a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e). Os valores dos repasses para cada instituição variam de acordo com o número de apoiadores e de notas emitidas com o CPF.

Compartilhe

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da
Fazenda - Manoel Vitório, Nota Premiada Bahia, Sua
Nota é um Show de Solidariedade

Instituições habilitadas a receber recursos da Nota Premiada devem estar com dados atualizados



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O repasse relativo à 9ª etapa do Sua Nota, que deve ser liberado até março, totaliza R\$ 3 milhões | Foto: Elói Côrrea | GOVBA

A Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba) informou que as 499 instituições da área social e as 34 da área de saúde ativas no programa **Sua Nota é um Show de Solidariedade** devem estar com as certidões de INSS e de FGTS válidas e com a conta bancária ativa e atualizada para receber os recursos da campanha **Nota Premiada Bahia**, referentes ao terceiro quadrimestre de 2020 (setembro a dezembro). O repasse relativo à 9ª etapa do Sua Nota, que deve ser liberado até março, totaliza R\$ 3 milhões, destes R\$ 1,5 milhão para a área social e R\$ 1,5 milhão para a de saúde.

Em meio aos efeitos da pandemia do coronavírus, os repasses às filantrópicas reforçam o caixa destas

entidades que desenvolvem um papel importantíssimo de acolhimento e atendimento à saúde de uma parcela significativa da população baiana', afirma o secretário da Fazenda do Estado, **Manoel Vitório**.

Com essa etapa de pagamento, os investimentos somam R\$37,8 milhões, contando desde o início da campanha **Nota Premiada Bahia**, em janeiro de 2018. Deste total, são R\$ 27 milhões em repasses relativos às nove etapas da fase atual - três de 2018, três de 2019 e as três deste ano, e o restante corresponde à regularização de etapas anteriores do programa, explica o coordenador de Educação Fiscal da Sefaz-BA, André Luiz Aguiar.

A **Nota Premiada Bahia** e o programa **Sua Nota é um Show de Solidariedade** são iniciativas complementares. Quem se inscreve no site da campanha para concorrer a prêmios deve escolher até duas instituições filantrópicas, uma da área de saúde e outra da área social, com as quais irá compartilhar todas as notas fiscais eletrônicas associadas ao CPF cadastrado no site.

É preciso incluir o CPF nas compras realizadas em estabelecimentos que emitem a Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica (NFC-e) e a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e). Os valores dos repasses para cada instituição variam de acordo com o número de apoiadores e de notas emitidas com o CPF.

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Manoel Vitório, Nota Premiada Bahia, Sua Nota é um Show de Solidariedade

Instituições habilitadas a receber recursos da Nota Premiada Bahia devem estar com dados atualizados

Dos ocupantes do veículo em todas as.

Pelo menos ativas no programa sua nota em um show da solidariedade devem estar com certidões de nascimento e de FGTS válidas e também com a conta bancária ativa e atualizada para receber os valores referentes ao terceiro quadrimestre.

De dois mil e vinte o programa possui quinhentas e vinte três entidades filantrópicas baianas cadastradas.

Em quatrocentos e noventa e nove instituições da área social e trinta e quatro da área da saúde o repasse liberado até março totalizam treze milhões e um milhão e meio para área social e outro milhão e meio.

Para a área da saúde este será o terceiro repasse do governo estadual as filantrópicas durante a pandemia do corona vírus.

Desde o início da campanha em dois mil e dezoito até dois mil e vinte foram destinados aproximadamente trinta e oito milhões para as instituições.

A nota premiada Bahia e o programa **sua nota é um show de solidariedade** são iniciativas complementares.

Quem se inscreve no site da campanha para concorrer a prêmios devem escolher até duas instituições filantrópicas.

Para fazer aí o repasse das doações.

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Nota Premiada Bahia, Sua Nota é um Show de Solidariedade

IPVA à vista ou parcelado: qual a melhor forma?



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Com a cobrança do **IPVA** (Imposto sobre Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores) prevista para começar na primeira semana de janeiro, os proprietários de veículos precisam escolher se a alíquota obrigatória dever ser paga à vista com desconto ou parcelada. A primeira opção, inclusive, pode ser um bom negócio para os contribuintes que têm a quantia guardada para quitar o **IPVA** de uma só vez, já que o parcelamento só seria interessante se a taxa SELIC estivesse com rendimento superior a 2% ao ano, o que corresponde a um rendimento de 0,16% ao mês.

Na avaliação de Veridiana Lopes, educadora financeira, o pagamento à vista do **IPVA** só vale a pena se o contribuinte tiver dinheiro sobrando, além da reserva de emergência. 'O desconto de 3% (no pagamento à vista do **IPVA**) pode parecer um valor baixo, olhando apenas essa economia. Mas, gosto de ter uma visão do ano inteiro: com pequenas atitudes a economia no final do ano pode ser gigante', destacou a especialista.

Parcelamento do **IPVA**

Optar pelo pagamento à vista é uma boa escolha caso o contribuinte não tenha dívidas e tenha reservas, já que ficará livre do compromisso financeiro e ainda terá o desconto. Entretanto, antes de optar pelo parcelamento do **IPVA**, a educadora financeira ressalta que é preciso estar com a vida financeira em ordem. 'A prioridade deve sempre ser a saúde financeira. Por isso, antes de fazer o parcelamento, é importante ter um orçamento doméstico bem organizado para garantir que o pagamento da parcela será possível', alerta Veridiana Lopes.

Vale a pena fazer empréstimo para quitar o **IPVA** à vista?

Recorrer à empréstimo pessoal para quitar à vista a alíquota do veículo não deve ser uma boa opção, pois enquanto uma dívida será quitada, outra vai surgir. Por isso, na avaliação da Veridiana Lopes, é preciso levar em conta alguns aspectos importantes antes de solicitar um aporte como, por exemplo, as taxas de juros cobradas pelas instituições financeiras. 'É preciso comparar o valor pago em juros no empréstimo com o desconto no pagamento à vista do **IPVA**. Após fazer a análise, a pessoa terá mais clareza na hora de decidir. Mas, na maioria das vezes não vale a pena pegar um empréstimo apenas para essa finalidade', orienta.

O que fazer com o valor do desconto?

Com o valor do desconto em mãos, a educadora financeira avalia que o melhor é continuar poupando para quitar a alíquota dos próximos anos. 'O ideal seria já começar a separar o valor para as contas do início de 2022. Economizando um pouquinho todos os meses, fica mais fácil quitar as contas de início de ano. Caso o contribuinte tenha uma reserva para isso, o dinheiro (do desconto do **IPVA**) pode ir para um fundo de investimento, por exemplo. O importante é dar o primeiro passo para começar a poupar', finaliza Veridiana Lopes.

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da Fazenda - IPVA

Veículo: Gov Bahia	Caderno: Fazenda
Data: 11/01/2021	



IPVA 2021 já pode ser pago com 10% de desconto

11 janeiro 2021



Foto: Paula Fróes/GOVBA

A Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz-Ba) informa que os proprietários de veículos baianos já podem pagar, até o dia 10 de fevereiro, o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) de 2021 com 10% de desconto, à vista. Para efetuar o pagamento é necessário se dirigir a uma agência ou caixa eletrônico do Banco do Brasil, Bradesco ou Bancoob, com o número do Renavam em mãos, ou utilizar os aplicativos destes bancos pelo smartphone.

Caso perca o prazo, o contribuinte pode ainda quitar o imposto com 5% de desconto, também em cota única, no dia do vencimento da primeira das três cotas do parcelamento padrão do imposto, data que varia de acordo com o número final da placa do veículo, conforme descrito na tabela de pagamento do IPVA 2021. Outra opção é parcelar o valor em três vezes, sem desconto, com vencimentos que variam também de acordo com o final da placa.

Os débitos referentes à taxa de licenciamento e às multas de trânsito deverão ser pagos até a data de vencimento da terceira parcela, e os débitos anteriores do IPVA ainda não notificados também podem ser divididos em três vezes, juntamente com o IPVA 2021. Vale ressaltar que o proprietário que perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento em três vezes. Já o seguro obrigatório deverá ser pago integralmente até o vencimento da primeira parcela do imposto, em caso de parcelamento do IPVA.

Pagamento do IPVA para 2021 poderá ser efetuado de forma antecipada em cota única com desconto de 10% até o dia 10/02/2021

CALENDÁRIO DE PAGAMENTO - IPVA 2021					
FINAL	PARCELAMENTO			PAGAMENTO EM COTA ÚNICA	
	1ª COTA até	2ª COTA até	3ª COTA até	COM DESCONTO DE 5%	SEM DESCONTO
1	30/03/2021	29/04/2021	28/05/2021	30/03/2021	28/05/2021
2	31/03/2021	30/04/2021	31/05/2021	31/03/2021	31/05/2021
3	29/04/2021	27/05/2021	29/06/2021	29/04/2021	29/06/2021
4	30/04/2021	28/05/2021	30/06/2021	30/04/2021	30/06/2021
5	27/05/2021	29/06/2021	29/07/2021	27/05/2021	29/07/2021
6	28/05/2021	30/06/2021	30/07/2021	28/05/2021	30/07/2021
7	29/06/2021	29/07/2021	30/08/2021	29/06/2021	30/08/2021
8	30/06/2021	30/07/2021	31/08/2021	30/06/2021	31/08/2021
9	29/07/2021	30/08/2021	29/09/2021	29/07/2021	29/09/2021
0	30/07/2021	31/08/2021	30/09/2021	30/07/2021	30/09/2021

Redução do valor

Os contribuintes vão pagar em 2021, em média, cerca de 3,2% a menos no valor do IPVA. A redução mais significativa é de 5% para os automóveis. O imposto dos utilitários registra queda de 4,7%, e o dos ônibus e microônibus de 2,7%. Os caminhões irão pagar menos 1,8% e para as motos a queda é de 1,7%. A pesquisa foi realizada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) com base nos preços praticados em outubro de 2020. As informações estarão disponíveis também no www.sefaz.ba.gov.br.

A frota tributável da Bahia é de cerca de dois milhões de veículos, e o IPVA constitui a segunda fonte de arrecadação tributária do Governo do Estado. O valor arrecadado com o imposto é dividido meio a meio com o município onde o veículo foi emplacado.

Isenção e imunidade

Estão isentos do pagamento do IPVA os veículos de empresas concessionárias de serviço público de transporte coletivo, aqueles com mais de 15 anos de fabricação, veículos terrestres com motor de potência inferior a 50 cilindradas e embarcações com motor de potência inferior a 25 HP.

Também estão na faixa de isenção máquinas agrícolas, táxis de propriedade de motoristas profissionais autônomos, e veículos pertencentes a embaixadas, a representações consulares, a funcionários de carreira diplomática e a pessoas jurídicas de direito privado instituídas pelo poder público estadual ou municipal.

O IPVA também não é devido pelos veículos da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, dos partidos políticos, inclusive suas fundações, e das entidades sindicais, instituições de educação ou assistência social sem fins lucrativos e dos templos religiosos.

Todas as informações poderão ser consultadas no site www.sefaz.ba.gov.br ou do call center da Secretaria, pelo 0800 071 0071.

Fonte: Ascom/ Sefaz

OPINIÃO

Os artigos assinados publicados nas páginas A2 e A3 não expressam necessariamente a opinião de A TARDE. Participe desta página: e-mail: opiniao@grupoatarde.com.br Cartas: Redação de A TARDE/Opinião - R. Professor Milton Cayres de Brito, 204, Caminho das Árvores, Salvador-BA, CEP 41822-900

opiniao@grupoatarde.com.br

Tempo Presente

tempopresente@grupoatarde.com.br

Avanço de ferrovia vai impulsionar projetos

A implantação de 42 projetos relacionados à produção de minério de ferro só depende do avanço dos dormentes da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol), considerada decisiva para a expansão do setor de mineração na Bahia.

O maior deles é o da empresa Bamin, com projeção de transportar 60 milhões de toneladas, por ano, de Caetitê, no Sudoeste, até o Porto-Sul, em Ilhéus, conforme o projeto original.

Além dos projetos em território baiano, conforme as pesquisas avancem em Minas Gerais, a ferrovia vai carregar minérios do estado vizinho, e no extremo-oposto, buscar a produção de negócios agrícolas do Oeste baiano, como algodão, soja e milho.

A demanda por minério de ferro está tão alta que estamos vendo a Bamin enviar uma produção em pequena escala para o Espírito Santo e a Brazil Iron escoar por caminhão até o porto de Enseada, perto de Salvador. Mas são rotas caras e pouco eficientes. Precisamos de uma solução definitiva, que virá com a Fiol, afirmou o presidente da Companhia Baiana de Pesquisa Mineral, Antônio Carlos Tramm.

As obras para a conclusão do trecho 1 da Fiol, de Caetitê a Ilhéus, começam após licitação do Governo Federal para escolha da empreiteira responsável por tocar o projeto em leilão programado para o primeiro trimestre deste ano.

Terceira maior produtora de cobre do País, a Bahia também tem motivos para otimismo com o minério, produzido no Vale do Curaçá, região perto de Juazeiro, pela Mineração Caraíba. A empresa pretende aumentar em 10% a produção do minério a partir deste ano, graças a investimentos de R\$ 58 milhões na reabertura da mina de Surubim, fechada desde 2015, mas capaz de reabrir 250 novos postos de trabalho.

“Hoje, após os atos perigosos e insurgentes do presidente, congressistas republicanos devem seguir o exemplo e pedir a Trump que deixe o cargo imediatamente”

NANCY PELOSI, presidente da Câmara nos EUA, em carta ontem aos deputados de seu País, em reação aos atos de Trump que levaram à invasão do Congresso, avisando de novo processo de impeachment contra ele



Olga Leiria / Ag. A TARDE

CONTEMPLAR | As orquídeas fazem parte de uma das maiores famílias de plantas existentes. Presentes em todo o planeta, são alguns dos frutos mais belos produzidos pela natureza. Que a gente invente tempo para contemplar sua beleza.

Endividamento em queda

De cada 10 famílias de Salvador, 6 enfrentam algum tipo de dívida, uma projeção de 588 mil, conforme a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor realizada mensalmente pela Fecomércio. O número corresponde ao último mês de 2020 e alcança 63% das famílias, dois pontos percentuais a menos em relação a novembro, sinalizando uma suave recuperação da taxa de endividamento. A inadimplência seguiu a mesma tendência e registrou queda em dezembro ao passar dos 28,8% em novembro para os atuais 27%, com 250 mil famílias sem conseguir pagar a dívida até a data do seu vencimento.

POUCAS & BOAS

● **Condutores de Turismo de São Desidério participaram esta semana do terceiro módulo do curso de capacitação, voltado aos conceitos e práticas de Educação Ambiental. Organizado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo, o evento focou as paisagens locais com ênfase no Parque Municipal da Lagoa Azul, um dos principais cartões-postais da região oeste da Bahia.**

● **Em Mata de São João a prefeitura realizou ontem a primeira reunião do ano com representantes do trade turístico, para ouvir as demandas e apresentar os projetos que o novo governo tem para as áreas de infraestrutura, planejamento urbano, turismo, cultura, esporte, educação, saúde e ação social. A sociedade civil foi representada pela Associação Comercial e Turística da Praia do Forte (Turisforte), a Associação de Moradores de Praia do Forte (Ascamente) e a Associação Comercial de Imbassaí (ACI).**

MIRIAM HERMES E REDAÇÃO

Pose: a transgeneridade afrolatina como afeto, luta e resistência

Marlon Marcos

Poeta, jornalista, antropólogo, professor da Unilab
ogunte21@gmail.com

A cultura nova-iorquina dos “ballrooms”, movida pela solidariedade, talento, deboche e resistência das comunidades LGBTQI+, que ganhou expressão nos anos de 1980, majoritariamente negra, expressou para o mundo pop a inventividade dos bailes transgays em Nova Iorque, configurando-se em um movimento social de dimensões muito mais amplas do que a simples ocorrência dos chamados bailes e as suas batalhas criativas e anedóticas, liderados pelas pessoas transvestigeneres, contra a perversa exclusão e guetificação gerada pelo mundo heterocisgênero branco, criador das regras de mercado para a moda, música, dança e outras artes.

Em 1990, a partir da sua magnânima inteligência artística e comercial, guiada pelo oportunismo mercadológico, a cantora Madonna lançou a canção Vogue – inspirada no movimento e na dança que personificam os “ballrooms” estadunidenses, levando o movimento Vogue a ser conhecido em todo mundo. Aquela dança de poética e apelo político, erguida pelos corpos dissidentes da heterocisnormatividade, espalhou-se pelos principais palcos do mundo através da turnê Blond Ambition, do maior artista feminino

Em Pose, a identidade é o que se constrói da relação da indivíduo com a sua história, seu tempo e motivações

do pop de todos os tempos, alcançando as pistas de danças e os sonhos transgêneros nos rincões do planeta. Madonna ganhou muito dinheiro, mas também fez política!

Agora, em sua segunda temporada, através do Netflix Brasil, podemos sentir, viajar, imaginar, se comover, sonhar e compreender o que é o movimento Vogue e a sua importância para os LGBTQI+, assistindo a série Pose. Dirigida e roteirizada por Ryan Murphy e Janet Mock, elenco fundamental transnegro, liderado pelas magníficas MJ Rodriguez, Dominique Jackson e Indya Moore, além da estupenda participação de Billy Porter. Pose é uma série em maiúsculas e obrigatória.

O cenário de dor, somado a mortes por aids e violência, é transposto para a beleza do acolhimento, do afeto, da solidariedade, do ensinamento, da coexistência. Sem anular o conflito entre os seres e nem ensaiar

fórmulas que tentam esgotar a complexidade humana, em sua real diversidade, em nome de afirmações identitárias mais convenientes que o interesse comercial de Madonna pelo movimento. Em Pose, a identidade é o que se constrói da relação da indivíduo com a sua história, seu tempo e suas motivações. Ou seja, a identidade é uma construção social que não escapa dos “mistérios” e das contradições que a sustentam.

Pose tem os olhos de dor e doçura de Blanca Evangelista, a supermãe da série, aparentando só delicadeza, a personagem tem a tenacidade e determinação dos que precisam prosseguir agregando-se aos seus contra uma sociedade que lhe é toda exclusão. No fundo, Pose é a bruta coragem vista no poeta Danez Smith: “ quem sabia meu refúgio seria o meu caixão? / estando morto, nunca estive tão seguro. / eu nunca estive tão vivo”. Pose é capoeira.

ESPAÇO DO LEITOR

opiniao@grupoatarde.com.br

🚫 Inadmissível

Os dirigentes de vários países assumem a responsabilidade de buscar alternativas para superar o problema da pandemia, começando pelas medidas indicadas pelos especialistas, como o isolamento, o uso de máscaras e a não promoção de aglomerações. E mais, incentivando a pesquisa e fabricação de vacinas, que já estão sendo usadas com sucesso. Mas no Brasil o presidente Bolsonaro continua ignorando regras, considerando a Covid-19 uma gripezinha. E agora chega ao deslante de não incentivar a vacinação. Um posicionamento por demais inadmissível. **URIEL VILLAS BOAS, URIELVILLASBOAS@YAHOO.COM.BR**

🚫 Fiscalização de obras públicas

Tanto CREA quando CAU, importantes órgãos de fiscalização do exercício profissional deveriam participar mais dos projetos e execução das obras do poder público. Temos visto ultimamente em nossa cidade intervenções sem quaisquer explicações lógicas ou técnicas, a exemplo do absurdo desvio da Av. Dendezeiros para Luiz Tarquínio, que por sinal já foi abandonado e interditado, num flagrante desperdício do dinheiro público e o avanço do calçadão em frente à igreja de Santa Dulce, no denominado Caminho da Fé, que só trouxeram transtornos

e prejuízos para a população. Em Amaralina estreitaram a faixa de areia e deixaram um monte de pedras na praia. Na Av. Fernandes da Cunha, nos Mares, fizeram um recuo para parada de ônibus e, pasmem, esqueceram um poste de energia elétrica no meio da rua, que só foi retirado após intensa cobrança de uma emissora de TV. Na Boa Viagem, simplesmente extinguíram as áreas de estacionamento, estreitaram a faixa de areia nas proximidades do campo de futebol e fizeram uma inexplicável passarela com eucalipto, que certamente por falta de manutenção, logo estará deteriorada e feia e só servirá para motel e abrigo para cães sem

Bolsonaro continua ignorando regras, considerando a Covid-19 uma gripezinha. E agora chega ao deslante de não incentivar a vacinação

dono e usuários de drogas. Deviam fiscalizar a real capacitação técnica dos profissionais envolvidos nessas obras. **HAMILTONMATOS, HDAMATOS1@GMAIL.COM**

👁️ Feliz novo olhar!

Sabe quando você vai a um lugar onde nunca tinha estado antes e os seus olhos ficam atentos a tudo, ansiosos pelas novas descobertas, se deliciando com cada detalhe? É exatamente assim que me sinto quando olho Salvador. Moro em Salvador faz quatro anos. Sou cearense e amo minha terra, mas costumava dizer que minha alma é baiana. Viajei durante todo o mês de dezembro, estava de férias. Quando retornei, foi como se os meus olhos estivessem vendo tudo pela primeira vez. O mesmo encantamento, a mesma alegria, a mesma gratidão por estar aqui. Resolvi falar sobre isso porque muitas vezes na correria do dia a dia, no cansaço cotidiano, passamos pelos lugares, olhamos, mas não enxergamos... Quando vezes reparei pessoas subindo e descendo o elevador Lacerda, indo ou voltando de seus locais de trabalho, sem nem olhar para o lado. Às vezes, o sol estava se pondo, transformando aquele lugar num verdadeiro espetáculo, mas as pessoas nem percebiam o que estava se passando ao redor. Como se seus olhares estivessem acostumados, cansados e não

conseguissem mais perceber as belezas que os rodeiam. Os meus olhos, graças a Deus, não se acostumaram! Às vezes, me pego completamente absorta em ver que as pessoas passam, olham, mas não enxergam. Nós vivemos numa cidade mágica! Não conheço nenhuma outra cidade tão rica culturalmente como Salvador. Sem falar nas belezas naturais... Temos o maior conjunto arquitetônico Barroco da América Latina, o nosso Pelourinho, que absurdamente muitas pessoas nem se quer conhecem ou talvez passaram por lá uma ou duas vezes. De vez em quando, alguém ainda me oferece uma fitinha do Bonfim... Nessas horas, eu digo cheia de orgulho: "Não sou turista não, moço. Eu moro aqui!" Sim, eu moro aqui. Eu moro aonde a minha alma há tempos já vivia, mas os meus olhos não se cansaram, não se acostumaram. Continuam ainda enxergando tudo com o mesmo encantamento de 20 anos atrás, quando os meus pés aqui pisaram pela primeira vez! Convido vocês a, pelo menos de vez em quando, saírem de casa deixando o olhar cansado no armário, levando com vocês um olhar novo. Olhando a cidade com mais generosidade. Só, por favor, não se acostumem... permitam que seus olhos se encantem todos os dias! Feliz novo ano! Feliz novo olhar! **ERIVÂNIA FERREIRA, ERLS@BOL.COM.BR**

POLÍTICA

politica@grupoatarde.com.br

RANKING Bolsonaro é o político latino-americano com mais seguidores



www.atarde.com.br/politica

Shirley Stolze / Ag. A TARDE / 20.10.2020

COBRANÇA Governador voltou a pressionar por início da vacinação

Rui Costa pede “menos política, mais vacina”

DA REDAÇÃO

O governador Rui Costa (PT) pediu “menos política, mais vacina”, em nova cobrança direcionada ao governo federal pelo início da imunização contra a Covid-19 no país.

“O Brasil inteiro tá na expectativa e a Bahia já está preparadíssima, com seringas, agulhas, freezer e... música! Nossa Orquestra Sinfônica da Bahia entrou no clima e deu o tom. Que venha logo a vacina contra a #Covid19. Menos política, mais vacina. É isso que o povo quer!”, escreveu ontem o chefe do Executivo baiano, no Twitter, ao compartilhar versão do funk “Bum bum tam tam” tocada pela Osba

A canção foi resgatada nos últimos dias, depois do anúncio da eficácia da vacina Coronavac, produzida no Brasil pelo Instituto Butantã, ligado ao governo de São Paulo. Desde o início da pandemia, Rui tem sido crí-

Na sexta-feira (8), petista pediu que o governo federal “atrapalhe menos”

tico à postura do presidente Jair Bolsonaro.

Na última sexta-feira (8), o petista afirmou que “espera que o governo federal atrapalhe menos”, ao falar sobre a expectativa de iniciar a vacinação em um prazo de até 30 dias.

“Estamos com tudo pronto. Conseguimos comprar, inclusive, seringas. Conseguimos comprar os refrigeradores para distribuir nas regiões. A prioridade não será por cidade. A prioridade será por grupo de risco [...] Vamos incluir também nos



Na última semana, governador falou sobre a expectativa de iniciar a imunização em um prazo de até 30 dias

grupos prioritários os professores da educação estadual, municipal e privado e assim vamos progressivamente até o final do ano. Eu espero que o governo federal atrapalhe menos. Se não pode ajudar, que pelo menos atrapalhe menos”, disse Rui, na ocasião.

Urgência

Também no Twitter, o governador de São Paulo, João Doria (PSDB) pediu que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) tenha “senso de urgência” pa-

ra liberar o uso da Coronavac.

No sábado (9), a agência disse ter verificado que ainda “faltam dados necessários à avaliação da autorização de uso emergencial” do imunizante.

Segundo Doria, “ritos da ciência devem ser respeitados, mas devemos lembrar que o Brasil perde cerca de mil vidas por dia para a covid-19”.

“Com a liberação da Anvisa, milhões de vacinas que já estão prontas poderão salvar vidas”, escreveu o tuca-

no. De acordo com o governo paulista, já há 10,8 milhões de doses da Coronavac prontas para uso.

A Anvisa informou que a documentação entregue pelo Instituto Butantã no pedido para uso emergencial está incompleta. A agência também disse que, no caso do pedido feito pela Fiocruz para a vacina da AstraZeneca/Oxford, os documentos estão completos e agora a análise segue para a próxima fase.

Foi iniciada na sexta a triagem dos documentos

enviados. O prazo total para a agência aprovar ou não o pedido é de dez dias. Em nota, o órgão informou estar em contato com o Butantã para discutir “prazos e cronogramas para apresentação dos dados faltantes”.

“O instituto foi informado sobre a necessidade dos documentos complementares, essenciais à análise e conclusão sobre a eficácia e segurança da vacina. Na oportunidade, foram discutidos prazos e cronogramas para a apresentação dos dados faltantes”, diz trecho da nota.

ASSINE A TARDE

ASSINE O JORNAL A TARDE, FIQUE BEM INFORMADO E GANHE PRÊMIOS.

E tem mais, faça parte do nosso clube de vantagens.



assine.atarde.com.br

Segunda a sexta das 9h às 16h

71 3533-0850 (Salvador e Região Metropolitana)

0800 071 8500 (demais localidades)

ASSINATURA ANUAL DIÁRIA IMPRESSA **12x** R\$ 60,00
ESCOLHA SEU PRÊMIO



*Brinde para novas assinaturas e CPF'S com endereço de entrega em Salvador e Lauro de Freitas.

Jornal **A TARDE**

Grupo **A TARDE**
COMUNICAÇÃO

RODRIGO AGUIAR

A Bahia confirmou o seu primeiro caso de reinfecção pelo novo coronavírus, sendo ao mesmo tempo o primeiro episódio no mundo de uma reinfecção pela mutação E48K, identificada inicialmente na África do Sul e, mais recentemente, no Rio de Janeiro. A descoberta foi publicada em versão pre-publicada e aguarda revisão da revista científica The Lancet Infectious Diseases.

Residente em Salvador, uma mulher de 45 anos foi infectada duas vezes em um intervalo de 147 dias, segundo laudos emitidos pelo Hospital São Rafael em maio e outubro do ano passado. No segundo episódio, houve sintomas mais severos da doença. Os pesquisadores fizeram a análise genômica das cepas do primeiro e segundo episódios de infecção. Assim, foi possível concluir que a paciente teve a Covid-19 duas vezes, cada uma delas provocada por vírus de diferentes linhagens.

"É uma mutação localizada na proteína S do vírus, que ele usa para entrar nas células. A preocupação no meio médico é de que ele possa se tornar mais infectante e também de que possa escapar da resposta imunológica", afirma Bruno Solano, pesquisador da FioCruz e do Instituto D'Or de Ensino e Pesquisa (IDOR). À frente do estudo que identificou a reinfecção, Solano explica que, ao contrair o novo coronavírus pela primeira vez, o corpo "monta uma resposta e produz anticorpos que vão se ligar nessa proteína S". O problema de uma reinfecção pela nova variante, acrescenta, é que os anticorpos não conseguem reconhecer o vírus com tanta avidade.

Em relação às vacinas desenvolvidas contra a Covid-19, o pesquisador diz que, até o momento, não há sinais de que os imunizantes não tenham efeito sobre as

COVID-19 Residente em Salvador, mulher de 45 anos foi infectada duas vezes em um intervalo de 147 dias, segundo laudos emitidos pelo Hospital São Rafael

Primeiro caso de reinfecção é confirmado na Bahia

Adilton Venegeroles / Ag. A TARDE /



Os pesquisadores fizeram a análise genômica das cepas do primeiro e segundo episódios de infecção

variantes do coronavírus.

Outra mutação

Outra mutação foi descoberta recentemente no Reino Unido. Em ambos os casos, o tempo se justifica por serem variantes que parecem ser mais contagiosas, o que facilitaria a transmissão do vírus. "Não há indício de que a vacina não

proteja contra essas novas mutações, mas elas servem de alerta para a gente entender a dinâmica dessa pandemia", afirma Solano. "O Brasil testa pouco e sequencia menos ainda. A gente tem que fazer isso para monitorar e acompanhar", critica.

Em 22 de dezembro do ano passado, o Hospital São Rafael

Paciente teve a Covid-19 duas vezes, com vírus de diferentes linhagens

comunicou oficialmente à Secretaria de Saúde do Estado (Sesab) sobre o caso suspeito de reinfecção. De acordo com a pasta, outros 118 casos suspeitos de reinfecção são investigados no estado. Solano explica que o estudo foi iniciado, em setembro, justamente para averiguar casos suspeitos de reinfecção.

"Essa pesquisa começa a partir desses casos, em que o paciente apresenta mais de um resultado positivo. Não basta ter o relato dos exames positivos, tem que investigar o código genético do vírus, analisar e confirmar", diz. "O que tem de fato nessa notificação é que nós comprovamos mais uma vez no Brasil a reinfecção como uma situação definida. Ela existe e foi comprovada mais uma vez genômica. Esse fato mostra o quanto é importante a manutenção das precauções, mesmo por quem já teve a Covid-19", alerta o infectologista Antônio Bandeira, da Diretoria de Vigilância Epidemiológica (Divep), da Secretaria de Saúde do Estado. "Do ponto de vista clínico, epidemiológico e laboratorial há evidências muito fortes de inúmeros outros casos de reinfecção", destaca.

Prefeitura

Após a descoberta da reinfecção pela nova mutação do coronavírus, o prefeito Bruno Reis disse que os protocolos do combate à Covid-19 não serão modificados.

"Por enquanto, não justifica nenhuma outra medida. O que poderíamos fazer seria adotar uma medida mais dura de isolamento social nesse caso específico, fazer o isolamento de imediato e mapear as pessoas que tiveram contato com essa pessoa para evitar propagação", declarou.

Segundo o gestor, a prefeitura continua com ações específicas em alguns bairros para diminuir os índices de contágio. "Iniciamos as ações de proteção à vida em três novos bairros: Imbuí, São Marcos e Cabula, e mantivemos em Itapuã, Pituba e Brotas. A estratégia é essa. A gente vem mantendo os índices de internação em UTI oscilando entre 60% e 70%, mas por enquanto estamos conseguindo administrar", afirmou.

Vacina é foco de Bruno e Rui

AFP Photo / University of Oxford / John Cairns

CÁSSIO SANTANA E FERNANDO VALVERDE

O prefeito Bruno Reis (DEM) afirmou ontem que Salvador está preparada para iniciar a vacinação contra a Covid-19 e vai pedir prioridade ao governo federal para receber os imunizantes. De acordo com o prefeito, a capital baiana tem em estoque 600 mil seringas e agulhas, além de freezers para armazenamento. O democrata reforçou que a cidade já possui um plano de imunização próprio, que será apresentado à imprensa nos próximos dias, e que irá a Brasília na semana que vem para pedir ao Ministério da Saúde prioridade para que a capital baiana receba os imunizantes.

O anúncio acontece após o Ministério da Saúde anunciar a compra de 100 milhões de doses da vacina CoronaVac, vacina da farmacêutica chinesa Sinovac em parceria com o Instituto Butantan, e prometer incorporá-la ao Plano Nacional de Imunização (PNI) e distribuí-la de forma "equitativa" a todos os estados.

A prefeitura pretendia adquirir 103 mil doses da CoronaVac, mas recuou depois do posicionamento do governo federal. "Vamos ver quantas doses o governo federal disponibilizará na largada da CoronaVac. Ontem, fiz contato com o governador de São Paulo, João Dória. Já há 11 milhões de doses de vacina produzidas até março serão 43 milhões. Há uma hierarquização. As doses vão para os estados para ser em distribuídas nos municípios", disse, "Vamos ter essas



Capital baiana também já possui um plano de imunização próprio, diz Reis

vacinas sem ter que fazer qualquer investimento. De forma gratuita, como está previsto na lei de vacinação do país. A nossa estratégia então é procurar adquirir as vacinas de outros laboratórios", acrescentou

Rui Costa

O governador Rui Costa (PT) avalia que o início do processo de vacinação contra a Covid-19, na Bahia, seja dentro de um prazo máximo de 30 dias. "Eu espero que até menos de 30 dias. Estamos

com tudo pronto, conseguimos comprar todo o material, inclusive seringas, conseguimos comprar os refrigeradores para distribuir nas regiões", disse.

Segundo o petista, haverá prioridade na imunização, a começar por pessoas do grupo de risco, que inclui profissionais de saúde e pessoas maiores de 75 anos, e depois disso o restante da população, de maneira gradual.

LEIA A MATÉRIA COMPLETA EM WWW.ATARDE.COM.BR

Governo do Estado estima que o início do processo de vacinação na Bahia seja dentro de um prazo máximo de 30 dias

Especialista indica quais máscaras protegem mais

GABRIEL ANDRADE

Mesmo após o início 10 meses da pandemia causada pela Covid-19, ainda surge dúvidas sobre qual o melhor tipo de máscara para se proteger contra o novo coronavírus. Alguns, como a influenciadora digital Fabiana Justus, chegaram a adotar o uso de modelos feitos em tricô.

Para ela, não deu muito certo, já que contraiu o novo coronavírus. A médica infectologista Clarissa Cerqueira alerta que apesar de tramais mais abertas podem transmitir a sensação de maior respirabilidade, como no caso do tricô, quanto mais "abertas" são as fibras, menor a proteção.

Ela explica que o ideal são três camadas de pano. "Agente sempre fala que o ideal são três camadas, mas só pelo fato da pessoa estar com alguma máscara já dá algum grau de proteção, mas esse percentual aumenta com mais camadas", conta.

Cerqueira esclarece ainda que a máscara cirúrgica segue sendo a melhor máscara disponível. "Elas têm uma capacidade de filtração muito maior, é o 'padrão ouro', para as máscaras e elas sim protegem tanto os outros quanto quem está usando. É a única que é considerada um EPI. Porque ela protege quem usa também".

Máscaras cirúrgicas descartáveis costumam ser feitas de TNT e elas são consideradas, segundo pesquisas, três vezes mais eficientes do que as máscaras de pano. Um teste realizado pelo Instituto de Física e pela Escola Politécnica da Uni-

versidade de São Paulo (USP) apontaram que as máscaras com maior equilíbrio entre proteção e respirabilidade são produzidas em TNT.

O preço também pode ser um atrativo, já que é possível comprar uma caixa com 100 máscaras por cerca de R\$ 50. Uma de tecido por ser em contrada a partir de R\$ 5. Apesar disso, entre a máscara de pano e não usar nenhuma, a de tecido segue oferecendo cerca de 60% de proteção contra a Covid-19, além de seu uso ser obrigatório na Bahia desde abril de 2020.

Desde junho, a Organização Mundial da Saúde (OMS) recomenda o uso de máscaras de tecido para todo mundo que precisa sair de casa. O Centro de Controle e Prevenção de Doenças (CDC), dos Estados Unidos, fez a indicação um pouco antes, desde abril.

Com isso, muitas pessoas passaram a fabricar máscaras para doar a quem não tem e tirar um dinheiro extra. Como a economista aposentada Rita Costa. "Inicialmente, a pedido de uma amiga, fiz seis máscaras para que ela acompanhasse a filha que ia ter bebê", conta. "Por termos muito tecido em estoque, resolvemos utilizá-los para confecção de máscara no início da pandemia", aponta.

No Brasil, o Ministério da Saúde reconhece que cobrir nariz e boca com tecido é uma das ações preventivas mais importantes — em seu site, a pasta até disponibiliza um guia para a confecção dessas peças em casa.

LEIA A MATÉRIA COMPLETA EM WWW.ATARDE.COM.BR

ECONOMIA & NEGÓCIOS

economia@grupotarde.com.br

PESQUISA Salvador é o segundo destino nacional mais procurado por turistas



www.atarde.com.br/turismo

ENTREVISTA Fernando Passos, publicitário, CEO do Grupo Engenho e fundador da Agência Engenhonovo

O MERCADO SEMPRE SE REINVENTA

Como sobreviver ao longo de 40 anos com um trabalho em prol da Bahia, em prol da publicidade e propaganda do país?

Quero começar falando do jornal A TARDE, que é um parceiro de longas datas. Sempre construímos muitas coisas juntos, fizemos campanhas históricas. Na época do surgimento da Avenida Paralela, nós fizemos uma campanha que foi um sucesso, até premiada. Matava-se muito, porque era uma velocidade muito alta na avenida, e nós fizemos uma campanha em que colocamos carros batidos de quilômetro em quilômetro. Aí o pessoal achava estranho aquele negócio, mas a gente constatou que toda vez que uma pessoa vê um carro batido, ela para o carro, diminui a velocidade. E era essa a intenção. E aí, na medida em que diminuía, a gente botava que “a Paralela mata, não corra”. Mas essa coisa da sobrevivência dos 40 anos, tem uma coisa importante que é você olhar o outro, respeitar, olhar o outro lado da questão. É você sair um pouco dessa arrogância empresarial de achar que sabe tudo. E publicitário tem essa mania de achar que sabe tudo. Como ele domina a comunicação, acha que é capaz de dominar o mundo. E nós não temos isso, nós soubemos respeitar as mudanças. Eu, nesses 40 anos, passei por várias mudanças tecnológicas e não tive a pretensão de aprender todas elas, até porque é impossível você aprender essas mudanças mercadológicas. O que você tem é que observar e perceber quem faz essas mudanças. Alguns profissionais não conseguiram absorver e morreram, ficaram parados na estrada. Quer dizer, no momento em que você não absorve as mudanças, você não percebe a mudança, você fica parado. Eu tenho orgulho das pessoas que trabalham comigo e tenho a percepção de que eles me complementam ou eu complemento eles.

Até mesmo a forma de lidar e fazer publicidade mudou muito ao longo desses anos. Você vem de uma época que antecede o fax... Você olha para esses 40 anos de que forma?

Eu olho sabendo que sou uma pessoa ainda importante nesse processo, sabe por quê? Porque uma coisa não mudou, que é a boa ideia. E nós somos produtores de boas ideias. Por exemplo, numa pandemia dessa, qual é a percepção que eu, publicitário, um homem de comunicação, tenho? É que houve uma mudança radical do processo social e eu tenho uma percepção que as pessoas estão com outro comportamento, inclusive de compra. Eu tenho a percepção de que devo trabalhar a marca, num período de pandemia desses, numa perspectiva mais de compaixão, de bondade, de solidariedade. Essa é uma percepção que independe de mudanças tecnológicas. A mudança tecnoló-



Divulgação

gica me serve exatamente para que eu pegue a minha ideia, a minha boa ideia, meu processo criativo e coloque dentro dela.

Vocês são responsáveis pela construção de imagens, de marcas, de reputações. O que você destaca como case de sucesso ao longo dessas quatro décadas?

Eu acho que o grande case da Engenhonovo é ter conseguido durante todos esses anos colocar dentro da sua comunicação imagens extremamente positivas que absorveram da cultura baiana, da cultura dessa cidade, dessa terra, junto ao esforço mercadológico. Vou lhe dar um exemplo: a Engenhonovo foi a única agência que colocou Jorge Amado num comercial de televisão. Eu coloquei para uma construtora na época, a Encol, que não existe mais. Eu coloquei Jorge Amado e Zélia Gattai e foi muito interessante, foi uma experiência interessante para a Engenhonovo e para a propaganda baiana. Quando nós começamos a conversar, ele começou a querer fazer o roteiro do filme, como fazer roteiro? Cliente não faz roteiro, e ele veio com um roteiro horroroso. Mas foi uma relação maravilhosa que tivemos com ele. Nós fizemos um trabalho para a TV Educativa de vinhetas, na época a computação estava começando, usando o desenho de Carybé, e foi uma coisa linda, emo-

cionante. Quando viu aquele cavalo dele com o vaqueiro em cima andando, correndo, Carybé ficou emocionado com aquilo. Nós construímos junto com o Nivaldo Lariú o Dicionário de Baianês, como um brinde da Engenhonovo na época. Do ponto de vista social, nós fizemos, por exemplo, a primeira campanha brasileira contra a exploração sexual de criança e adolescente. Na época, a gente conseguiu prender 22 infratores, tivemos 400 denúncias de infração. Isso é uma vitória extraordinária que nos orgulha muito. São os grandes cases que a gente tem na nossa história, além de vários outros que construímos.

Vocês fizeram trabalhos com Raul Seixas, tiveram trabalhos sociais ligados também à Odebrecht...

Pois é. Repare bem, nós fizemos um trabalho com a Odebrecht em Vitória da Conquista e a Odebrecht doou a Conquista aquele Cristo. E nós estávamos fazendo um lançamento imobiliário lá e utilizamos um pôster daquilo como brinde. Quer dizer, nós sempre construímos. Com a Odebrecht, a gente também fez alguns brindes aqui de lançamentos imobiliários do Porto Seco Pirajá, do Centro Empresarial Iguatemi. Nós fizemos um trabalho com o Iguatemi também, fomos nós que colocamos primeiro aqueles banners hoje que o Iguatemi tem.

Alguns profissionais morreram, ficaram parados na estrada

Uma coisa não mudou, que é a boa ideia, e nós somos produtores de boas ideias

Em 40 anos, não tive a pretensão de aprender todas as mudanças tecnológicas

OSVALDO LYRA

Fundador da Engenhonovo, o publicitário Fernando Passos comemora essa semana os 40 anos da agência, que é responsável pela construção de imagens, marcas e reputações ao longo dessas quatro décadas. De acordo com ele, o mercado de publicidade e propaganda é muito dinâmico e exige que os profissionais estejam sempre à frente do seu tempo.

nária, a gente inclusive descia para ir para a praia jogar baba lá. Isso existe numa empresa? Existe na Bahia. E existia uma empresa que fazia isso, que tinha uma prática dessa e que hoje tem 40 anos.

Vocês passaram por diversos momentos de crise ao longo desses 40 anos, como a crise que nós vivemos agora. O mercado sempre se reinventa?

O mercado sempre se reinventa. Isso é inevitável. Outro dia a gente estava discutindo sobre o mercado imobiliário, por exemplo, que é um segmento muito forte para nós. O mercado imobiliário está passando por uma transformação muito interessante do ponto de vista dos projetos, dos produtos que são oferecidos por conta das mudanças de hábitos, e aí a comunicação passa a absorver essa linguagem. Então, hoje não basta simplesmente você anunciar um apartamento de 3 quartos na Graça se você não diz para o consumidor características que são fundamentais para ele, como áreas de lazer, proximidades, a possibilidade de ter um home office dentro do apartamento, uma área de serviço boa para trabalhar internamente. Então, nós, publicitários, precisamos entender de alguma forma a nova alma do consumidor. Aconteceu antes, está acontecendo hoje e vai acontecer amanhã.

A Engenhonovo completa essa semana 40 anos. Há muito o que comemorar?

Há muito o que comemorar. Eu tenho 75 anos, 40 de Engenhonovo. Tive uma agência com Domingos Leonelli e Cláudio Barreto antes da Engenho, vivemos durante cinco anos. Mas essa trajetória, até hoje eu trabalho. Eu trabalho intensamente na agência e trabalho com muito gás, com muita vontade. Gosto muito de fazer o que eu faço, tenho uma satisfação enorme. A minha satisfação é saber que a minha profissão sustenta a democracia. É que minha profissão de publicidade sustenta a liberdade de imprensa. Uma sociedade que não tem publicidade é uma sociedade onde a imprensa é sustentada pelo Estado, então é uma imprensa que não é livre. Se você tem jornais que são livres para falar a verdade, emissoras de televisão livres para falar a verdade, rádios livres para a verdade, quem sustenta essa verdade é a publicidade. É a nossa atividade. Isso eu tenho orgulho demais, que a publicidade sustenta uma indústria editorial extraordinária no Brasil inteiro, principalmente nessa época. As mídias sociais hoje são produtoras de fake news, 70% do que é veiculado nas mídias sociais são fake news. É que desmonta as fake news? É a indústria de comunicação. São os jornais, as rádios, as emissoras de televisão. São elas que sustentam e dizem “isso é mentira, isso é mentira”.

Aqueles banners foram inaugurados como verdadeira galeria de arte. Nós colocamos vários artistas, Bel Borba, Calazans, com trabalhos enormes, um verdadeiro outdoor de arte ali na frente. A gente tem um orgulho enorme de ter feito isso, muito grande mesmo. Com Raul Seixas é uma história muito interessante que a gente tem que perpassou. Nós tínhamos só dois anos de vida e uma grande redatora chamada Lena Coutinho, que adorava o trabalho de Raul Seixas e mandou uma carta para ele através de uma pessoa. Mandou a carta e ele ficou encantado com a carta de Lena, porque ela escrevia muito bem. E ele foi lá na Engenho, que hoje é um barzinho maravilhoso, Bar Pedra da Sereia, onde tem uma música gostosíssima. E aí ele se encontrou com Lena, começaram a namorar e foram casados. Eu me considero assim um pouco o viabilizador desse casamento. Tem um dado aí que é interessante, que a nossa agência começou ali. Na época, um amigo, um consultor amigo nosso disse que a Engenhonovo era igual a um besouro. Porque o besouro é aquele bichinho que é gordo, enorme, com a asinha pequenininha. E você diz assim “não, esse bicho não vai voar” e ele vai lá e voa. Ele dizia: a Engenhonovo é assim. Ela está implantada num lugar que tem um pôr do sol maravilhoso, uma praia extraordi-

LUIÇA CARVALHO*

Depois das festividades de Natal e Ano Novo, é hora da volta às aulas entrar no calendário varejista. Neste mês de janeiro, porém, os corredores das papelarias e livrarias não estão lotados como de costume. A perspectiva de reaproveitamento dos materiais comprados no ano passado, que não foram utilizados no ensino remoto, têm gerado a diminuição da busca por itens escolares. Com a tendência de uma lista mais "enxuta", a compra de materiais escolares neste ano pode sair mais em conta mesmo com o reajuste dos preços de alguns produtos.

De acordo com a Associação Brasileira de Fabricantes e Importadores de Artigos Escolares (ABFIAE), os produtos nacionais terão aumento de 8% a 10% em seus valores em 2021 devido ao reajuste de matérias primas básicas —, como papel, plástico e tinta. Os itens vindos do exterior, geralmente, artigos de escrita, estojos e mochilas passam por reajuste maior, de cerca de 20%, por conta da variação do dólar.

Para o diretor de relações institucionais da ABFIAE, Ricardo Carrijo, o momento é de certa insegurança no setor em razão da falta de uma definição objetiva e geral sobre o retorno das aulas. Neste contexto, os donos de papelaria têm dúvidas sobre a necessidade de se abastecer com os materiais.

Em Salvador, na rede pública, ainda não foi definido o início do ano letivo e nem há exatidão sobre qual será o modelo de aulas adotado. As escolas particulares foram orientadas pelo Sindicato de Estabelecimentos de Ensino do Estado da Bahia (Sinepe) a começarem suas aulas remotamente ou de forma híbrida, em 3 de fevereiro. A definição exata do modelo depende da autorização do funcionamento presencial pelas autoridades.

O diretor do Sinepe, Jorge Tadeu, afirma que, com a perspectiva de retorno remoto das aulas, a lista de materiais escolares será bastante compacta. "Presencialmente se utiliza mais material. Lojistas de fardas e de materiais escolares podem vender muito menos porque esses itens não são tão consumidos na modalidade remota", diz ele.

Não existe uma regra sobre o que pode ou não pode constar na lista de materiais escolares solicitados pela escola, desde que os itens estejam vinculados ao desenvolvimento de atividades didático-pedagógicas. Neste contexto, o superintendente do Procon na Bahia, Filipe Vieira, destaca que pais e responsáveis precisam atentar para que as escolas não cobrem 2021 o que foi entregue no ano passado e não foi utilizado nas aulas online.

Caso a matrícula da criança na escola não seja renovada neste ano, o material não utilizado pode ser exigido de volta.

Vendas em baixa

José Carlos Pereira administra a Ideia Papelaria, na avenida Joana Angélica, ao lado da esposa, Eliene Souza. Am-



Corredores de lojas estão vazios nesse início de ano, diante da indefinição quanto ao retorno ou não das atividades escolares presenciais

MATERIAL Setor amarga queda nas vendas com perspectiva de ensino remoto e lista mais 'enxuta'

Papelarias e livrarias enfrentam dificuldades na volta às aulas 2021



Bruna é vendedora na Ideia Papelaria, localizada na av. Joana Angélica, Centro

Segundo associação, artigos nacionais terão reajuste este ano de 8% a 10%, e itens importados de cerca de 20%, por conta da alta do dólar

bos estranham a falta de movimento na loja neste início de ano, que consideram atípico. "É preocupante, porque para a papelaria, o nosso Natal é agora. A gente fica sempre na espera da volta às aulas para vender um pouco mais", ele afirma.

Eliene nota a tendência de aumento de pedidos de orçamento pela internet ou por telefone, mas mesmo esse tipo de procura se mantém baixa. Para eles, as expectativas para os próximos meses não são positivas e por isso questionam se vale a pena investir nos produtos

como faziam nos anos anteriores.

Na livraria Monteiro, também na Joana Angélica, o consumo para o ano letivo de 2021 diminuiu por volta de 55% em comparação a 2019, fala o proprietário Gustavo Monteiro. Alguns produtos, como caderno, lápis e compasso, têm tido saída, mas não houve o aquecimento característico do período. Para o lojista, a pouca procura se relaciona também a uma situação que considera grave: o fechamento de escolas.

"Muitas escolas de ensino



Movimento caiu pela metade, diz Gustavo Monteiro

infantil de pequeno porte não resistiram à pandemia. Muitas com quem tínhamos parceria não aparecem neste ano e não há definição se vão voltar a funcionar".

Na mesma avenida, Evandro Marques, vendedor na Livraria e Papelaria Lapa, observa que as típicas listas grandes de materiais escolares estão sendo trocadas neste ano por anotações pontuais e pequenas. "Está saindo muita miudeza".

A procura por livros didáticos é o que se destaca entre os itens mais buscados, mas também está baixa.

A advogada Lilian Miranda é mãe de Theodoro, 5, aluno do ensino infantil. O retorno das aulas dele está confirmado, mesmo sem a definição se no formato remoto ou híbrido. Com a falta de certeza, muita coisa foi cortada da lista de materiais.

"Mesmo com a lista mais enxuta, acaba havendo uma compensação por causa do reajuste dos livros, mas se a gente for considerar a lista completa, este ano vai haver uma diminuição no valor".

*SOB A SUPERVISÃO DO JORNALISTA FÁBIO BITTENCOURT

Preservação do "mínimo existencial" impede penhora sobre aposentadoria



Direito previdenciário Luciano Martinez

Juiz do Trabalho, professor de Direito do Trabalho e Previdenciário da UFBA
lucianomartinez.ba@gmail.com
@lucianomartinez10

É possível penhorar a aposentadoria de alguém para pagamento de dívida trabalhista?

Resposta: Depende do valor da aposentadoria; depende

das circunstâncias. A Subseção II Especializada em Dissídios Individuais (SDI-2) do Tribunal Superior do Trabalho, nos autos do RO-1002653-49.2018.5./02.000, por exemplo, negou o recurso de um pedreiro de São Paulo contra decisão que rejeitou seu pedido de penhora dos proventos de aposentadoria de um ex-sócio.

O pedreiro argumentava ser ele, e não o executado, a parte hipossuficiente da relação capital x trabalho, mas o Colegiado entendeu que o caso revelava particularidades, em razão do fato de o

apostado ter 75 anos e receber salário mínimo.

O relator lembrou que o TST passou a considerar possível a determinação de penhora parcial de vencimentos realizados a partir da vigência do novo Código de Processo Civil (CPC) para satisfação de débitos de natureza trabalhista.

Observe-se, que, a despeito de o art. 833, IV, do CPC, prever que, em regra, são impenhoráveis "os vencimentos, os subsídios, os soldos, os salários, as remunerações, os proventos de aposentadoria, as pensões, os

pecúlios e os montepios, bem como as quantias recebidas por liberalidade de terceiro e destinadas ao sustento do devedor e de sua família, os ganhos de trabalhador autônomo e os honorários de profissional liberal", há exceção que permite a constrição sobre esses direitos na hipótese de penhora para pagamento de prestação alimentícia (note-se que não se diz "prestação alimentícia", mas "prestação alimentícia"), independentemente de sua origem.

Contudo, o caso do apo-

sentado apresentava particularidades em relação aos demais. Em razão da idade do executado, 75 anos, e do valor de um salário mínimo de aposentadoria, o ministro entendeu necessário ponderar entre o direito do empregado de ver seu crédito satisfeito e a própria subsistência do executado, que, no caso, teria de sobreviver com metade de um salário mínimo até a satisfação total do débito.

"Conclui-se que este se sobressai em detrimento daquele, com base na dignidade da pessoa humana",

ressaltou. Além do fato de, em razão da idade, o executado está impossibilitado de retornar ao mercado de trabalho para complementar a renda e de o valor ser rendimento de aposentadoria, o relator observou que a situação se agrava quando se constata que o montante é considerado o mínimo, "dadas as circunstâncias, que uma pessoa possa receber para atender suas necessidades vitais básicas, o que, pela realidade do país, sabe-se que ainda está de veras aquém do ideal".

A decisão foi unânime.

AGRONEGÓCIOS

agronegocios@grupoatarde.com.br

Agro A TARDE

JOSÉ LUIZ TEJON



UMA VISÃO ABRANGENTE
SOBRE O AGRONEGÓCIO

atarde.com.br/colunista/atardeagro
tejon@grupoatarde.com.br

Júlio Busato da Bahia assume presidência da Abrapa

A qualidade dos líderes define a qualidade da prosperidade, de um setor e de tudo na vida.

O algodão foi destruído e reconstruído. Líderes de verdade quando pegam para fazer encontrarão os meios e os caminhos para fazer. Ao contrário, líderes fake são os que dizem que não há nada para fazer. Se fizemos no algodão brasileiro o que fizemos nestes 20 anos sem dúvida podemos fazer a mesma coisa em todas as demais cadeias produtivas e nas nossas vidas. O algodão revela que chora-

deira e vitimização não são a solução.

O "cotton Brazil" foi lançado pela Abrapa – Associação Brasileira dos Produtores de Algodão, com apoio da Apex e da Anea – Associação Nacional de Exportadores do Algodão do Brasil. A Abrapa desenvolveu inteligência de governança e de marketing. Vinte anos atrás o algodão tinha sido destruído exatamente pela incompetência da gestão dos elos da sua cadeia produtiva. Hoje somos o maior exportador mundial de algodão responsável, dentro

da sustentabilidade.

Fizemos um salto de qualidade. O setor não se contentou em fazer bem feito

A qualidade dos líderes define a qualidade da prosperidade, de um setor e de tudo na vida

somente no dentro da porteira. Envolveu a ciência que antecede a lavoura e incluiu o setor industrial dos têxteis. Inovação com código de barras, fazendas de origem, certificação. E um salto importante de comunicação. Diálogo com estilistas, varejistas, empresários da indústria, produtores, e consumidores finais...

Sou algodão. E agora lá na Ásia, um competente executivo brasileiro Marcelo Duarte representa as ações de marketing perante os clientes internacionais... De São Paulo Fashion Week à

família de produtores rurais, esta cadeia produtiva é show... nas passarelas da modernidade. Renasceu da destruição e exemplifica o que temos que fazer em todas as demais cadeias produtivas ao invés de ficarmos brigando entre os elos do antes dentro e pós-porteira ou falando mal da sociedade e de clientes e consumidores.

Agora, qual o segredo do algodão? Simples. Onde tem líderes de qualidade podemos observar a qualidade da prosperidade. Em 20 anos, do segundo maior importa-

dor mundial de algodão viramos o segundo maior exportador mundial e com sustentabilidade. Exatamente fazendo o que o cliente quer... e unidos, toda a cadeia produtiva.

Parabéns, líderes, Arlindo Moura, Milton Garbugio, ex-presidentes da Abrapa. O novo vice-presidente Alexandre Schenkel. E muito sucesso ao Júlio Busato, que mostre ao mundo o que a Bahia e o Brasil têm no melhor algodão do mundo.

O Brasil sabe fazer muito bem feito. Basta ter os líderes certos no lugar certo.

CULTURA Mucugê e Palmeiras são os municípios que já integram a fruticultura aos roteiros turísticos da região

Chapada investe nas frutas vermelhas

MIRIAM HERMES

Mucugê e Palmeiras são os dois municípios que já integram a Rota das Frutas Vermelhas aos roteiros turísticos da Chapada Diamantina. Lançado no ano passado, agora o projeto está parado por causa da pandemia, mas preparado para receber os visitantes assim que a disseminação do novo coronavírus esteja controlada.

As frutas vermelhas, como amora, e pseudo-frutas, como o morango, se consolidam como culturas com bom desempenho na região, embora sejam oriundas de locais com clima temperado. Framboesa, pitaya e mirtilo ainda estão em fase de implantação e experimentos em pequenas áreas.

Essas culturas ganham espaço no interior da Bahia graças às pesquisas científicas, bem como à altitude e clima de Mucugê, Boninal, Ibicoara, Morro do Chapéu e Barra da Estiva, principais municípios produtores, onde a paisagem montanhosa assiste o trabalho de homens e mulheres que apostam nestas culturas desde 2013.

A produção da agricultura familiar tem mercado garantido, principalmente para Salvador e região metropolitana, através de associações e cooperativas. Apesar do desenvolvimento da atividade, desde 2018 o Brasil não contabiliza essas culturas no Censo Agropecuario do IBGE. O último dado é de 2017 quando a Bahia registrou a produção de 2,8 toneladas de morango, deixando o estado em oitavo lugar entre os produtores nacionais.

Uma pesquisa encomendada pelo Sebrae e a Cooperativa dos Produtores Rurais da Chapada Diamantina (Coopchapada) com associados apontou que nos meses de pico (entre setembro e dezembro) a produção média é de 63 mil kg de morango por mês, sendo 47 toneladas in natura e 16 toneladas congelado para beneficiamento.

No entanto, existe uma cíclica sazonalidade de produção e como nem todos produtores baianos de morango fazem parte da cooperativa, ainda é difícil estimar o quanto o estado produz atualmente deste pseudo-fruto.

Só a cooperativa está fazen-

do toda a movimentação de venda para cerca de 30 propriedades neste período, embora tenha mais associados e a atividade sustente mais de 100 famílias na região.

A mesma pesquisa solicitada pelo Sebrae/Coopchapada apontou que entre 2019 e 2020 foram introduzidas 5.630 mudas de amora preta, segunda maior cultura entre este segmento na região. A produção média entre setembro e dezembro deste ano foi de 3.700 kg/mês do fruto congelado entre os associados.

Conforme o presidente da cooperativa, Jairo Aguiar, nem todos cooperados estão em época de produção, considerando que a espécie requer a renovação total dos canteiros entre 15 a 17 meses após o início da produção.

As novas mudas são adquiridas em grande parte do Chile e da Espanha, apesar de São Paulo e Rio Grande do Sul também terem tradição na produção de variedades selecionadas.

A cooperativa foi fundada em 2015, inicialmente como Associação dos Produtores Rurais de Mucugê. Em 2017 foi ampliada a área de abrangência da entidade, passando para a atual nomenclatura com sócios também de Ibicoara, Barra da Estiva e Boninal.

Entre 2017 e 2018 uma praga atacou os morangueiros, "quando em um mês perdemos 40 toneladas", lamentou, pontuando que esse volume era 95% da produção estimada, o que representou um duro golpe para a atividade que ainda estava se estabelecendo no estado.

"A Cooperativa já chegou funcionar com um quadro ativo de 100 Produtores entregando morango na mesma época", afirmou a diretora administrativa da cooperativa, Irene Souza, acrescentando que entre 2016, 2017 já chegou a comercializar 40 mil caixas de morango por mês.

No ano passado a cooperativa foi selecionada para o Programa Bahia Produtiva, executado pela Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), empresa pública vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR) que está investindo R\$ 2,7 milhões no segmento das frutas vermelhas do território de Identidade Chapada Diamantina.



A amora é uma das frutas vermelhas cultivadas na Chapada Diamantina da Bahia



O morango é uma das principais frutas que integram a rota turística da região

A expectativa, conforme o presidente da cooperativa, Jairo Aguiar, é a partir do início de 2021 realizar a construção da sede própria com câmara fria e agroindústria de beneficiamento, bem como a aquisição de um caminhão que vai facilitar o escoamento da produção.

"Por enquanto a logística ainda é limitada", afirmou Aguiar, salientando que além de Salvador onde tem rede organizada de distri-

buição, os frutos são vendidos para os mercados de Recife (PE) e Aracaju (SE), entre outros lugares de forma pulverizada e pequenos volumes.

Mapeamento

Através da iniciativa do Sebrae e da prefeitura de Mucugê, que também já pensava sobre esta ideia, o projeto *A rota das frutas vermelhas* contou com consultoria especializada que fez mapeamento, seleção de propriedades, capacitação e qualificação dos proprietários dos imóveis e colaboradores.

"Desde 2019 as primeiras duas propriedades de Mucugê, selecionadas estrategicamente, estão recebendo visitantes, com ótima aceitação do roteiro", disse o gestor do projeto, Heitor Ferrari Marback, lembrando que até o ano passado o projeto se chamava *Horticultura na Chapada Diamantina*, já

com o morango como principal cultura.

"Entre 2019/2020 o governo federal lançou um conjunto de projetos, com mobilização do Sebrae e Senar e nosso programa passou a ser Agronordeste Chapada Diamantina, com expansão para cinco cadeias produtivas", disse Marback, que é vinculado ao escritório regional do Sebrae de Irecê.

Ele citou que, além da horticultura, também a fruticultura, apicultura, bovinocultura leiteira e caprinovincultura estão sendo trabalhados no projeto e enfatizou que as frutas vermelhas ficaram em posição privilegiada "pelo alto valor comercial e possibilidade de rápido retorno a partir de 60 dias por valores entre R\$ 6 a R\$ 10 o quilo".

A rota das frutas vermelhas agrega mais opções no leque de atrativos da região, conhecida pelas paisagens que atraem turistas de diversos países. "Até o início deste ano tivemos dois sítios capacitados para receber visitantes, o Frutas Vermelhas e o Sítio do Galera, ambos em Mucugê", destacou.

"Já tivemos muitos visitantes e sempre recebemos mensagens de pessoas perguntando quando voltaremos a receber turistas", disse Uvilson Santos, proprietário do sítio Frutas Vermelhas, no povoado de Capãozinho, que divide com a mulher a tarefa de gerenciar a produção, venda e a recepção aos turistas.

No período que permanece na propriedade o visitante tem interação com diversos espaços e conhece a história da família na região da Chapada, bem como detalhes da produção agrícola. Também tem oportunidade de degustar as frutas *in natura*, em forma de geleias e licores, que são produzidos na propriedade e comercializados como lembranças da visita à Chapada Diamantina.

Quando a rota for reaberta mais dois locais estarão habilitados para receber os turistas, ambos nos caminhos do Vale do Capão, em Palmeiras. Vale lembrar que antes mesmo da pandemia as visitas tinham que ser agendadas antecipadamente. Essa reserva pode ser através dos contatos de redes sociais dos sítios, bem como através de algumas agências de turismo da região.

Sebrae / Divulgação

Coopchapada / DIVULGAÇÃO

ELEIÇÃO NO SENADO Senador do DEM recebeu esta semana declaração de apoio de duas legendas

MDB articula o apoio de outros partidos para derrotar Pacheco

DA REDAÇÃO

Os quatro pré-candidatos do MDB à presidência do Senado tentam acelerar a formalização de alianças antes mesmo da definição de qual deles representará o partido na disputa em fevereiro.

Principal adversário do MDB até o momento, o senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) avançou nesta semana ao receber a declaração de apoio para a presidência do Senado, da segunda maior bancada, o PSD, com 11 senadores, e do Pros, com três. Pacheco é o candidato do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP).

A sigla se movimenta em busca do apoio dos sete tucanos e dos seis petistas. Buscam a vaga pelo partido a presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Simone Tebet (MS), o líder do partido, Eduardo Braga (AM), e os líderes do governo no Congresso, Eduardo Gomes (TO), e no Senado, Fernando Bezerra (PE). A disputa está afunilada entre Simone e Braga.

Em uma tentativa de demonstrar unidade, os emedebistas decidiram que vai ser o candidato da bancada quem demonstrar ter o



Rodrigo Pacheco (DEM-MG) é o candidato apoiado pelo atual presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP)

Quatro emedebistas estão na disputa para representar a sigla no pleito

maior apoio nas demais legendas. Cada um deles vai ter que apresentar uma lista com os nomes de potenciais eleitores.

De acordo com o 'Congresso em Foco' o PT foi procurado por Eduardo Braga, com quem deve se reunir nos próximos dias. Os petistas tiveram um encontro

com Pacheco no fim de dezembro e saíram satisfeitos, mas sem definição de aliança. A bancada pretende ouvir outros pré-candidatos.

O PSDB vai fazer uma reunião conjunta com o Podemos, que tem dez senadores, no próximo dia 15. O objetivo é que os dois partidos tenham a mesma posição na

disputa à presidência.

A eleição no Senado vai definir o sucessor de Davi Alcolumbre, do democratas do Amapá. Alcolumbre cogitava buscar a reeleição, mas foi impedido pelo Supremo Tribunal Federal, que considerou inconstitucional um segundo mandato na mesma legislatura.

SANTO ESTÊVÃO

Rui Costa realiza entrega de obras de infraestrutura

DA REDAÇÃO

O governador Rui Costa esteve ontem em Santo Estêvão para fazer uma série de entregas e assinaturas, que envolvem cerca de R\$ 30 milhões em investimentos. Dentre as intervenções, o destaque é para a infraestrutura, inclusive a inauguração da pavimentação do trecho que liga a sede ao distrito de Sítio do Arago.

“Todos os municípios dessa região são beneficiados com os investimentos em infraestrutura, com a recuperação das chamadas estradas vicinais. Fizemos investimentos também de esgotamento sanitário, abastecimento de água, na área cultural e nas escolas”, afirmou o governador.

Com seis quilômetros de extensão, a pavimentação realizada pela Secretaria de Infraestrutura do Estado (Seinfra) no acesso ao povoado de Sítio do Arago contou com investimento

MELHORAS NO ABASTECIMENTO

A Embasa, via Secretaria de Infraestrutura Hídrica e Saneamento do Estado, entregou ainda a ampliação da rede de distribuição de água para Baraúnas e Poço Escuro

superior a R\$ 4 milhões.

Além disso, 13 vias do bairro Lagoa do Capim foram beneficiadas pela colocação de paralelepípedos e pela realização do serviço de drenagem. As ações foram executadas pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Estado (Sedur) e receberam recursos da ordem de R\$ 1,1 milhão.

A agenda envolveu também a entrega oficial da obra de drenagem da Avenida Getúlio Vargas, uma das principais da cidade, que também foi feita pela Sedur, desta vez com um in-

Theu Souza / ASCOM PMSE / Divulgação



Rogério, prefeito, com Rui e o secretário Jerônimo

vestimento de R\$ 418 mil.

Ainda no segmento de infraestrutura, foi assinada por Rui uma ordem de serviço para o início das obras de melhoria em estradas vicinais que cortam diversos municípios, inclusive Santo Estêvão. Nesta ação, em que o investimento ultrapassa R\$ 21 milhões, estão envolvidos os serviços de sinalização e revestimento primário; de bueiro tubular de concreto, bueiro capeado, passagem molhada, pontes, melhoria de greide e drenagem.

“A iniciativa envolve 16

municípios. Faremos mais de 200 intervenções localizadas, configurando um programa pioneiro no Brasil, que está em conjunto com a atenção a 1.580 pontos de estrada, sem contar os pontos críticos, garantindo escoamento do pequeno produtor baiano”, enfatizou o secretário da Infraestrutura, Marcus Cavalcanti.

Rui autorizou ainda a implantação da extensão de rede de iluminação pública da Avenida Paraguaçu, do trecho de 14 quilômetros que vai da sede ao Porto Castro Alves.

VENDA DE SENTENÇAS

Desembargadora entrega lista com 58 envolvidos

DA REDAÇÃO

A desembargadora Sandra Inês Moraes Rusciollelli, presa no âmbito da Operação Faroeste e cumprindo prisão domiciliar, entregou uma lista com 58 nomes envolvidos no esquema de venda de sentenças no Tribunal de Justiça da Bahia (TJ-BA) após firmar acordo de delação premiada.

A lista foi entregue em uma petição apresentada à Procuradoria-Geral da República (PGR) e conta com 12 desembargadores, 7 deles já investigados na operação.

A Operação Faroeste apura a participação de membros do TJ baiano em organizações criminosas especializadas em vendas de decisões e lavagem de ativos, com atuação nos conflitos de terras do Oeste baiano e outras regiões.

Já investigados

Entre os 12 desembargadores do TJ-BA já formalmente in-

ENTREVISTA

Secretário busca retorno às aulas antes da vacinação



FERNANDO VALVERDE

Escolhido pelo prefeito Bruno Reis (DEM), o novo secretário municipal da Educação, o ex-prefeito de Mata de São João, Marcelo Oliveira, encontrará grandes desafios no comando da pasta. Com um 2020 atípico no ensino escolar por conta da pandemia, o maior deles será promover a retomada das aulas em Salvador de forma segura.

Em entrevista ao programa Isso é Bahia, da rádio A TARDE FM, Marcelo falou da necessidade do retorno dos alunos às salas de aula e das limitações que enxerga no ensino remoto. “Tivemos um 2020 quase todo remoto e esse modelo tem uma limitação de não atender aquelas crianças que estão em situação de maior vulnerabilidade”, avaliou.

Para Marcelo, desde que haja segurança, não se pode esperar para retomar as aulas. “Não há possibilidade de esperarmos a imunização da população para que se retornem as aulas”, defendeu.

vestigados pela operação, constam da lista: José Olegário Monção Caldas, Maria das Graças Osório Pimentel Leal, Lígia Maria Ramos Cunha, Faroeste e cumprindo prisão domiciliar, entregou uma lista com 58 nomes envolvidos no esquema de venda de sentenças no Tribunal de Justiça da Bahia (TJ-BA) após firmar acordo de delação premiada.

No documento endereçado à Subprocuradora-Geral da República, Lindora Maria de Araújo, ao qual A TARDE teve acesso, a defesa de Sandra Rusciollelli e do seu filho, Vasco Rusciollelli Azevedo, mencionam terem encaminhado ainda “farto cipoal probatório (...) detalhando as condutas de cada uma das partes envolvidas no esquema investigado.”

Sandra Rusciollelli e o filho cumprem prisão domiciliar com uso de tornozeleira eletrônica desde o mês de setembro.

IRREGULARIDADE

Ministério fiscaliza candidatos que recebem Bolsa Família

LUCIANO NASCIMENTO

Agência Brasil

O Ministério da Cidadania publicou ontem no Diário Oficial da União instrução normativa com as regras que devem ser aplicadas pelos gestores municipais do Bolsa Família para fiscalizar os beneficiários do programa que tenham doado recursos para candidatos ou prestado serviços às campanhas eleitorais e apresentem patrimônio incompatível com as regras do programa.

Entre as punições que podem ser aplicadas está a suspensão ou o cancelamento do benefício para quem doou mais de meio salário mínimo per capita mensal para

campanhas ou que apareça como prestador de serviços para candidatos e partidos.

A fiscalização também vai ser feita nos casos de beneficiários do Bolsa Família que foram candidatos e declararam patrimônio incompatível com a condição de pobreza ou pobreza extrema.

Para descobrir o quantitativo de pessoas que se encaixa no perfil, o governo vai levar em conta as informações obtidas a partir do cruzamento da base do Cadastro Único de novembro de 2020 e da folha de pagamentos de dezembro de 2020.

Também serão analisados os resultados dos cruzamentos de dados feitos pelo Tribunal de Contas da União e

pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) referentes aos doadores de campanha e aos prestadores de serviços para campanha eleitoral nas eleições 2020, assim como as bases de dados com as declarações de bens dos candidatos que participaram do pleito.

Em novembro, um levantamento similar feito pelo TSE apontou que mais de 31 mil pessoas que estão no Bolsa Família ou receberam o auxílio emergencial estavam entre os sócios de fornecedores de campanha nessas eleições. Além disso, mais de 65 mil pessoas inscritas em programas sociais, como o Bolsa Família, fizeram doações eleitorais que somam mais de R\$ 54 milhões.



CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CADASTRO DE INSTITUIÇÕES SOCIAIS SEM FINS LUCRATIVOS COM VISTA A CELEBRAR ACORDO DE COOPERAÇÃO PARA REALIZAR OS CURSOS DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO EM 2021

O Chamamento Público visa à formação de cadastro de Instituições Sociais sem fins lucrativos, interessadas e aptas a celebrarem Acordo de Cooperação com intuito de receber em suas dependências os Cursos de Desenvolvimento em Comunidade e/ou de Artes Visuais ofertados pelo Sesc Bahia por meio da sua Unidade Executiva denominada Centro de Formação Artesanal, situada no Centro Histórico de Salvador. Os cursos serão ministrados por instrutores do Sesc e terão como público alvo os beneficiários atendidos pelas Instituições e seu entorno. As instituições interessadas deverão apresentar todos os documentos necessários no ato da inscrição. O Sesc Bahia realizará análise da documentação apresentada, do público beneficiário e da finalidade social, e das instalações físicas da Instituição visando a formação de cadastro. A inclusão da Instituição no cadastro não gera obrigatoriedade de contratação para o Sesc Bahia, que celebrará o Acordo de Cooperação conforme seu interesse e conveniência. A classificação será por ordem de inscrição.

PRAZO PARA ENTREGA DE DOCUMENTOS: 11 a 18/01/2021, das 8h30 às 16h30, no Centro de Formação Artesanal, sito à Rua Francisco Muniz Barreto, 4/6, térreo (antiga Rua das Laranjeiras), com agendamento prévio via telefone (devido pandemia). Para mais informações: (71) 3266-1700/3321-7491.

As informações completas sobre este Chamamento Público, a relação de documentos necessários para firmar o acordo de cooperação e os critérios para inclusão no cadastro, encontram-se disponíveis, gratuitamente, no endereço acima especificado e no site sescbahia.com.br no campo “Notícias”.

Salvador, 9 de janeiro de 2021


José Carlos Boulhosa Baqueiro
Diretor Regional

Satélite



Os bastidores da política baiana

POR JAIRO COSTA JÚNIOR



jairo.junior@redebahia.com.br



@satelite

●● Não podemos mais perder tempo. A Anvisa precisa, de uma vez por todas, se posicionar de forma clara para iniciarmos a vacinação em massa em todo o país
ACM Neto

Ex-prefeito de Salvador e presidente nacional do DEM, ao comentar a comprovação da eficácia da Coronavac, considerada por ele 'uma vitória da ciência e um passo fundamental na luta contra a pandemia'

Passagem de trator

Após os desgastes causados pela denúncia da Operação Faroeste, o governo do estado iniciou o processo de desmonte na Superintendência de Inteligência na Secretaria de Segurança Pública (SSP) e o plano para colocar a máquina de escutas telefônicas sob controle da Polícia Civil. O primeiro ato veio com a nomeação, sábado passado, do delegado Ivo Tourinho para chefe o setor no lugar do agente da PF Rogério Magno, demitido no começo do mês à reboque da queda do ex-secretário Maurício Barbosa. Tourinho, que já dirigiu a Inteligência da Civil, era opositor do comando da SSP sobre os equipamentos utilizados em interceptações telefônicas e telemáticas e para quebra de sigilos bancário e fiscal. Ele chegou a ser exonerado do cargo em 2018, depois de entrar em rota de colisão com Barbosa.

SEGUNDA FILA

O novo subsecretário da SSP, Hélio Jorge Paixão, nomeou ainda o tenente-coronel Fernando José Farias para atuar, que estava à frente das operações de inteligência da como braço-direito de Tourinho.

Troca de guarda

No mesmo compasso, Hélio Jorge determinou a criação de um grupo de trabalho para acelerar a transferência do Laboratório de Tecnologia contra Lavagem de Dinheiro (LAB-LD) para a Polícia Civil. Desenvolvido pelo Ministério da Justiça em parceria com o Banco do Brasil, o LAB-LD se tornou o principal equipamento de análise ou rastreamento de dados financeiros e foi transferido aos estados por meio de convênio firmado em 2006.

Última grampolândia

Até hoje, a Bahia é o único estado do país em que a ferramenta é controlada exclusivamente pela SSP. O que levou o Ministério Público Federal a ajuizar ação para que o controle do LAB-LD fosse entregue à Civil, como determina o dispositivo da Constituição que regulamenta investigações criminais com quebras de sigilo e interceptações.

Carteira aberta

Investigados pela Faroeste deflagraram uma corrida para contratar advogados pesos-pesados que atua em grandes bancas de Brasília. No rastro das duas últimas etapas da operação, os alvos deixaram claro que preço não será problema.

Ladeira abaixo

Balanco da Federação Baiana de Turismo (Fetur) sobre os 25 maiores hotéis de Salvador apontou uma queda de aproximadamente 27% na taxa de ocupação em 2020. De acordo com os dados da Fetur, a rede hoteleira de luxo na capital fechou o ano com índice de 36,79%, ante os 63,53% de 2019. Para a federação, trata-se do pior ano para o segmento nas últimas três décadas. O período de maior baixa foi abril, maio e junho, com 8%, 12% e 17%, respectivamente.

Para poucos

Em dezembro, primeiro mês da alta temporada, a ocupação foi de cerca de 35%. Apenas três hotéis da cadeia tiveram desempenho igual ou acima da mais recente média histórica para o mês: Monte Pascoal (86%), Intercity Premium (71%), Grande Hotel da Barra (69%).

BAHIA

Salvador pede prorrogação de calamidade pública

PANDEMIA O prefeito de Salvador, Bruno Reis (DEM), enviou um ofício à Assembleia Legislativa do Estado da Bahia (Alba) solicitando o reconhecimento do estado de calamidade pública na capital. Na prática, funciona como uma prorrogação, já que essa situação havia sido reconhecida no ano passado. O decreto anterior valla até o último dia 31 de dezembro de 2020. O pedido é para que seja ampliado até o final deste ano. O governo baiano também solicitou essa prorrogação para o estado.

Caso o pedido seja acatado, o Município pode tomar ações como parcelar dívidas, atrasar ou antecipar execução de gastos e não realizar licitações para serviços. De acordo com Reis, é

Mais cinco cidades baianas anunciam acordo com Butantan

VACINA As cidades baianas de Mutuípe e Vera Cruz anunciaram que fizeram um acordo, na sexta-feira (8), com o Instituto Butantan, em São Paulo, para garantir a imunização contra a covid-19, como informou o portal G1.

Além de Mutuípe e Vera

importante que a Alba aceite a prorrogação "para que a prefeitura de Salvador possa continuar realizando todas as ações necessárias de combate à pandemia no próximo exercício, tão importantes para a população de Salvador".

Segundo ele, as transferências federais para Salvador somaram R\$ 544 milhões, mas se concentraram entre abril e setembro, chegando em novembro a apenas R\$ 3 milhões, sem indicativo de novos recursos. A Prefeitura, porém, está canalizando todos esses recursos para o combate à pandemia, que, no estado, já matou 9.424 pessoas desde março de 2020 (taxa de letalidade é de 1,84%), segundo boletim divulgado ontem pela Secretaria de Saúde do Estado (Sesab).

Foram 1.649 novos casos de covid-19 e 32 óbitos nas últimas 24 horas.

Cruz, pelo menos outros três municípios do estado anunciaram que fecharam acordos com o Instituto Butantan: Salinas da Margarida, para a compra 10 mil doses; Itaberaba, 30 mil doses, e Amargosa, para mais de 12 mil doses.

O governo federal confirmou a compra de 100 milhões

de dose da vacina. Diante do anúncio, a prefeitura de Salvador, Bruno Reis (DEM), que também tinha formalizado o interesse pela compra de 103 mil doses, anunciou que não vai mais investir recursos próprios para adquirir os imunizantes e que vai pedir prioridade do governo federal para receber as vacinas.

Ainda segundo o boletim, dos 512.841 casos confirmados, 496.542 são considerados recuperados, e 6.875 encontram-se ativos. Salvador é a cidade com o maior número de casos positivos, contabilizando 22,37% de todo o estado. Dentre as cidades com os maiores coeficientes de incidência por 100 mil habitantes, estão Ibirataia (10.514,63), Muniz Ferreira (8.636,49), Conceição do Coité (8.533,00), Jucuruçu (8.163,49) e Pintadas (8.096,20).

Segundo a Sesab, o boletim epidemiológico registra ainda 902.102 casos descartados e 121.681 em investigação. Em todo o estado, 37.642 profissionais da saúde testaram positivo para a covid-19. Dos 2.036 leitos disponíveis no estado, 1.254 estão ocupados, o que representa uma ocupação geral de 62%.

PROUNI

9.922

vagas estão sendo oferecidas pelas instituições particulares de ensino superior que aderiram ao Programa Universidade para Todos (ProUni) na Bahia; dessas, 3.993 bolsas são integrais e 5.929, parciais; as inscrições serão de terça (12) a sexta (15)

CEO DO INSTITUTO GENTE É CONVIDADO DO SEGUNDOU HOJE

BATE-PAPO O CEO do Instituto Gente e sócio do Gente Lab, Arthur Shinyashiki, é o convidado do programa Segundoou de hoje, com o publicitário Joca Guanaes, às 19h, no Instagram do CORREIO. Arthur começou a sua carreira trabalhando no Departamento de Business Intelligence de agências de publicidade renomadas, como a DM9DDB e a Ogilvy. Assumiu o cargo de supervisor com apenas 23 anos, liderando uma equipe que estudava padrões de sucesso para replicá-los.

ECONOMIA

Fim do auxílio emergencial tira R\$ 32 bi da baixa renda

POR MÊS O fim do auxílio emergencial vai mexer, de uma só vez, com a vida das pessoas e com a economia do país. O último crédito foi pago no dia 29 de dezembro e os saques derradeiros ainda serão feitos ao longo de janeiro. O governo federal deixou claro que não tem dinheiro em caixa para estender o benefício. Entre economistas, não há consenso em relação à prorrogação e seus critérios. Uns se preocupam com a questão social e outros com as contas públicas, já deterioradas.

Quem dependeu do benefício para se sustentar ou viu a vida melhorar com o suporte na renda diz que o ano começa com insegurança — e não é pouca gente. Foram 67,9 mi-

●● Sem um plano de transição para o fim do auxílio, é muito provável que as crises sociais também se agravem
Diana Gonzaga
Economista,
professora da UFBA

lhões de beneficiários, 4 em cada 10 brasileiros em idade de trabalhar. No decorrer de nove meses, foram pagos R\$ 292,9 bilhões. Na prática, deixam de ser injetados na economia dos estados R\$ 32,4 bilhões por mês, de acordo com reportagem da Folha de S. Paulo.

Os efeitos no dia a dia de famílias e negócios, principalmente comércio e serviços, levarão um tempo para aparecer nas estatísticas, mas, para quem acompanha indicadores sociais, a perspectiva não é boa.

Como ainda não há garantia de uma retomada consistente na oferta de trabalho, a economista Diana Gonzaga, professora da Universidade Federal da Bahia (UFBA), afirma que, sem um programa social, via transferência de renda, ou um plano econômico, que incentive a ge-

ração de empregos, as desigualdades regionais devem crescer. O pagamento do auxílio emergencial foi especialmente relevante nos estados das regiões Norte e Nordeste.

"Essas regiões já vinham numa situação econômica mais frágil antes da pandemia, com desemprego alto e muita informalidade", avaliou. "Sem um plano de transição para o fim do auxílio, é muito provável que as crises sociais também se agravem", avalia.

Quase 43% de todos os recursos do auxílio, cerca de R\$ 125 bilhões, foram para o Norte e o Nordeste.

As cinco primeiras parcelas do auxílio tiveram forte impacto sobre a geração de riqueza dessa parte do país. Contribuíram, em média, com uma alta de 6,5% do PIB dos estados do Norte e Nordeste.

Pesquisa mineral tem fila de 74 mil áreas à espera de definições

MINERAÇÃO Um total de 74.240 áreas para pesquisa mineral ou lavra aguardam na fila para a oferta pública pela Agência Nacional de Mineração (ANM). O estoque ganha mil novos processos por mês. O ritmo lento na realização de licitações trava investimentos no setor, critica a Associação Brasileira das Empresas de Pes-

quisa Mineral (ABPM). Para zerar o passivo nos próximos cinco anos, o país teria de ofertar em média 27 mil áreas ao ano.

Os cálculos foram feitos pela ABPM em estudo realizado em parceria com a startup Jazida.com.

Após três anos sem lançar editais, o governo retomou as rodadas em 2020 com um

modelo baseado em oferta pública seguida de leilão eletrônico (até 2018, o modelo era o de melhor proposta técnica), quando houver mais de um interessado por área. No edital-piloto foram ofertadas 502 áreas pela ANM, das quais 81 foram leiloadas, gerando uma expectativa de arrecadação de R\$ 2 milhões.

BANCO DO BRASIL RENEGOCIA R\$ 40 MI EM DÍVIDAS PELO ZAP

TECNOLOGIA Em pouco mais de quatro meses de funcionamento, a renegociação de dívidas pelo Whatsapp alcançou R\$ 40 milhões, informou o Banco do Brasil (BB). O assistente virtual está disponível desde agosto a clientes da instituição financeira. Inédita no sistema financeiro nacional, a solução tecnológica usa inteligência artificial e dispensa a necessidade de acionar atendente. Segundo o BB, cerca de 4,5 mil acordos de clientes pessoas físicas foram firmados exclusivamente com o assistente virtual.

DIGITALIZAÇÃO

2BI

de reais é a economia anual com a digitalização de serviços públicos, de acordo com balanço divulgado pelo Ministério da Economia. Mais de 80 milhões de cidadão já estão cadastrados no Portal de Serviços do Governo Federal, segundo balanço divulgado ontem.

MIRIAM LEITÃO


blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/

O RESULTADO É A PERDA DE REPUTAÇÃO DA NOSSA DIPLOMACIA E PIOR, ATRASOS NA VACINAÇÃO DO POVO BRASILEIRO

Diplomacia sem pé nem cabeça

O presidente Bolsonaro mandou uma carta ao primeiro-ministro da Índia pedindo ajuda para receber as vacinas da Serum. É mais um erro da diplomacia. Esta semana o ministro Eduardo Pazuello telefonou para o ministro da Saúde indiano, Dr. Harsh Vardhan, para pedir o envio das doses, dois milhões ao todo. Tudo o que ouviu foi que esse era um assunto comercial. Educadamente, o ministro indiano indicou que era preciso concluir primeiro a negociação com a empresa. A Serum é privada, e não havia recebido o pagamento e o governo da Índia não tinha o que fazer a respeito. Ontem, o Brasil programou o pagamento.

Esse é só um pequeno exemplo da falta de noção do governo brasileiro, que despreza a tradição da nossa diplomacia profissional. Quem conversa com representantes de outros países

em Brasília ouve uma série de histórias das falhas nas regras básicas. Uma delas é a de que nenhum ministro liga para ouvir um não. Para isso existem os contatos precursores. E o que Vardhan disse foi que Pazuello se acertasse com a empresa e se houvesse algum entrave burocrático na exportação ao governo indiano poderia ajudar. Não disse assim com essas palavras porque ele é diplomata de carreira. Conhece os códigos.

Quem não conhece é a cúpula do Itamaraty que erra o tempo todo. Primeiro, a chancelaria tinha que ter ido na frente preparando o terreno para que a área especializada já encontrasse o terreno preparado. A Fiocruz é que fez os contatos com a Serum. O presidente da Serum chegou a falar que havia uma proibição de exportação. Mas foi desmentido pelo governo indiano. Esse até poderia ter sido o

assunto da conversa com o ministro da Saúde. Mas cobrar do governo a entrega do produto de uma empresa privada antes de pagar pela compra não fazia sentido. A Serum produz 60 milhões de doses por mês. E está com contratos fechados há meses com inúmeros países.

Durante os últimos meses, de luta pela vacina, o Itamaraty poderia ter fechado acordos com países produtores. O ministro Ernesto Araújo, se colocasse a cabeça no lugar e o pé no chão, poderia ter ajudado negociando acordos de cooperação. Um dos casos que se conta em Brasília mostra que Ernesto acha que é um evangelista. Um ministro de país desenvolvedor de vacinas o procurou meses atrás. E na conversa levantou a bola para ele cortar. Disse que o seu país es-

tava investindo muito na produção de vacina, inclusive para covid. Qual seria a resposta certa de Ernesto? Dizer que o Brasil tinha interesse em cooperação e que tem dois grandes institutos científicos que poderiam estabelecer parcerias. Não. Ernesto passou dez minutos pregando sobre o combate ao globalismo da Organização Mundial de Saúde. Até que seu interlocutor desistiu.

Assim, o Brasil foi perdendo lugar na fila. De um lado a cabeça desorganizada do ministro da Saúde, de outro a atitude de cruzado do ministro das Relações Exteriores. Acima de todos, o negacionismo do presidente. O resultado é a perda de reputação da nossa diplomacia e pior, atrasos na vacinação do povo brasileiro.

Os tweets de Ernesto Araújo esta semana sobre o ataque ao capitólio rasgam qualquer manual básico de diplomacia. Na série "há que", Ernesto abraçou a teoria de que havia infiltrados no ato e justificou os vândalos dizendo que "há que reconhecer que grande parte do povo americano se sente agredida e traída pela classe política e des-

confia do processo eleitoral". Há que se ter modos Ernesto, aprender o elementar sobre política externa. Esse tweet é uma agressão ao presidente que vai assumir o poder no maior país do mundo dentro de alguns dias. O chanceler brasileiro defendeu os agressores dizendo que não se pode chamar de fascistas "cidadãos de bem". Um deles envergava uma camiseta com inscrições que se referiam aos seis milhões de judeus mortos na Segunda Guerra e uma sigla que significa que isso não é o suficiente. Outro tinha uma camiseta escrito "Campo de Auschwitz". De fato, a palavra melhor é nazista.

A sequência de absurdos cometidos por Ernesto Araújo deixa horrorizados os representantes estrangeiros em Brasília e os inúmeros bons diplomatas brasileiros. Diplomacia abre portas, a do atual governo, fecha. Depois de hostilizar a China, o Brasil está brigando com os Estados Unidos. Em cada posto-chave da administração Biden haverá alguém disposto a cobrar do governo Bolsonaro respeito aos valores que ele tem ofendido diariamente.

Tribuna

Produção industrial cresce 1,2% em novembro

No acumulado no ano de 2020 até novembro, o setor ainda acumula um tombo de 5,5%. Em 12 meses é de 5,2%

G1

A produção industrial brasileira cresceu 1,2% em novembro, na comparação com outubro, segundo divulgou nesta sexta-feira (8) o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Com o resultado, o setor cravou a sétima alta consecutiva, mas ainda se manteve no vermelho no acumulado no ano de 2020.

Em relação a novembro de 2019, a indústria avançou 2,8%.

No acumulado no ano de 2020 até novembro, o setor ainda acumula um tombo de 5,5%. Em 12 meses, a queda é de 5,2%.

O resultado veio ligeiramente abaixo das expectativas. Pesquisa da Reuters com economistas projetava alta de 1,3% na variação mensal e de 3,5% na base anual. Setor segue em trajetória

de recuperação

"O avanço é quase o mesmo do mês anterior e faz com que o setor siga ampliando o aumento com relação ao patamar pré-pandemia. E houve um predomínio no crescimento, ou seja, todas as categorias e a maior parte das atividades tiveram aumento", destacou o gerente da pesquisa, André Macedo.

O crescimento de 1,2% da atividade industrial em novembro alcançou todas as

quatro grandes categorias econômicas e 17 dos 26 ramos pesquisados.

Desde setembro, a indústria já retomou o patamar pré-pandemia. Com o resultado de novembro, o setor está 2,6% acima do patamar de fevereiro.

Mesmo mantendo a trajetória de recuperação, a indústria ficou em novembro 13,9% abaixo do nível recorde, alcançado em maio de 2011.

A média móvel trimestral da indústria avançou 1,7% no trimestre encerrado em novembro, após avançar 2,4% no trimestre terminado em outubro.

Setor de veículos recupera patamar pré-pandemia

O setor de veículos automotores, reboques e carrocerias foi mais uma vez a maior influência positiva. Com a alta de 11,1% em novembro, a atividade passou a acumular expansão de 1.203% em sete

meses consecutivos, superando em 0,7% o patamar de fevereiro. No acumulado no ano, porém, ainda tem queda de 31,5%.

Outros destaques de alta em novembro foram os segmentos de confecção de artigos do vestuário e acessórios (11,3%), máquinas e equipamentos (4,1%), impressão e reprodução de gravações (42,9%), couro, artigos para viagem e calçados (7,9%) e bebidas (3,1%).

Tribuna

Setor hoteleiro perdeu R\$ 673 milhões em 2020 devido à pandemia

CLEUSA DUARTE
REPORTER

De acordo com Associação Brasileira da Indústria de Hotéis, seção Bahia (ABIH-BA), o setor teve uma redução de 56% do faturamento em Salvador, no ano de 2020, em relação ao ano anterior. As perdas ficaram ao redor de R \$673 milhões, correspondente aos sete meses do ano com baixo faturamento. A previsão de ocupação para 2020 era de 66,4%, mas com a pandemia o ano fechou em 37,4%, o que representa uma redução de 44% no número de turistas esperados.

Dados da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), revelam que de janeiro a novembro de 2020 o número de passageiros no aeroporto de Salvador caiu 52,1% se comparado ao mesmo período do ano anterior, passando de 7,3 milhões (2019) para 3,1 milhões (2020), uma diferença de mais de 4 milhões de pessoas. A escassez de voos decorrente da pandemia é apontada como um dos principais motivos que afetaram o turismo. "O setor hoteleiro baiano chegou a interromper praticamente todas as atividades com a chegada da Covid-19.

Em Salvador as reservas dos hotéis foram reduzidas a praticamente zero, além do cancelamento total de eventos. Vivemos um verdadeiro colapso, impactando milhares de famílias", lembra Luciano Lopes, presidente da entidade, que relata, "os

fechamentos foram temporários, hoje 98% dos hotéis estão funcionando."

A alta estação trouxe uma melhora na diária média(R \$297,78), a qual, pela primeira vez no ano, apresentou crescimento significativo (27%) em relação aos meses anteriores, embora inferior à praticada no mesmo período de 2019. Essa diária tem sido superior nos fins de semana, confirmando a tendência por maior procura do público local e regional que busca alternativas de descanso.

A hotelaria de Salvador terminou o ano de 2020 com uma taxa média de ocupação de 37,40%, revelando o efeito dramático que a pandemia teve sobre essa atividade. Com a maioria dos hotéis fechados nos primeiros meses da pandemia, os poucos hotéis que se mantiveram abertos amargaram taxas de ocupação inferiores a 20% até junho, revelando crescimento gradual e progressivo desde então, "a pandemia frustrou o que parecia ser o ano de ouro do turismo e da hotelaria em Salvador, com um novo Centro de Convenções, cidade e orla requalificadas, principais pontos turísticos modernizados, novo aeroporto, turismo religioso e oferta hoteleira diversificada atingindo inclusive o segmento", relata Luciano.

Luciano ainda destaca que a ABIH-BA desenvolveu diversas ações em parceria com entidades dos setores público e privado, buscando a ajuda necessária para garantir a sobrevivência econômica do segmento. Auxiliou

também, os empreendimentos a incorporarem as medidas e protocolos sanitários, tendo como base dois documentos que resumem as boas práticas recomendadas, tanto em âmbito nacional como internacional, e que contemplam os diversos tipos e tamanhos que compõem a rede de hospedagem baiana."

Outras iniciativas de apoio foram realizadas como a assinatura do convênio com o Banco do Nordeste e Desenhavia, visando ampliar oportunidades de obtenção de crédito para os associados; a criação do Banco de Currículos no portal da entidade para o cadastramento dos profissionais que perderam seus empregos; reuniões on-line com as 13 Zonas Turísticas; lives e capacitações com operadores e agentes de viagem nos principais mercados emissores.

A prefeitura de Salvador atendeu ao pedido e concedeu desconto de 40% no IPTU em 2021, para os hotéis que aderiram ao programa Proturismo, forneceu maior fôlego financeiro aos setor.

Durante a pandemia, o percentual de demissões no setor hoteleiro variou de acordo com o tipo e porte do estabelecimento, oscilando em torno de 40%. Com a retomada da atividade o ritmo de contratações aumentou. Em dezembro de 2020, o número de contratações cresceu 15% se comparado com o mês anterior. A proximidade do verão e a perspectiva de aumento ocupação vem acelerando essa tendência.

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 11/01/21	



Bahia Econômica
ARMANDO AVENA

FOCUS: MERCADO REDUZ INFLAÇÃO E ELEVA TOMBO DO PIB DE 2020



admin 11 Janeiro, 2021

Os analistas do mercado financeiro reduziram a estimativa de inflação para 2020 de 4,38% para 4,37%, informou nesta segunda-feira (11) o Banco Central. Para 2021, o mercado subiu de 3,32% para 3,34% a previsão de inflação. Neste ano, a meta central de inflação é de 3,75% e será oficialmente cumprida se o índice oscilar de 2,25% a 5,25%.

Sobre o comportamento da economia brasileira em 2020, os economistas aumentaram a estimativa de tombo do Produto Interno Bruto (PIB) de 4,36% para 4,37%. Além disso, o mercado subiu de 3,40% para 3,41% a estimativa média de crescimento do PIB para 2021.

Após a manutenção da taxa básica de juros em 2% ao ano em dezembro na última reunião de 2020, o mercado segue prevendo alta na taxa Selic neste ano. A expectativa dos economistas para a taxa básica de juros no fim deste ano passou de 3% para 3,25% ao ano.

As projeções fazem parte do boletim de mercado conhecido como relatório "Focus". Os dados foram levantados na semana passada em pesquisa com mais de 100 instituições financeiras.

Veículo: Gov Bahia	
Data: 08/01/2021	



Inaugurações e investimentos do Governo do Estado em Santo Estêvão somam cerca de R\$ 30 milhões

8 janeiro 2021



Foto: Carol Garcia/GOVBA

O governador Rui Costa esteve em Santo Estêvão, na manhã desta sexta-feira (8), para fazer uma série de entregas e assinaturas, que envolvem aproximadamente R\$ 30 milhões em investimentos. Destaque para as intervenções de infraestrutura, inclusive a inauguração da pavimentação do trecho que liga a sede ao distrito de Sítio do Aragão, há muito desejada pela população.

“Todos os municípios dessa região são beneficiados com os investimentos em infraestrutura, com a recuperação das chamadas estradas vicinais. Fizemos investimentos também de esgotamento sanitário, abastecimento de água, na área cultural e nas escolas”, afirmou o governador.

Com seis quilômetros de extensão, a pavimentação feita pela Secretaria de Infraestrutura do Estado (Seinfra) no acesso ao povoado de Sítio do Aragão contou com investimento superior a R\$4 milhões.



Foto: Carol Garcia/GOVBA

Um dos beneficiados é o lavrador Antônio Paixão, que mora na localidade e trafega de moto para a sede com bastante frequência. “O tempo de deslocamento melhorou muito e acabou a buraqueira. Essa obra aqui foi uma maravilha”, celebrou.

Além disso, 13 vias do bairro Lagoa do Capim foram beneficiadas pela colocação de paralelepípedos e pela realização do serviço de drenagem. As ações foram executadas pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Estado (Sedur) e receberam recursos da ordem de R\$1,1 milhão.

A agenda envolveu, ainda, a entrega oficial da obra de drenagem da Avenida Getúlio Vargas, uma das principais da cidade, que também foi feita pela Sedur, desta vez, com um investimento de R\$418 mil.

Ainda no segmento de infraestrutura, foi autorizado por Rui, com a assinatura de uma ordem de serviço, o início das obras de melhoria em estradas vicinais que cortam diversos municípios, inclusive Santo Estêvão, beneficiando diretamente 316 mil baianos. Nesta ação, em que o investimento ultrapassa R\$21 milhões, estão envolvidos os serviços de sinalização e revestimento primário; de bueiro tubular de concreto, bueiro capeado, passagem molhada, pontes, melhoria de greide e drenagem.

O titular da pasta da Infraestrutura, Marcus Cavalcanti, ressalta que se trata de uma ação pioneira. “A iniciativa envolve 16 municípios. Faremos mais de 200 intervenções localizadas, configurando um programa pioneiro no Brasil, que está em conjunto com a atenção a 1.580 pontos de estrada, sem contar os pontos críticos, garantindo escoamento do pequeno produtor baiano”, enfatizou o secretário.

Com mais de R\$1 milhão em recursos, Rui também autorizou a implantação da extensão de rede de iluminação pública da Avenida Paraguaçu, do trecho de 14 quilômetros que vai da sede ao Porto Castro Alves.

Água

Outra prioridade de gestão, o abastecimento de água também integrou a agenda em Santo Estêvão. Realizadas pela Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa), via Secretaria de Infraestrutura Hídrica e Saneamento do Estado, as melhorias envolveram ampliação da rede de distribuição de água para as localidades de Baraúnas e Poço Escuro.

Outras entregas

Ainda no município, Rui participou dos atos de inauguração da Clínica de Nefrologia, cujo funcionamento será custeado pelo Estado; da Creche Municipal Ricardina São Pedro de Moura. O governador finalizou a agenda visitando as obras de construção do novo Centro de Eventos, o Colégio Estadual Polivalente de Santo Estêvão, e o Colégio Estadual Professora Edite Ferreira Fonseca.

Repórter: Renata Preza

Veículo: Gov Bahia	
Data: 08/01/2021	



Governador sanciona a revisão do PPA da Bahia

8 janeiro 2021

O Governador da Bahia, Rui Costa, sancionou, nesta sexta-feira (8), a Lei que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual (PPA 2020-2023). A Lei altera o PPA com adequações à realidade econômica e fiscal do estado, impactada pela Covid-19. Conta também com alterações de caráter técnico, buscando um aprimoramento metodológico, de transparência e integração das políticas. O ato foi publicado no Diário Oficial do Estado. O PPA tem como premissa básica priorizar as ações de governo que promovam o desenvolvimento regional com geração de renda e emprego para a população.

O projeto de revisão foi apresentado pelo secretário estadual do Planejamento, Walter Pinheiro, em 13 de outubro, no plenário da Casa. “Não tem como fazer a economia reagir a esta pandemia global se não for através de iniciativas que estimulem o consumo das famílias e para isso ocorrer é necessário dar prioridade a projetos de estímulo ao setor produtivo, para dinamizar a economia, a exemplo do projeto Bahia Produtiva, que financia subprojetos de inclusão socioprodutiva e de abastecimento de água e saneamento domiciliar, de interesse e necessidades das comunidades de baixa renda da Bahia. Inclusive, temos trabalhado na integração das políticas públicas como forma de amplificar seus resultados, envolvendo as secretarias em projetos que se complementam para atender às demandas da população, principalmente, na geração de renda em todas as regiões do estado”, afirmou o secretário.

Na ocasião, Pinheiro citou destaques previstos para o próximo quadriênio nas mais diversas áreas. Na Saúde, a implantação de novas policlínicas e construção e ampliação de outras unidades; na Educação, a ampliação do atendimento educacional da rede estadual e ensino, incluindo a oferta do programa de Ensino Médio com Intermediação Tecnológica (Emitec), ampliação do projeto escolas culturais e a oferta de, pelo menos, um curso da educação profissional em todas as escolas do estado.

Outra área prioritária é a Segurança Pública, com ampliação do número de bases comunitárias móveis e da rede de videomonitoramento. A ampliação da malha viária, a construção e recuperação de aeroportos, a expansão do acesso a energia elétrica na zona rural e da rede de distribuição de gás natural também constam no PPA, assim como a atração de investimentos na área de energias renováveis, dentre outros diversos projetos, programas e ações previstas.

Veículo: Metro1	Economia
Data: 11/01/21	



Economia

Estudo indica que Nordeste perderá avanço econômico obtido com auxílio emergencial

Rendimento dos habitantes da região aumentou 8,3% em 2020, mas tende a despencar 8% em 2021

Por **Adele Robichez** no dia 11 de Janeiro de 2021 · 10:20

Um estudo da consultoria Tendências mostra que o rendimento dos habitantes da região Nordeste aumentou 8,3% com o auxílio emergencial, que teve a sua última parcela depositada em dezembro do ano passado.

A pesquisa indica, porém, que essa melhora em 2020 deve ser revertida em uma piora em 2021: a economia tende a despencar 8% na região.

Essa queda só é menor do que a da região Norte, que cresceu 13,1% com o benefício do governo e tem previsão de queda de 8,5%. Se considerarmos a relação dos dados, porém, o nordestinos voltarão praticamente à estaca zero, com apenas

0,3% de sobra, enquanto os nostistas ficarão com 4,6 pontos percentuais positivos ainda.

A renda do país, no total, cresceu 4,6% com o programa no ano passado e deve cair 3,7% este ano.

opinião

FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

Publicado desde 1921 - Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

PUBLISHER Luiz Frias
DIRETOR DE REDAÇÃO Sérgio Dávila
SUPERINTENDENTES Antônio Manuel Teixeira Mendes e Judith Brito
CONSELHO EDITORIAL Rogério Cezar de Cerqueira Leite, Ana Estela de Sousa Pinto, Cláudia Colucci, Hélio Schwartzman, Mônica Bergamo, Patrícia Campos Mello, Suzana Singer, Vinícius Mota, Antônio Manuel Teixeira Mendes, Luiz Frias e Sérgio Dávila (secretário)
DIRETORIA-EXECUTIVA Marcelo Benez (comercial), Marcelo Machado Gonçalves (financeiro) e Eduardo Alcaro (planejamento e novos negócios)

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

A grita contra o ICMS

Embora não ocorra no momento mais propício, corte de benefícios em SP vai na direção correta

A reação negativa à redução de incentivos fiscais proposta pelo governo paulista — que já motivou um recuo parcial da gestão João Dória (PSDB) — é mostra dos obstáculos que sempre cercam mudanças na área tributária.

Em seus termos originais, o projeto prevê a partir deste 2021 um corte linear de 20% nos descontos de ICMS para vários setores, incluindo áreas de impacto como alimentação, medicamentos e energia elétrica para consumidores de maior porte na área rural.

Com as alterações, bens e serviços hoje beneficiados com alíquotas mais baixas ou isenções passaram a sofrer cobrança com taxa mais próxima ao padrão do Estado, de 18%. Diante da má repercussão, o governo Dória anunciou que manteria incentivos para remédios, insumos agrícolas e alimentos.

É possível que o momento de pandemia e dificuldades econômicas não se mostre o mais propício para uma elevação do ICMS. No mérito, porém, a medida constitui um passo na direção correta.

Uma das principais distorções do sistema tributário brasileiro é a coletânea sem fim de isenções e normas especiais, não raro instituídas sem critério técnico ou em atendimento a lobbies influentes.

Qualquer reforma digna desse nome deverá passar por cortes de benefícios e por convergência — idealmente até unificação — de ali-

quotas. Essa é a tão cobrada simplificação dos impostos.

Em São Paulo, claro, objetivo mais imediato é elevar a receita. Pretende-se compensar parte das perdas durante a pandemia, estimadas em cerca de R\$ 10 bilhões.

As entidades setoriais foram rápidas em protestar e apelar a ações judiciais, apresentando cálculos de aumento nos preços dos produtos que supostamente ocorreriam com a majoração do ICMS.

Como de hábito, os representantes de cada atividade se apresentam com asserções, a fim de convencer a sociedade de que seus interesses equivalem ao interesse coletivo.

Se uma mera redução de incentivos gera tamanha reação raivosa, imagine-se a resistência a um redesenho amplo do sistema de impostos, taxas e contribuições — a reforma que todos dizem apoiar.

O aspecto social precisa obviamente ser levado em consideração, mas as políticas públicas em favor dos pobres carecem de melhor concepção. Não é o melhor caminho, por exemplo, simplesmente isentar a cesta básica e alguns itens de saúde, consumidos também pelos mais ricos.

Cumprir a carga tributária mais progressiva, com maior incidência em renda e patrimônio, e às despesas públicas mais eficientes no combate à desigualdade, com corte de privilégios corporativistas e foco nos estratos de baixa renda.

Sufoco a Hong Kong

Ditadura comunista chinesa mostra que pretende eliminar qualquer vestígio de oposição na ilha

A prisão de mais de 50 ativistas pró-democracia em Hong Kong, na quarta-feira (6), deixa explícita a disposição do regime chinês de não apenas sufocar os protestos pacíficos na ilha, como já vinha fazendo, mas também impedir qualquer tipo de oposição ali.

Acusados de subversão sob a draconiana nova lei de segurança nacional, os ativistas foram detidos por participarem, no ano passado, de primárias independentes que definiriam os candidatos oposicionistas para as eleições legislativas de setembro, adiada sob a justificativa de riscos de disseminação do novo coronavírus.

Para as autoridades de Hong Kong, entretanto, a intenção do grupo de conquistar a maioria na legislatura municipal — abrindo a possibilidade de bloquear propostas do governo pró-Pequim — não passaria de uma tentativa de causar "graves danos" à sociedade local.

O recado não poderia ser mais claro: o metro engajamento em processos eleitorais já severamente restritivos, com o objetivo de exercer o direito legislativo de veto, será considerado um crime contra a segurança nacional.

Esse recrudescimento da repressão se dá num contexto já amplamente favorável à ditadura comu-

nista. Apenas metade dos 70 membros do Conselho Legislativo de Hong Kong são escolhidos por voto direto, sendo os demais indicados por grupos alinhados à China.

Vistas em perspectiva, as novas prisões são a mais grave ação governamental até aqui no sentido de eliminar qualquer vestígio de oposição nas instituições da ilha.

No ano passado, as autoridades já haviam impedido vários candidatos pró-democracia de concorrer nas eleições. Em novembro, ademais, o governo expulsou quatro membros oposicionistas do conselho por exporem ideias independentistas, na interpretação oficial. Os demais integrantes do grupo renunciaram em protesto.

Tais medidas representam um ataque direto ao princípio de autonomia garantido pela Lei Básica de Hong Kong e sugerem que o pleito, se vier a ser realizado, será um evento meramente decorativo.

Condenado mundo afora, o ato de repressão chinesa mereceu palavras duras do próximo secretário de Estado dos Estados Unidos, Antony Blinken. Não será surpresa, pois, se os desdobramentos do caso vierem a se tornar o primeiro foco de conflito entre as duas superpotências após o início do governo do democrata Joe Biden.



Trump: a insanidade populista

Catarina Rochamonte

FORTALEZA. O Capitólio foi invadido por americanos tomados de furor fanático, o que mostra o estrago causado pelos inimigos internos das democracias, subjugadas em seus próprios territórios por extremismos ideológicos que se tocam e se correspondem na presunção de verdade e na intolerância que vê na sua visão de mundo a única digna de ser defendida, esquecendo-se que a virtude das democracias liberais é o triunfo do pluralismo de ideias e da busca do consenso por argumentação; não por violência ou intimidação.

Aventura autoritária insuflada por Trump não se deveu ao fato de ser ele um político de direita. À direita ou à esquerda, os governantes, quando imbuidos de algum zelo democrático, permitem a alternância de poder sem sabotá-la com narrativas fantasiosas que incitam ódio e revolta. A atitude de Trump deveu-se, antes, a uma loucura ambidestra: o desvario do poder. Tomado por essa loucura, o líder populista constrói narrativas conspiratórias e, sustentado pela massa, vai com ela até onde der.

Após conchamar seus apoiadores para o protesto e incitá-los a avançar sobre o Capitólio — instrumento e símbolo da democracia americana —, o presidente os abandonou e atacou covardemente, declarando que não representavam o país. Essa é uma lição que deveria ficar para todos os tipos de fanáticos: seus chefes idolatrados não hesitam em sacrificá-los.

Os EUA vencerão a insanidade populista, pois a história tem demonstrado o vigor de suas instituições. Aquela inimigo interno, porém, que se beneficia da sociedade livre e plural enquanto constrói narrativas para derrotá-la, está à espreita. O futuro do mundo livre dependerá cada vez mais de um entendimento na diversidade — E Pluribus Unum —, de uma política de dissolução de conflitos capaz de congrega as forças mais diversas no intuito de construir uma sociedade mais justa.

O que se entende por isso não é consensual, mas é algo que possui pontos comuns entre os dotados de boa-fé e boa vontade.

'Georgia on my mind'

Ana Cristina Rosa

BRASÍLIA. Gosto de pensar que o dia 6 de janeiro de 2021 vai entrar para a história como a data em que, ao eleger o primeiro senador afro-americano do estado da Geórgia, o movimento negro dos EUA conseguiu romper a barreira racista imposta durante séculos de dominação opressiva no sul daquele país.

A vitória do democrata Raphael Warnock para o Senado é resultado de anos de trabalho e articulação social dos negros americanos, mas não é exagero dizer que a grande artefice desse resultado foi uma mulher negra, a advogada Stacey Abrams.

Líderança influente no partido Democrata, Stacey idealizou o movimento que há quase uma década vem incentivando a maior participação eleitoral de minorias — especialmente negros. Sua atuação é tão marcante que ela já havia sido considerada peça fundamental no xadrez da vitória do presidente eleito Joe Biden na Geórgia, um estado de voto tradicionalmente republicano.

O mesmo dia de janeiro também deve entrar para história como a data

em que o planeta acompanhou, perplexo e em tempo real, a invasão do Capitólio por um bando de extremistas dispostos a atacar contra a mais antiga democracia do mundo moderno, desrespeitando a soberania do resultado eleitoral.

Além da gravidade do fato em si, saber que os "terroristas internos", como os investidores foram chamados por Biden, foram mobilizados e insuflados pelo Commander in Chief Donald Trump — que a partir dos jardins da Casa Branca garantiu de vez seu lugar no panteão dos maus perdedores — é coisa que faz lembrar o dito popular "se não sabe brincar, não desce pro play".

Há quem diga que a vitória dos democratas na Geórgia e o ataque desferido contra a democracia em Washington numa mesma data não é questão de coincidência. Prefiro pensar que se trata de um capricho do destino e um sinal de força da democracia, algo que aponta para o surgimento de um cenário diferente, onde há espaço para a diversidade, a divergência e o respeito.

Amiga querida

Ruy Castro

RIO DE JANEIRO. Numa cena de "Os Cafajestes", o filme de Ruy Guerra que, em 1962, sepultou as chanchadas da Atlântida e implantou o Cinema Novo, Jeca Valadão enfiava um baseado no decote de uma atriz. A cena era atrevida para os padrões. E mais ainda porque a atriz era Germana de Lamare. Não porque fosse filha do pediatra Rinaldo de Lamare, autor do livro "A Vida do Bebê", um clássico do gênero, com dezenas de reedições. Mas porque ela era neta de Luiz Severiano Ribeiro Jr., magnata dos cinemas no Brasil e dono da Atlântida, a grande fábrica de chanchadas.

A ponta nos "Cafajestes", rodada meio de farra, foi sua única passagem pelo cinema. Como muitas meninas bem-nascidas da época, Germana fazia algum teatro, da geração de Dina Sflari e Itala Nandi, mas nunca pensou numa carreira. Sua paixão era o jornalismo, mais exatamente o Correio da Manhã, de que era repórter, das poucas mulheres então no ramo, e de cujo 2º caderno seria editora.

Germana era amiga de José Celso Martinez Corrêa, para quem abriu seu apartamento na Vieira Souto como Q.G. Em 1968, várias vezes saímos juntos do Correio, onde eu também trabalhava, para assistir aos ensaios de "Roda Viva", que Ze Celso iria estreiar no Rio. Germana ficou 12 anos no jornal e, quando este fechou, em 1974, viu-se no espaço. Ir para outro nunca, ela dizia — para quem vivera o Correio da Manhã de Otto Maria Carpeaux, Carlos Heitor Cony, Antonio Callado, Moniz Vianna e Paulo Francis, nem o New York Times teria graça.

Germana decidiu dar um trambolão. Aos 37 anos, voltou a estudar. Prestou o vestibular de medicina e passou os oito anos seguintes em salas de aula, hospitais e enfermarias, dos quais saiu como psiquiatra. A nova vida que ela começaria ali, pessoal e profissional, renderia outra coluna. E só poderia ser interrompida pela brutalidade da Covid, que a levou em dezembro último, aos 83 anos. Querida Germana.

O Capitólio e a turba

Marcus André Melo

Professor da Universidade Federal de Pernambuco e ex-professor visitante da Universidade Yale. Escreve as seguintes

Aimamos do Capitólio dos EUA por extremistas instigados por Donald Trump deflagrar debates inenxertos entre analistas sobre suas causas e implicações sobre a democracia nos EUA. Dois cientistas políticos têm recebido grande atenção por terem se não previsto pelo menos antecipado os contornos gerais dos acontecimentos.

O primeiro é Cas Mudde (Universidade da Geórgia), que há quase três décadas estuda a direita radical. Em sua coluna no jornal The Guardian, Mudde argumenta que a invasão reflete a ascensão da extrema direita radical. E cita episódios semelhantes que ocorreram na Alemanha e Holanda.

A direita radical tem sido exitosa porque, embora represente fração pequena da sociedade, explora uma suposta "white victimhood" (vitimização branca), com a complacência da direita não radical, com quem comunga uma visão do mundo à direita, e de setores liberais e da mídia, que não os denuncia e acabam endossando a ideia de que esse grupo pequeno é "o povo" ou grupos que são deixados para trás e padecem de "ansiedade econômica". Esses grupos temem tornarem-se vítimas dos métodos violentos da turba, o que acaba os levando a não lhes fazer oposição.

Tudo isso faz sentido, mas a questão fundamental não é respondida: por que a direita tradicional teme a turba e passou a agir desse modo? A conclusão de que "chegamos até aqui a má de tudo devido a um longo processo de covardia, falhas e oportunismo míope da direita tradicional" não é um argumento para uma questão complexa, mas a acusação.

O segundo é Steven Levitsky (Universidade Harvard), que alertou em "Quando as Democracias Morrem", co-autorado com D. Ziblatt, para as possíveis consequências do processo de erosão reiterada de normas democráticas, da qual Trump era o maior protagonista. Ele interpretou o episódio como "uma tentativa de autogolpe". E qualificava: "um autogolpe fracassado, mas é uma insurreição do poder para tentar subverter os resultados da eleição e permanecer no poder ilegalmente".

Como conciliar essa conclusão com a afirmação de que "uma característica de Trump é que ele não antecipa as consequências do que diz e faz. Então eu não acho que ele previu o que acabou acontecendo hoje no Capitólio, embora ele o tenha instigado". Como poderia ser um autogolpe se o protagonista do golpe não antecipava a interrupção violenta do resultado de validação do resultado das eleições? Se não esperava a invasão, tratava-se apenas de uma manifestação colérica nas escadarias no Capitólio de apoio aos congressistas rebeldes e não um autogolpe?

O incitamento legal e irresponsável de Trump é consistente, porém, com a construção de uma narrativa de saída pós-derrota, não com autogolpes.

Imposto sobre fortunas vai a debate na Câmara, mas é rejeitado por Guedes

Para ministro, tributo afugentaria investidores; cobrança reduziria desigualdades, dizem especialistas

Thiago Resende e Bernardo Caram

BRASÍLIA A Receita Federal apresentou à Câmara críticas à proposta de criar um imposto sobre grandes fortunas. A ideia é defendida por parlamentares, mas sofre a rejeição do ministro Paulo Guedes (Economia).

Em documento, a Receita não descarta eventual debate sobre o tributo para reduzir a desigualdade social no país, mas afirma que há medidas mais eficientes, como acabar com programas de Refis (parcelamento de dívidas com a União com descontos), taxar a distribuição de lucros e dividendos e mudar tributação sobre o mercado de capitais.

O fisco afirma que há dificuldades sobre como estabelecer o critério para as fortunas — como mensurar a riqueza, o patrimônio de cada um. Como exemplos, citou obras de arte e direitos autorais.

Para a Receita, o sistema poderia ser burlado facilmente. Se transferisse parte do patrimônio para outros países ou dividir com outras pessoas, um contribuinte poderia escapar da taxação, argumenta o órgão.

Além disso, o fisco cita que o imposto sobre grandes fortunas chegou a ser adotado por alguns países e, depois, foi abandonado.

A avaliação de Guedes é na mesma linha: o tributo poderia gerar fuga de investidores. Isso forçaria o capital a ir para países onde não há a taxação, reduzindo a oportunidade de novos negócios e empregos.

No fim do ano passado, o Congresso da Argentina aprovou a criação de um mecanismo que ficou conhecido como imposto sobre grandes fortu-

nas. O novo tributo é uma taxa extraordinária, de recolhimento único, que será paga por 12 mil argentinos com patrimônio acima de um patamar equivalente a R\$ 12 milhões.

A medida gerou críticas de empresários do país vizinho e foi usada como argumento por Guedes para se posicionar contra o imposto.

Pressionado por partidos de esquerda, o relator da reforma tributária, deputado Aguilardo Ribeiro (PP-PB), já indicou que pode incluir essa discussão em sua proposta. A Câmara discute desde 2019 um projeto para reformular o sistema tributário nacional.

O governo tem participado de reuniões técnicas com a equipe de Ribeiro, mas as negociações políticas têm sobressaído para a elaboração do relatório da reforma tributária, que só deve ser apresentado quando houver amplo apoio de partidos.

Para o economista Bráulio Borges, pesquisador associado do FGV/Ibre, a Receita Federal não deveria apresentar propostas, como taxação sobre lucros e dividendos, como uma alternativa ao imposto sobre grandes fortunas, pois "uma coisa não afasta a outra". "Taxar dividendos é taxar renda [fluxo contínuo de rendimentos], e não a riqueza [patrimônio já conquistado]."

Borges cita como exemplo uma comissão técnica do Reino Unido que, embora contrária anteriormente ao tributo sobre fortunas, recomendou a criação do imposto de forma temporária diante da crise da Covid-19. A ideia, segundo ele, também deveria ser aplicada no Brasil, onde a desigualdade se agravou com a pandemia.

"Se o imposto é permanente, a tendência é, sim, de fuga de investimentos. Mas, se

Proposta de criação de um imposto sobre grandes fortunas

As quatro etapas da proposta de reforma tributária de Paulo Guedes

- 1 Unifica dois tributos federais: PIS e Cofins
- 2 Mudanças no IPI, que passa a ter uma alíquota única
- 3 Reforma no IR de pessoas físicas e empresas, tributação sobre dividendos e revisão de deduções do IR
- 4 Proposta de desoneração da folha de pagamentos

Governo diz que carga tributária ficará estável após a reforma

O que estabelece a proposta apresentada por partidos de oposição

Patrimônio do contribuinte	Alíquota nos cinco primeiros anos	Alíquota a partir do sexto ano
Entre R\$ 10 milhões e R\$ 40 milhões	1%	0,5%
Acima de R\$ 40 milhões até R\$ 80 milhões	2%	1,0%
Acima de R\$ 80 milhões	3%	1,5%

59 mil pessoas
É o grupo de contribuintes que passaria a pagar o imposto, segundo os autores, o que representa 0,028% da população

R\$ 40 bilhões
É a arrecadação anual do tributo, conforme estimativa dos economistas

PONTOS NEGATIVOS NA VISÃO DO GOVERNO

- Dificuldades para estabelecer critério para as fortunas
- Sistema poderia ser burlado facilmente
- Tributo resultaria em fuga de investidores

ALTERNATIVAS APRESENTADAS PELA RECEITA

- Redução nos programas de renegociação de dívidas (Refis)
- Tributar distribuição dos lucros e dividendos
- Ajustes na tributação do mercado de capitais e de patrimônio

Fontes: AFD, Anfid, Fenafisco, UF, Sindifisco e Ministério da Economia

é cobrado de por um período limitado, como cinco anos, a medida pode ajudar na recuperação da crise, além de ser uma questão de justiça."

Na avaliação da gerente sênior da área tributária na Mazars Brasil, Silene Chaves, taxar as fortunas pode não ter o resultado esperado, pois os grandes contribuintes acabariam se esquivando da cobrança, adotando medidas para reparar a riqueza ou mesmo usar laranjas para escapar do fisco.

"A pergunta a ser feita é: quanto o país crescerá com isso? O imposto assustaria investidores", disse.

Para Chaves, a reforma tributária deveria focar mudanças no sistema que já existe, como criar alíquotas mais altas de IR (Imposto de Renda) para os mais ricos, taxar os imóveis com base no valor atual de mercado e criar um tributo sobre distribuição de lucros e dividendos.

Ribeiro e deputados também discutem essas medidas. Mas, na Câmara, esse debate não é visto como uma barreira à proposta de criação de um imposto sobre fortunas.

Partidos da oposição apresentaram uma proposta de tributação sobre renda e patrimônio para substituir o texto de reforma tributária que é discutido no Congresso.

O documento, de deputados do PSB, da Rede, do PCDOB, do PT, do PDT e do PSOL, se baseou em uma iniciativa de economistas e sindicatos de auditores fiscais da Receita chamada "Tributar os super ricos para reconstruir o país".

O grupo produziu estudos e elaborou o texto da proposta. Além de ações como novas faixas do IR, aumento da tributação sobre lucro e mudança na cobrança sobre heranças, a medida propõe re-

gulação do imposto sobre grandes fortunas.

A Constituição já estabelece que cabe à União instituir o imposto, mas ressalta que os termos da cobrança devem ser aprovados via lei complementar. Isso nunca foi feito pelo Legislativo e, na prática, o tributo não existe no país.

A proposta da oposição prevê duas fases de incidência. Nos primeiros cinco anos, as alíquotas seriam mais altas, com objetivo de suprir demandas criadas após a pandemia.

Inicialmente, a cobrança seria de 1% ao ano para contribuintes com patrimônio entre R\$ 10 milhões e R\$ 40 milhões, 2% para valores acima de R\$ 40 milhões até R\$ 80 milhões e 3% para fortunas superiores a R\$ 80 milhões. O imposto incidiria só sobre o valor que ultrapassasse esses patamares, e não sobre o patrimônio total.

A partir do sexto ano, incidiria sobre as mesmas faixas de riqueza, mas com alíquotas menores, respectivamente, de 0,5%, 1,0% e 1,5% ao ano. Coordenador de estudos, o professor do Instituto de Economia da Unicamp Eduardo Fagnani afirma que a calibragem da proposta prevê que 59 mil pessoas passariam a pagar o tributo, o que corresponde a 0,028% da população brasileira.

A arrecadação estimada do novo imposto seria de R\$ 40 bilhões ao ano, valor superior ao orçamento do Bolsa Família.

Na avaliação de Fagnani, o argumento de que as pessoas tentariam burlar o sistema para fugir da Receita não é uma crítica ao imposto, mas sim à fiscalização, que poderia ter novos mecanismos de controle.

Para o professor, a medida seria uma forma de reduzir a desigualdade social do Brasil e minimizar injustiças do sistema tributário, que atualmente pesa mais sobre os ombros das famílias de menor renda.

"Em razão da gravidade desta crise, com uma grande parcela da população sem trabalho e renda, será que não é adequado que 59 mil pessoas contribuam para que 40 milhões possam ter uma renda básica?"

Abandonado, tributo volta à pauta de europeus com pandemia

Ana Estrela de Sousa Pinto

BRUXELAS Testado em vários países europeus nas últimas décadas, o imposto sobre fortunas já teve efeitos e debates estudados por vários trabalhos científicos e foi abandonado pela maior parte das nações que os adotaram.

Mas entrou recentemente na pauta de economistas e governos que o enxergam como fonte de recursos para combater a crise gerada pela pandemia de coronavírus.

No Reino Unido, por exemplo, o grupo de acadêmicos da London School of Economics e da Universidade de Warwick chamado Wealth Tax Commission (comissão do imposto de riqueza) sugeriu em dezembro a cobrança por cinco anos do "imposto de recuperação da Covid-19": 5% sobre o patrimônio líquido pessoal acima de £ 500 mil (R\$ 2,7 milhões). Abase de cobrança incluiria habitação (inclusive a residência principal), planos de previdência, empresas e ativos financeiros, como ações.

A proposta estima que o imposto seria pago por 1 em cada 6 famílias, ou 8 milhões de britânicos, e geraria £ 260 bilhões (ou R\$ 1,9 trilhão).

O governo belga enviou ao Parlamento na quinta (7) um projeto chamado de "imposto solidário", que seria cobrado de quem possui patrimônio acima de € 1 milhão (R\$ 6,6 milhões).

Impostos sobre riqueza líquida, porém, foram abandonados por Itália, Irlanda, Áustria, Dinamarca, Alemanha, Holanda, Islândia e Gré-

cia. Os dois países mais persistentes, Finlândia e Suécia, deixaram de cobrar em 2006 e 2007, respectivamente, a taxa instituída nos anos 1990. Na Islândia, ele foi adotado temporariamente em 2010 para solucionar rombos fiscais.

Na Espanha, o imposto sobre fortunas já foi introduzi-

do e interrompido mais de uma vez. Na versão mais recente, a tributação é de 0,2% sobre fortunas acima de € 700 mil (R\$ 4,6 milhões), subindo gradualmente até 2,5% sobre patrimônio líquido acima de € 10,7 milhões (R\$ 70,5 milhões), dependendo da região. A taxação sobreviveu em esta-

do puro na Suíça e na Noruega, mostra levantamento feito em 2020 pela Tax Foundation.

A França, antes considerada referência, desistiu em 2018 de tributar riqueza líquida e restringiu a base a imóveis. Avaliação feita em 2009 indicava que ele havia provocado uma fuga de capitais, desde

1988, que chegava a € 200 bilhões (mais de R\$ 12 bilhões). O imposto também causava um déficit fiscal anual de € 7 bilhões, ou duas vezes o que produzia, e a estimativa é que reduzia o crescimento do PIB em 0,2% ao ano.

"Em um mundo aberto, o imposto sobre a fortuna em-

pobrecer a França, transferindo a carga tributária dos contribuintes ricos que deixam o país para outros contribuintes", afirmou o autor do estudo, o economista Eric Pichet. Os países têm preferido alternativas mais modernas, de rendimento maior e mais fácil, como o IVA (imposto sobre valor agregado).

Outro estudo, sobre possível adoção do imposto na Romênia, em 2021, elencou seis motivos pelos quais a taxa foi abandonada por seus vizinhos europeus: 1) induz a fuga de capital, 2) desencoraja investimentos estrangeiros, 3) tem custo benefício desfavorável (administração cara e baixo retorno), 4) distorce a alocação de recursos, 5) provoca tributação (quando cobrado de pessoas físicas e jurídicas), 6) leva à subavaliação de imóveis.

Na Alemanha, por exemplo, em 1976 o imposto sobre fortuna foi abolido porque exigia grande número de funcionários para a fiscalização e rendia apenas 1% da receita tributária. Além disso, na avaliação do Tribunal Constitucional alemão, o imposto sobre fortuna não era tão justo quanto parecia, o que o derubava por terra seu principal objetivo, que seria promover mais equidade.

Alguns estudos argumentam que o imposto sobre herança é mais eficaz na redistribuição de recursos que o imposto sobre fortuna.

Segundo diferentes estimativas, impostos sobre riqueza geram 0,2% do PIB de todo o continente ou 1,4% do PIB da União Europeia.



Bahnhofstrasse, via de luxo em Zurique; Suíça é um dos poucos europeus a ainda taxar fortunas

Arnd Wiegmann - 16. Dez. 20/Reuters

mercado

PAINEL S.A.

Paula Soprana (terceira)
painsa@grupofolha.com.br

Sim ou sim

O Idec (Instituto de Defesa do Consumidor) estuda medidas judiciais e administrativas para garantir que usuários que não concordem com a política de privacidade do WhatsApp possam permanecer no aplicativo. A atualização dos termos de uso, que entra em vigor em fevereiro, já aparece a brasileiros, que são convidados a ler e a "dar ok". A regra oficializa o compartilhamento de dados pessoais com outras empresas do grupo econômico Facebook, que ocorre desde 2016.

ARGUMENTO Para o Idec, é problemático não dar opções que restrinjam o compartilhamento de dados no Brasil, onde o aplicativo virou ferramenta de trabalho da população. Na União Europeia e no Reino Unido, a empresa não poderá impor o a medida.

CONGELADA Em email enviado a advogados envolvidos no debate, o WhatsApp afirma que "usuários que não aceitarem as novas políticas até 8 de fevereiro de 2021 não perderão suas contas, mas precisarão concordar com as atualizações para usar". Em outras palavras: a conta fica congelada até a pessoa aceitar a política.

ZAP O WhatsApp coleta de modo automático dados como registros de interações com contatos e empresas (tempo, frequência e duração), uso de grupos, incluindo nome, imagem e descrição, recursos de pagamentos, foto de perfil, recado e informações sobre dispositivos. As mensagens são protegidas.

OUTRO LADO A empresa não comenta medidas que possam vir a ser tomadas, diz que nada mudado no compartilhamento e que protege a privacidade. "O WhatsApp quer que as pessoas tenham cada vez mais facilidade tanto para comprar como para conseguir suporte de uma empresa."

NAS REDES A política gerou reação na comunidade de tecnologia. Depois de Elon Musk, presidente da Tesla, e de o ativista Edward Snowden sugerirem o uso da ferramenta Signal, reconhecida pela privacidade, a organização alfinetou o Facebook no fim de semana.

DIRETA "Nunca haverá mudanças no Signal porque seus dados ficam em suas mãos, não nas nossas", afirmou o app no Twitter. O serviço é de uma organização sem fins lucrativos.

ENERGIA O setor de energia solar tem uma taxa de cerca de 450 novas empresas por mês no país, segundo o levantamento do marketplace Portal Solar, especializado na área.

POP Em 2017, o número não ultrapassava 250 por mês. A importação de painéis solares também aumentou em 2020.

com Filipe Oliveira e Mariana Grazini

INDICADORES

JUROS
Anual, em % ao mês

Mínimo	7,73	8,00
Máximo	3,89	7,89

Cheque especial
Emprestimo pessoal

Fonte: Procon-SP

CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA
Competência janeiro*

Autônomo, empregador e fiscalizado	Valor mín. R\$ 12,15	20%	R\$ 2,43
De R\$ 1.045,01 a R\$ 3.089,60	9%		
De R\$ 3.089,61 a R\$ 11.344,12	12%		
De R\$ 11.344,13 a R\$ 41.011,06	14%		

*O grau de competência de novembro vence em 18 jan para empresas, para pessoas físicas, vence em 15 jan

MEI (microempreendedor)

Valor mín.	R\$ 1.045,01	5%	R\$ 52,25
------------	--------------	----	-----------

Assalariado

Até R\$ 1.045	7,5%
De R\$ 1.045,01 a R\$ 3.089,60	9%
De R\$ 3.089,61 a R\$ 11.344,12	12%
De R\$ 11.344,13 a R\$ 41.011,06	14%

GUARDA-ROUPA Um dos setores comerciais mais amargados pela crise, o mercado brasileiro de vestuário sofreu retração de 24% em 2020, acima da média de recuo global, de 17,3%. A indústria movimentou US\$ 20,7 bilhões (R\$ 107,7 bilhões) no país, diz levantamento da Euromonitor, empresa britânica de pesquisa.

VAZIO Analistas apontam para recuperação ao patamar de 2019 apenas em 2023, quando o mercado atingirá o tamanho de US\$ 27,4 bilhões (R\$ 147 bilhões). A retomada brasileira deve ser mais rápida que a global, que deve voltar ao cenário pré-Covid em 2024.

CONSUMO Segundo Guilherme Machado, analista sênior da empresa, a projeção no início da pandemia era mais pessimista. O prognóstico era de retomada em "L". Com perspectiva de imanação ao vírus, especialistas já indicam que a curva pode ser em "V".

REUNIÃO Um grupo de empresários industriais pretende apresentar até a sexta-feira (15) uma proposta ao governo de João Doria (PSDB) para contornar o ajuste fiscal. José Ricardo Roriz, presidente da Abiplast e vice-presidente da Fiesp, vai reunir executivos em duas reuniões para elaborar a argumentação.

SEM CONFRONTO "Apesar da vacina, que todos queremos, o ano será muito difícil sem auxílio emergencial, com desemprego e as empresas saindo machucadas da crise. Não é hora de tributar", diz Roriz.

ALIAS A Justiça recusou na sexta (8) um recurso de associações que consideram inconstitucional o reajuste de ICMS do governo de São Paulo à saúde. A Abimed, da indústria de alta tecnologia de equipamentos médicos, e a Abradi, de importadores e distribuidores de itens hospitalares, irão recorrer da decisão.

PELÉIA As empresas de saúde prestigiarão a judicialização acerca do reajuste fiscal. Já entraram na Justiça contra a medida do governo Doria os hospitais privados, as associações de equipamentos hospitalares e a indústria farmacêutica, que foi ao STJ.

Mudança em benefício para idoso carente não deve aliviar Orçamento

Apesar de critério ter sido flexibilizado no ano passado, número de beneficiários se manteve o mesmo de 2019 e 2018

Thiago Resende

BRASÍLIA A mudança na regra para ter direito ao BPC (benefício assistencial para idosos carentes e pessoas com deficiência) não deve trazer alívio ao Orçamento do governo. O ministro Paulo Guedes (Economia) precisa realizar corte de despesas obrigatórias neste ano para cumprir o teto de gastos, que são limitados por uma norma que impede o crescimento acima da inflação.

No entanto, a alteração nos requisitos para receber o BPC não reduz a pressão no Orçamento, de acordo com membros da equipe econômica. Segundo eles, o benefício já tem sido concedido com base em avaliações mais flexíveis.

No dia 1º, o presidente Jair Bolsonaro editou uma MP (medida provisória) — que passa a valer imediatamente — para que o critério de concessão do BPC volte a ser renda mensal de 25% do salário mínimo (R\$ 275) por membro da família.

No ano passado, esse limite foi de metade do salário mínimo (R\$ 550) por capita. Apesar da alteração, quem recebe esse pagamento todo mês não perde direito à assistência.

A MP com a mudança no BPC foi criticada por especialistas, como integrantes da IFI (Instituição Fiscal Independente, ligada ao Senado), que calcula a possibilidade de mais 8 milhões de pessoas passarem a receber o benefício por causa da regra mais ampla (metade do salário mínimo por membro da família).

No entanto, mesmo com o critério mais amplo, o número de beneficiários se manteve praticamente estável no ano passado: 4,6 milhões de pessoas. Esse é o patamar desde 2018. Para 2021, a projeção é de um aumento para 5 milhões de beneficiários.

As críticas à MP eram que a medida impede o acesso de muitas pessoas de baixa renda ao benefício assistencial, pois Bolsonaro decidiu por um critério mais restritivo. Membros da equipe econômica, porém, afirmam que, apesar da flexibilização temporária do critério de renda em 2020, a quantidade de beneficiários aprovados seguiu a mesma tendência de anos anteriores, na faixa de um pouco acima de 4,5 mil.

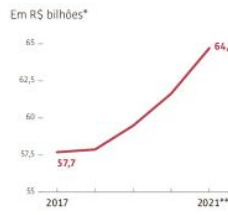
Isso porque, segundo integrantes do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), o órgão já concede o BPC a pessoas com renda acima de 25% do salário mínimo, mesmo sem a regra mais ampla de 2020.

Em média, cerca de metade dos benefícios aprovados se encaixa no critério de 25% do salário mínimo. O restante é concedido a pessoas com renda acima desse teto, mas que conseguem direito ao BPC por via judicial ou por recurso direto ao INSS.

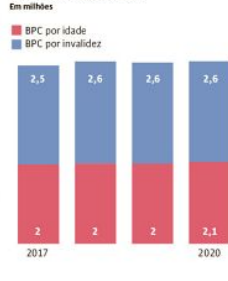
Após sucessivas derrotas na Justiça, o INSS passou a incorporar normas que estão em testes judiciais, como a possibilidade de pagar o benefício assistencial para pessoas com renda de até 25% do salário mínimo cujos gastos com saúde são altos ou com grau de deficiência elevado.

Uma ação civil pública, já transitada em julgado (quando não cabe mais recurso), impõe ao INSS a obrigação de descontar da renda bruta familiar os valores gastos

Gasto anual com benefício assistencial a idosos e deficientes carentes



Número de beneficiários



Mudanças na faixa de renda que dá direito ao BPC

Como era até 2019

- Pago a idosos carentes e deficientes de baixa renda

- A renda familiar não pode ultrapassar 1/4 do salário mínimo por pessoa (R\$ 275 por membro da família, em valores de 2021)
- Por decisões judiciais e administrativas (INSS), esse critério se tornou mais flexível

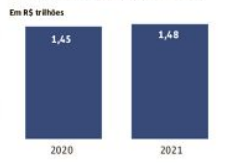
Como foi em 2020

- O BPC continuou sendo pago a pessoas acima de 65 anos e deficientes
- A renda per capita da família subiu para metade do salário mínimo (R\$ 550), mas isso não foi totalmente regulamentado
- Critério de renda ficou variando de 1/4 a metade do salário mínimo a depender do grau de deficiência, gastos com remédios etc.

Como fica em 2021

- Pago a idosos carentes e deficientes de baixa renda
- A renda familiar não pode ultrapassar 1/4 do salário mínimo por pessoa (R\$ 275)
- Por decisões judiciais e administrativas (INSS), esse critério se torna mais flexível

Valor do teto de gastos para a União



*Corrigido pelo INPC (Índice que atualiza o salário mínimo)
**Orçamento previsto para 2021 (previsto ser elevado por causa do aumento no salário mínimo)
Fonte: Ministério da Cidadania

mensalmente com medicamentos, alimentação especial, fraldas descartáveis e consultas na área da saúde, quando negadas pelo atendimento público.

Esses descontos no cálculo da renda se tornaram norma por meio de uma portaria publicada pelo Ministério da Cidadania no ano passado. Antes, eles acabavam sendo adotados em análises individuais por causa de decisões judiciais ou recursos ao próprio INSS.

Portanto, o orçamento para o BPC em 2021, previsto para R\$ 64,7 bilhões, não deverá ser cortado por causa da medida provisória sobre o critério do benefício, de acordo com o governo.

"O valor previsto para os pagamentos é que consta do Plano [projeto de Orçamento, que ainda não foi votado no Congresso], e não houve nenhuma alteração com a edição da MP", afirma o Ministério da Cidadania.

Na verdade, a verba, segundo integrantes da equipe de Guedes, precisará ser elevada por causa do aumento — acima do esperado — para o salário mínimo, que subiu de R\$ 1.045 para R\$ 1.100 no começo de 2021.

Em dezembro do ano passado, o Ministério da Economia havia projetado um salário mínimo para o próximo ano de R\$ 1,088. Em agosto, a previsão da pasta era que o piso salarial tivesse um aumento ainda menor, para R\$ 1,067.

A estimativa foi atualizada diante do aumento da inflação nos últimos meses. O time de Guedes calcula que o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) tenha subido 5,22% no ano passado. As projeções anteriores eram menores.

Para cortar gastos com o BPC, o governo quer ampliar o pente-fino nos benefícios já pagos, em busca de fraudes e avaliação mais rigorosa da renda atualizada das famílias. Com isso, espera-se uma economia entre R\$ 5 bilhões e R\$ 10 bilhões por ano.

Botijão de gás deve bater R\$ 80 em SP com reajuste

SÃO PAULO | AGORA A Petrobras reajustou em 6% o preço do botijão de gás de 13 kg para os distribuidores na quinta (7). Com o aumento, o valor médio do insumo deverá encostar nos R\$ 80 na cidade de São Paulo. Na capital, a média de preços divulgada pela ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biodiesel) na sexta (8) era de R\$ 74,94 por botijão.

"Em São Paulo, se esse reajuste for repassado por todo o elo da cadeia, o aumento deve ser de no mínimo R\$ 4 por botijão", diz Rodrigo Leão, coordenador do Inep (Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis). O Sindigás (Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Gás Liquefeito de Petróleo) preferiu não fazer projeções.

O preço do gás de cozinha ficou congelado entre 2007 e 2014 e, no governo Michel Temer (MDB), em 2017, passou a ter reajustes trimestrais. Sob Jair Bolsonaro, as variações de preço passaram, a partir de 2019, a seguir o mercado internacional do petróleo, sem periodicidade de exata.

mercado

Fim de auxílio aprofundará desigualdades regionais

Pagamento do benefício emergencial

- Quem recebeu**
- Beneficiários do Bolsa Família
 - Autônomos que ficaram sem trabalhar
 - Desempregados

Quanto receberam
67,9 milhões de pessoas

Fim do auxílio deve aprofundar desigualdades regionais

Informalidade é maior no Norte e Nordeste

Em %

- Taxa de informalidade
- Domicílios que recebem auxílio emergencial



Criação de vagas formais está concentrada no Sul e Sudeste



Fontes: Proad Contínua, Proad Covid, Caixa Econômica Federal e Caged



Fila no restaurante Bom Prato em Santana, zona norte de SP. Boa parte dos clientes está desempregada e aproveita as refeições a R\$ 1 Foto: Karine Xavier/UFAPress

Fim do auxílio emergencial tira R\$ 32 bi mensais da baixa renda

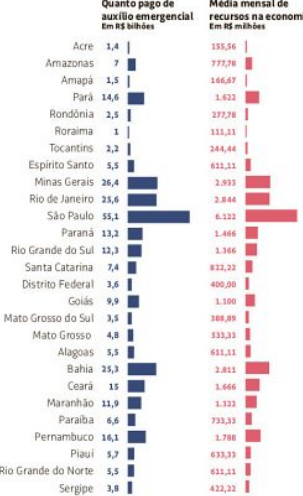
Sentindo na pele que a retomada econômica é fraca, quem recebia o benefício se declara apreensivo

Fernanda Brigatti e Tayaguara Ribeiro

SÃO PAULO O fim do auxílio emergencial vai mexer, de uma só vez, com a vida das pessoas e com a economia do país. O último crédito foi pago no dia 29 de dezembro, e os saques detraídos ainda serão feitos ao longo de janeiro. O governo do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) deixou claro que não tem dinheiro em caixa para estender o benefício. Entre economistas, não há consenso em relação à prorrogação e seus critérios. Uns se preocupam com a questão social e outros com as contas públicas, já deterioradas. Quem dependeu do benefício para se sustentar ou viu a vida melhorar com o suporte na renda diz que o ano começa com insegurança — e não é pouca gente. Foram 67,9 milhões de beneficiários, 4 em cada 10 brasileiros em idade de trabalhar. No decorrer de nove meses, foram pagos R\$ 292,9 bilhões. Na prática, segundo dados da Caixa, deixam de ser injetados na economia dos estados R\$ 22,4 bilhões por mês. Os efeitos no dia a dia de famílias e negócios, principalmente comércio e serviços, levarão um tempo para aparecer nas estatísticas, mas, para quem acompanha indicadores sociais, a perspectiva não é boa. Como ainda não há garantia de uma retomada consistente na oferta de trabalho, a economista Diana Gonzaga, professora da UFBA (Universidade Federal da Bahia), afirma que, sem um programa social, a via transferência de renda, ou um plano econômico, que incentive a geração de empregos, as desigualdades regionais devem crescer. O pagamento do auxílio emergencial foi especialmente relevante nos estados das regiões Norte e Nordeste. “Essas regiões já vinham numa situação econômica mais frágil antes da pandemia, com desemprego alto e muita informalidade”, afirma. “Sem um plano de transição para o fim do auxílio, é muito provável que as crises sociais também se agravem.” Quase 43% de todos os recursos do auxílio, cerca de R\$ 125 bilhões, foram para o

Norte e Nordeste. De acordo com Roberta de Moraes Machado, economista da UFPE (Universidade Federal de Pernambuco), a distribuição do auxílio teve enorme impacto nessas regiões. “São economias menos desenvolvidas, com maior taxa de desalento ou desempçados, atividades baseadas essencialmente na informalidade e na baixa complexidade”, diz. As cinco primeiras parcelas do auxílio tiveram forte impacto sobre a geração de riqueza dessa parte do país. Contribuíram, em média, com uma alta de 6,5% do PIB (Produto Interno Bruto) dos estados do Norte e Nordeste, de acordo com estudo dos economistas Écio Costa, da UFPE, e Marcelo Freire, da Universidade Federal Rural de Pernambuco. No município de Santarém Novo, no Pará, os R\$ 13 milhões pagos nos cinco primeiros meses responderam por 27,2% do PIB municipal pelas projeções dos pesquisadores. Ficou famoso o caso do comerciante Marinaldo dos Santos Canha, 47 anos, dono de uma açougue no centro do município paraense. Cunha mediu o efeito do auxílio emergencial na economia local em quilos de carne. Seu açougue chegou a vender o equivalente a um boi por dia durante a pandemia. Antes, era um boi por semana, contou à Folha. O dinheiro inesperado levou ele e a esposa, Renata, a investir na abertura de uma farmácia. Agora, o município de pouco mais de 6.000 habitantes tem três drogarias. O casal também trocou de carro e comprou um terreno. Marinaldo estima que nos próximos meses a vida vá voltar à rotina de antes, movida apenas pelo pagamento do Bolsa Família: quando o dinheiro é liberado, o comércio vende mais; passados uns dias, vende menos. O economista da UFPE diz que, justificando o fim do benefício, famílias se prepararam e pouparam, mas a tendência, se o emprego não reagir mais depressa, é que o consumo caia em toda a parte do país a partir de fevereiro. “Estamos falando de queda na transferência de renda aos mais pobres, o que conse-

Veja quanto cada estado recebeu com o auxílio emergencial



Fontes: Proad Contínua, Proad Covid, Caixa Econômica Federal e Caged

“O auxílio é uma contingência, mas o governo poderia ter encontrado outra forma de ajudar. A sensação é que a gente está completamente perdida”

Stephanie Camargo, 24 estudante

“Antes da pandemia eu fazia diária quase todo dia. Quando teve o surto de Covid, perdi várias clientes. Todo o mundo ficou com medo de que eu pudesse ser uma 'contaminadora'”

Jaqueline Eustáquio, 30 diarista

quentemente reduz consumo, afetando o comércio e o setor de serviços”, diz. “Se se tiver retomada da empregabilidade, isso pode ser amenizado.” Na região Norte, das 6,9 milhões de pessoas que receberam o benefício, 2,6 milhões já eram do Bolsa Família. No Nordeste, de 21,9 milhões de beneficiários do auxílio emergencial, 10 milhões estavam no programa que atende famílias em extrema pobreza. A economista Diana Gonzaga defende a necessidade de o governo agir para criar uma transição entre o auxílio-outro benefício, com um valor menor, com critérios de concessão mais seletivos, mas que dê um suporte enquanto a pandemia não arrefece. Ela afirma que os pequenos sinais de melhora de índices econômicos, como o da criação de vagas formais ou aumento da população ocupada, praticamente não chegaram ao Norte-Nordeste. Quase 70% dos empregos com carteira criados até novembro estão no Sul e no Sudeste. Nos estados do Sudeste, porém, a situação ainda é incerta para muita gente. Cerca de 38,44% do total pago via auxílio emergencial, R\$ 12,6 bilhões, vão deixar de entrar no bolso de 26,4 milhões de brasileiros de baixa renda. A reportagem da Folha foi conversar com pessoas que estavam, na quarta-feira (6), na fila do restaurante popular Bom Prato, em Santana, na zona norte de São Paulo, que vende refeições a R\$ 1, subsidiadas pelo governo do estado. Muita gente disse que recebia o auxílio emergencial. Maria das Graças, 52 anos, moradora na Vila Albertina, na zona norte de São Paulo, era uma delas. Há anos, trabalha como cuidadora de idosos, um dos principais grupos de risco da Covid-19. Justamente por isso, diz, não tem conseguido clientes ao longo da pandemia. Conta que muitas pessoas nessa faixa etária estão evitando contato com quem é de fora do círculo familiar. Ela tem tentado trabalhar em outras áreas, mas nada aparece. Mora sozinha, e o auxílio emergencial era a sua única fonte de renda. “Deveria continuar”, disse à reportagem. “Como a pessoa vai ficar



sem auxílio e sem emprego?" Stephanie Camargo, 24 anos, também aguardava na mesma fila. Contou que está no último semestre do curso de administração, mas sem aulas. Mora de aluguel no mesmo bairro, com a mãe e uma irmã. A jovem e a mãe são autônomas —fazem terapia holística e mapa astral—, e a irmã está desempregada.

Durante a pandemia, o auxílio complementava a renda, já que perderam muitos clientes. Não sabe nem como vai pagar a faculdade. "No meio de uma pandemia, com tanta gente desempregada, quem vai fazer mapa astral, terapia alternativa? É a primeira coisa que as pessoas cortam", diz.

O auxílio é uma contingência, mas o governo poderia ter encontrado outra forma de ajudar. A sensação é que a gente está completamente perdida". Mesmo as atividades mais tradicionais para os profissionais de baixa renda ainda não voltaram ao ritmo pré-pandemia. Diarista é uma delas.

Jaqueline Eustáquio, 30 anos, foi uma das profissionais da área que sentiram a queda no volume de trabalho. "Antes da pandemia eu fazia diária quase todo dia. Quando teve o surto, parou. Quando voltou, todo o mundo ficou com medo de eu eu pudesse ser uma 'contaminadora'", afirmou a moradora da Brasília, na zona norte da capital.

Ela mora com três filhos pequenos. "Acho que não deveria ter acabado [o auxílio] pois a pandemia continua e, infelizmente, nós, que somos de baixa renda, somos os mais afetados. Se não fosse o auxílio, eu teria passado necessidade", disse.

"Ainda não sei como vai ser daqui para frente, porque não consigo retomar minha renda completa, minhas diárias".

Adriana Bomfim dos Anjos, 45, que também trabalha como empregada doméstica, sofre com a mesma angústia. Conta que já vinha equilibrando as finanças mesmo com o auxílio.

A reportagem a encontrou na Ceagesp (Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo), na região oeste. Ela tinha saído do Grajaú, no extremo sul da capital paulista, para receber a cota.

No local, junto com cerca de outras cem pessoas, pegou um kit com duas sacolas de verduras, frutas e legumes, na quinta-feira (7), doados por comerciantes que trabalham na Ceagesp. A doação ocorre semanalmente, desde outubro.

"Eu recebia o auxílio, me ajudava bastante e seria melhor que ainda continue por um tempo", disse Adriana.

Antes da pandemia, ela conta que trabalhava três vezes por semana. Agora, depende de uma diária a cada 15 dias.

Quem busca emprego traça um cenário mais complicado e diz que ainda está difícil conseguir uma colocação. No posto móvel do CATE (Centro de Apoio ao Trabalho e Empreendedorismo), que fica em frente ao Terminal Lapa, na zona oeste, Eleonora Maria dos Santos, 38 anos, aguardava na fila para verificar se existia alguma vaga.

Moradora de Itapevi, a auxiliar de limpeza recebeu o benefício desde o início da pandemia. "Eu esperava que continuassem pelo menos mais algumas parcelas. Está difícil conseguir emprego", diz.

Sem o auxílio emergencial, a renda do marido passa a ser a única fonte para pagar as contas do casal e seus dois filhos.

Na avaliação do economista José Márcio Camargo, da Genial Investimentos, o avanço das vacinas melhora as perspectivas para o primeiro trimestre e suaviza os efeitos do fim do auxílio na vida das pessoas e na economia como um todo.

Segundo ele, além de evitar medidas de restrição para a circulação de pessoas, o início da imunização permitirá a retomada na prestação de serviços para as famílias, contribuindo para a retomada do emprego, tanto formal quanto informal.

Colaborou Diego Garcia, do Rio de Janeiro



Posto móvel do CATE cadastra desempregados na Lapa, bairro da capital paulista; Adriana dos Anjos, empregada doméstica que ficou sem auxílio antes de recuperar todos os clientes, busca kit de alimentos no Ceagesp; a estudante Stephanie Camargo, outra ex-beneficiária, não sabe como pagar as contas ou se vai conseguir concluir o último semestre da faculdade



PAINEL S.A.

Paula Soprana (terceira) painelsa@grupofolha.com.br

Ilan Goldfajn
Vacinação e controle da Covid são prioridades para recuperação econômica

SÃO PAULO Ilan Goldfajn, ex-presidente do BC (Banco Central), defende dois pontos para a recuperação econômica: vacina rápida e aprovação de reformas para gerar recursos. "Se você cuidar bem da saúde, cuida bem da economia, e a prioridade 1, 2 e 3 para isso é a vacina", afirmou o presidente do conselho do Banco Credit Suisse Brasil em entrevista à Folha na segunda (4).

versus saúde? Não há "trade off", uma substituição entre saúde e economia é uma falsa dicotomia, é de curtíssimo prazo. Se você resolve saúde, resolve economia.

"Ah, vou liberar todo o mundo e a economia vai bombar" é uma substituição entre saúde e economia é uma falsa dicotomia, é de curtíssimo prazo. Se você resolve saúde, resolve economia.

Em um cenário de juros baixos, quadro fiscal deficitário e inflação, qual a perspectiva para 2021? O ano passado terminou com recuperação e a inflação um pouco em alta. No final do ano, a inflação deu um pouquinho de desacelerada e agora começamos o ano com a expectativa: será que a recuperação vai continuar? Será que inflação continuará mais pressionada? Diria que provavelmente teremos recuperação em 2021, mas os riscos a esse cenário são basicamente dois.

Um é fiscal, temos um déficit elevado, uma dívida elevada, muita demanda vinda de auxílios emergenciais e investimentos públicos até vacinas, então tudo compete e não há dinheiro. Para gerar recursos, é preciso logo aprovar as reformas para ter espaço.

O segundo risco que mapeamos, e é o principal, é a Covid, é não conseguirmos controlar a vacina demorar muito e a recuperação ser borbada, porque você simplesmente acaba em muita crise. Não sei o quanto teremos de lockdown, se teremos lockdown, mas o risco à recuperação é a falta de controle e de vacina.

Em algum momento o BC terá que elevar os juros? Se tudo ocorrer bem, com vacina, reforma e recuperação da economia, os juros têm que começar voltar ao normal. Por que um juro de 2% está abaixo do que chamamos de juro neutro, que é aquele quando a economia não está nem fraca e nem forte, a inflação está na meta, e ele tem que voltar para perto de 6% ao longo do tempo, ao longo dos anos.

Se tudo correr bem, devagarinho sairemos de 2% e vamos a 4%, 4,5%, depois a 6%, e se o cenário estiver bom, fica, fica nesse patamar um tempo, flutuando; se tiver muita inflação, sobe, se tiver recessão, cai, e assim vai. Temos juros do ano da Covid. Esperamos que 2021 seja o ano de saída da Covid.

Então uma mudança na política monetária está diretamente ligada ao sucesso da condução da crise sanitária? Exatamente. Se tudo correr bem, normaliza, se tiver crise profunda, os juros têm que subir devido à crise. Quando os juros não sobem? Se tivermos uma economia que, em vez de recuperar, afunda de novo. Por que afundaria de novo? [Falta de] Vacina. Você vacina com a vacina.

O ponto importante global e no Brasil é o esforço para debelar a Covid, é o que determinará tudo. A vacina, a capacidade de não ter lockdown. Há disputa entre vírus e a vacina no mundo todo: o vírus está pegando bem, com variações e mutações, e as vacinas precisam correr.

No Brasil, há ainda o agravante das reformas, do ajuste fiscal, que precisamos lidar, além de coisas mais estruturais, como a desigualdade, que sai reforçada da Covid.

Se citou lockdown. Como se posiciona sobre economia

O que esperar do consumo com inflação, fim do auxílio e uma nova onda de coronavírus? Mais importante do que o auxílio para o consumo será a normalização das atividades. Se conseguirmos que todos se sintam confortáveis para trabalhar, o consumo retorna. Esse fator é mais importante do que qualquer outro. Da mesma forma que em 2020 o fator fundamental ao consumo foi a Covid, neste ano, o fundamental, para o outro lado, é a Covid também.

Para as classes D e E, que tiveram renda para consumir, será mais difícil diante do desemprego. O auxílio emergencial teve um papel muito relevante aos vulneráveis. Há economistas falando que o auxílio foi importante como política de demanda, para aquecer a economia, mas, na minha visão, foi uma política social, de ajudar quem não tinha como sair para a rua, o autônomo, alguém que tinha uma barracquinha, o informal, foi essa turma que o auxílio emergencial segurou na crise.

Para este ano, temos que levar em consideração a Covid, que foi um grande fator de desigualdade. A saída da Covid vai ajudar também os mais pobres. Os fatores mais relevantes são sair da crise, conseguir vacinar todos a tempo e não abortar a recuperação. Isso impacta o consumo, a recuperação e a desigualdade.

Como avalia o adiamento do open banking? No meio de um ano muito difícil, você fez uma mudança dessas, uma agenda de Pix, de open banking e de independência do Banco Central, que passou no Senado. As pessoas estão dizendo "pode mandar um Pix".

No open banking, os dados de todos são democratizados e não ficam reféns de nenhuma instituição. Quem é dono do dado é a pessoa, que pode autorizar a transferência a um banco menor, a uma fintech, porque ela é dona do dado.

É um grande pulo para o setor. Se adiou um pouco, não vejo problema. Vai acabar saindo e está na direção certa.



Ilan Goldfajn, 54

Presidente do Conselho do Credit Suisse no Brasil, comandou o BC de junho de 2016 a março de 2019. Foi economista-chefe do Itaú Unibanco, sócio da Ciano e da Gávea Investimentos. Economista graduado na UFRJ, é mestre pela PUC-Rio e doutor pelo Massachusetts Institute of Technology



Teto de gastos e dívida pública

Dogmas são fundamentais em religiões, mas impedem a racionalidade em qualquer área do conhecimento

Claudio Adilson Gonzalez*, O Estado de S. Paulo

11 de janeiro de 2021 | 04h00

O **teto de gastos (TG)**, que vigora desde o início de 2017, teve papel decisivo para a melhora das expectativas dos agentes econômicos e foi um dos motivos, não o único, para o controle da **inflação** e a queda gradual da **taxa básica de juro**.

A recente deterioração fiscal, provocada pela pandemia e pela falta de reformas estruturais, levantou novamente o debate sobre a sustentabilidade da dívida pública. A perenização do TG, tal como está definido atualmente, voltou a ser vista por vários economistas como condição sine qua non para evitar a insolvência do governo.

Dogmas são fundamentais em religiões, mas impedem a racionalidade em qualquer área do conhecimento humano. Se não for flexibilizado, o TG tende a implodir de forma desorganizada, e aí sim ameaçará a solvência da dívida pública. Vejamos alguns números.

Mesmo levando em conta o impacto da **reforma previdenciária** e admitindo o congelamento real do salário mínimo e nominal das despesas com funcionalismo, por mais seis anos, o cumprimento do TG exigiria que a despesa discricionária caísse de 2,2% do **PIB**, em 2019, para menos de 1% do PIB, em 2026, com os investimentos convergindo para praticamente zero, o que, obviamente, é inviável.

Ainda que fosse possível, o cumprimento do TG, até 2026, continuaria provocando forte compressão dos investimentos governamentais, que desde 2015 nem sequer cobrem a depreciação do estoque de capital existente, o que se nota na deterioração dos equipamentos públicos, especialmente infraestrutura.

Em 2021, por infeliz descasamento de indexadores, o TG foi corrigido em só 2,1%, em relação a 2020, enquanto aproximadamente 55% da despesa primária da União está indexada ao [INPC](#), que deve ter acumulado variação de 5,3% em 2020. Há, pois, grande risco de não ser possível cumprir o teto já no corrente exercício. E, certamente, qualquer novo programa social que venha a ser instituído para enfrentar a segunda onda da pandemia terá de ser mediante crédito extraordinário, o que poderá causar expressivas turbulências no mercado financeiro.

Mas, se no corrente exercício conseguir atravessar este mar revolto, o TG em 2022 navegará por águas mais calmas. No próximo ano, o descasamento de indexadores deverá favorecer seu cumprimento, caso as expectativas de inflação, conforme pesquisa Focus, do Banco Central, se confirmem. O valor do TG deverá aumentar aproximadamente 6,0% (IPCA acumulado de julho/2020 a junho/2021), enquanto o INPC, que indexa a maior parte dos gastos primários, fecharia 2021 em aproximadamente 3,3%.

Nesse cenário, será possível aguardar até 2023 para implantar regras mais realistas na sistemática do TG, na forma proposta pelos economistas Fabio Giambiagi e Guilherme Tinoco. Resumidamente, eles defendem moderados aumentos reais anuais tanto na despesa total quanto na corrente, e esta última seria reajustada por metade das taxas admitidas para a primeira. Com isso, seria aberto algum espaço para a retomada dos investimentos públicos, cujo multiplicador para o crescimento do PIB é sabidamente maior do que 1.

A proposta pode ser calibrada para garantir que o crescimento da despesa total nominal seja inferior ao do PIB nominal, de forma a reduzir, com o tempo, a relação despesa primária/PIB. Além disso, a nova sistemática vigoraria até 2036, assegurando a manutenção de uma boa regra fiscal por mais 15 anos.

Tudo o mais constante, pode-se demonstrar que essa flexibilização do teto contribuiria de forma relevante para evitar a concretização de trajetória explosiva da relação dívida/PIB.

Não é uma bala de prata. Reformas como a administrativa e a tributária continuam imprescindíveis. Mas essa nova sistemática introduziria maior racionalidade à regra fiscal brasileira.

Com políticas apropriadas e sem dogmas, o Brasil não quebrará, chefe.

*ECONOMISTA, DIRETOR-PRESIDENTE DA MCM CONSULTORES, FOI CONSULTOR DO BANCO MUNDIAL, SUBSECRETÁRIO DO TESOIRO NACIONAL E CHEFE DA ASSESSORIA ECONÔMICA DO MINISTÉRIO DA FAZENDA

Com pandemia, União suaviza cobrança de R\$ 300 bi em dívidas

Flexibilização tem como objetivo aliviar empresas e pessoas físicas com perda de receita na crise

Por Marcos de Moura e Souza — De São Paulo

11/01/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

A União suspendeu, renegociou ou adiou a cobrança de parcelas no ano passado de quase R\$ 300 bilhões em dívidas que têm a receber de empresas e pessoas físicas.

Desde março, a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) adotou medidas de flexibilização de cobrança da dívida ativa com vistas não estrangular ainda mais devedores que perderam receita na pandemia.

O socorro abrangeu dos pequenos aos grandes devedores - estes com débitos a partir de R\$ 15 milhões e vários com débitos de bilhões com a União.

“A PGFN adotou no ano passado uma postura alinhada com a do Ministério da Economia, uma postura cooperativa com os devedores”, disse ao **Valor** o procurador Everaldo Souza Passos Filho, coordenador de Acompanhamento e Controle Gerencial da Dívida Ativa da União da Procuradoria.

“Atuamos de todas as formas para dar um respiro a esses contribuintes que estão em situação de endividamento, para que eles pudessem transitar nesse contexto de pandemia”, completou Passos Filho.

Em um balanço datado de 5 de janeiro e assinado pelo procurador, ele informa que estimativa até novembro é que “os débitos inscritos em dívida ativa da União no valor de R\$ 291,6 bilhões tiveram sua cobrança suspensa, foram transacionados ou se beneficiaram com o adiamento do vencimento das parcelas, por conta das medidas de enfrentamento à covid-19”.

O balanço esmiúça os números. Mostra, por exemplo, que 781.261 débitos deixaram de ser protestados pela União, no valor de R\$ 45,4 bilhões.

Mostra também que R\$ 159,9 bilhões em dívidas deixaram de ser imputados a terceiros devido à suspensão desses procedimentos de imputação de responsabilidade.

Muitos devedores também recorreram a renegociações de dívidas - as chamadas transações tributárias - oferecidas pela PGFN em 2020. Foram, ao todo, 160 mil transações entre janeiro e novembro (em geral uma transação por devedor)

O prazo de adesão a uma das modalidades de transações mais buscadas - a transação extraordinária - venceu em 29 de dezembro.

As condições das transações tributárias preveem realinhamento de parcelas em até 145 meses e a concessão de descontos em juros, multas e encargos em até 70%.

As transações são diferentes dos programas de refinanciamento de dívidas (Refis) porque calibram os descontos em função da capacidade financeira de cada devedor de arcar ou não com seus débitos. Quanto maior a capacidade, menor o desconto.

Pelo balanço da PGFN, até novembro foram suspensas as cobranças ou postergados os pagamentos de R\$ 242,8 bilhões do que a União tem a receber. Além disso, foram renegociadas - por meio das transações - dívidas que somam R\$ 48,8 bilhões. A soma das duas cifras resulta nos R\$ 291,6 bilhões.

“O papel da procuradoria foi muito importante não só na parte legislativa - no que se refere à lei de transição - como também na sua regulamentação”, diz a advogada Priscila Faricelli, sócia do escritório Demarest Advogados.

Priscila acompanhou alguns casos de grandes devedores que recorreram às medidas da PGFN. “É desejo dos devedores que existam algumas condições para que essa dívida seja liquidada”, aponta ela. A advogada afirma que a PGFN tem atentado para isso, diferentemente, segundo ela, do que se vê na Receita Federal. “Não existe hoje na Receita nenhuma margem de abertura e negociação. Isso a gente só consegue na PGFN.”

A PGFN tem a atribuição de atuar num segundo momento da cadeia de cobrança tributária. Primeiro, a Receita Federal autua o contribuinte; e se este não paga, o débito é encaminhado aos procuradores.

O total da dívida ativa que a Fazenda tem a receber de empresas e pessoas físicas é uma cifra astronômica: R\$ 2,5 trilhões. Desse total, a parte devida pelos grandes devedores é de R\$ 1,7 trilhão. Entre os grandes devedores, parte deles aparece no rol de devedores com débitos em aberto - ou seja, que não estão sendo pagos ou debatidos na Justiça.

Nessa lista com grandes débitos em aberto estão grupos falidos como Vasp (com uma dívida de R\$ 7 bilhões) e Varig (R\$ 4,7 bilhões), o empresário Eike Batista (R\$ 3,7 bilhões) e a mineradora MMX (R\$ 3,5 bilhões), entre muitos outros.

Em 2020, de acordo com a PGFN, houve um aumento de 3,4% no estoque da dívida ativa.

Mas o órgão chama atenção para o aumento significativo no estoque em situação regular. Eram R\$ 492 bilhões em 2019 e em 2020, R\$ 557 bilhões - um aumento impulsionado, segundo a PGFN, pelos programas de alívio aos devedores.

Outro resultado do que os procuradores chamam de estímulos à regularização é o número de devedores. Entre 2019 e 2020, o número dos devedores à União caiu de 5,1 milhões para 4,8 milhões.

Outra mudança em 2020 foi o valor que efetivamente a PGFN recuperou de dívidas que a União tem a receber. Em 2019, a PGFN conseguiu recuperar R\$ 25 bilhões dos devedores. Em 2020, entre os meses de janeiro e novembro, já foram recuperados R\$ 23,3 bilhões.

“O valor que a gente deve arrecadar em 2020 provavelmente vai ser maior do que o de 2019”, avalia Passos Filho.

Segundo ele, esse aumento se deve, em boa parte, a medidas que o órgão vem adotando para melhoria na cobrança da dívida ativa e também às condições facilitadas de pagamento.

O procurador lembra ainda que houve uma queda na arrecadação desses créditos no primeiro nos primeiros meses da pandemia. “Mas a partir de agosto, tivemos uma retomada rápida do montante arrecadado. Foi uma recuperação em ‘V’, uma queda brusca e recuperação rápida.”

Empresas são multadas pela Receita mesmo cumprindo prazos de tributos

A medida, considerada abusiva, está sendo questionada administrativamente e na Justiça

Por **Laura Ignacio** — De São Paulo

11/01/2021 05h00 · Atualizado há 6 horas





Eduardo Salusse: “A União tem que trabalhar com coerência, não como se quisesse pegar o contribuinte no contrapé”
— Foto: Luis Ushirobira/Valor

Empresas vêm recebendo multas da Receita Federal relativas a cobranças adiadas pelo Ministério da Economia em razão da pandemia. A medida é mais uma das que os contribuintes consideram abusivas e que, segundo especialistas em tributação, acabam gerando novos contenciosos na esfera administrativa e no Judiciário - o que afasta investidores do país.

No primeiro semestre do ano passado, o governo estendeu o período de recolhimento das contribuições à Previdência, do PIS e da Cofins e, mesmo com o cumprimento dos prazos, empresas foram penalizadas. A Portaria ME nº 139 estabeleceu para os meses de agosto e outubro os pagamentos referentes a março e abril, respectivamente. Já a Portaria ME nº 245 prorrogou a competência de maio para novembro.

Nos casos em que a advogada Thaís Françoso, sócia do escritório FF Advogados, atua, as cobranças chegam a até R\$ 200 mil. “Estamos apresentando pedido administrativo e conseguimos baixar [excluir] algumas multas”, diz.

Mas a algumas empresas não resta outro caminho que não o Judiciário. “Uma cliente do escritório, do setor imobiliário, por exemplo, vai precisar da certidão negativa de débitos por exigência de um cliente e teremos que ir à Justiça”, afirma a advogada.

Como outros especialistas em tributação, a advogada percebe uma atitude mais agressiva da fiscalização. “Senti que cresceu após a suspensão tributária. Um exemplo são as negativas de pedidos de compensação de créditos”, diz. Contudo, de acordo com o presidente do Sindicato dos Auditores-Fiscais da Receita (Sindifisco), Kleber Cabral, não existe gratificação (salário, bônus) vinculada a metas (quantidade ou valores das autuações).

Para o consultor e ex-secretário da Receita Federal Everardo Maciel, entre os motivos do litígio tributário está o fato de não haver limites para os autos de infração. “A Receita faz a autuação que quiser, até autos malucos de R\$ 12 bilhões. Qual ônus o Estado vai ter?”, questiona. Ele lembra, porém, que a empresa pode ter dano reputacional por ter que colocar uma autuação bilionária no balanço. “Como se resolve isso?”

A adoção de posturas contraditórias pela Receita Federal, afirmam tributaristas, é uma das principais causas do “custo Brasil”. O país está na lanterna mundial quando o assunto é pagamento de impostos. Aparece em 184º lugar em ranking com 190 economias divulgado pelo Banco Mundial (Doing Business 2020). Só para cumprir obrigações acessórias são 1.501 horas em um ano, o equivalente a mais de 62 dias, de acordo com o relatório.

As contradições da Receita Federal ferem o princípio da boa-fé, diz o tributarista Eduardo Salusse, sócio do Salusse e Marangoni Advogados. “Ao Estado não é permitido a adoção de posicionamentos contraditórios porque induz o contribuinte a erro. Até abuso de autoridade é possível alegar”, afirma. Contudo, acrescenta, não há jurisprudência nesse sentido.

Salusse entende que essa postura gera insegurança e afasta investimentos. “A União, em especial, tem que trabalhar com coerência, não como se quisesse pegar o contribuinte no contrapé”, diz. “Adotar práticas conforme os próprios interesses, deixando o contribuinte à deriva, é uma das justificativas do ativismo judicial.”

Contudo, Everardo Maciel não falaria em “abuso de autoridade”. Isso porque a Receita tem autoridade para editar soluções de consulta, atos declaratórios, instruções normativas e aplicar multas. “Não há tipificação penal para o que se chamaria de ‘abuso’ e ‘má-fé’. É preciso comprovar. Essa é a dificuldade”, diz.

Não faltam exemplos de medidas consideradas abusivas por empresários e tributaristas. Em outubro, empresas começaram a receber cobrança de multa isolada de 50% por compensação de créditos negada, antes do fim do processo de defesa administrativo. Em dezembro, a Receita restringiu o conceito de “subvenção de investimentos”, facilitando a tributação de incentivos fiscais de ICMS. Por meio da

Solução de Consulta nº 145 declarou que benefícios fiscais precisam ter sido concedidos como estímulo à economia para saírem do cálculo da CSLL.

Na época da repatriação de bens no exterior não declarados, lembra a tributarista Tathiane Piscitelli, professora da FGV Direito SP, a Receita orientava que bastava a declaração, sem ter que fazer prova da origem dos recursos. “Depois de encerrado o prazo para adesão ao programa, mudou de interpretação para dizer que se fossem solicitados dados a respeito, o contribuinte teria que fazer a prova, uma questão muito sensível até em razão da possibilidade de repercussão penal para o contribuinte”, diz.

Embora ainda não tenha transitado em julgado a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), de 2017, a favor da exclusão do ICMS do cálculo do PIS e da Cofins (RE nº 574.706), a Receita, afirma a advogada, “se antecipou ao Judiciário e editou a Solução de Consulta nº 13 determinando que deve ser retirado apenas o ICMS efetivamente pago dessa conta, visando garantir arrecadação, o que gerou aumento do contencioso”. O STF ainda tem que julgar um recurso da própria Fazenda neste processo cuja estimativa de impacto, segundo a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), é de R\$ 229 bilhões em cinco anos.

Mesmo após decisões de tribunais superiores, a Receita já editou normas contrárias, que incentivaram novas discussões. O tributarista Breno Vasconcelos, do escritório Mannrich e Vasconcelos Advogados, cita como exemplo a análise do conceito de insumo pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), para a identificação de qual tipo de matéria-prima gera créditos de PIS e Cofins.

O termo foi definido nas instruções normativas nº 247, de 2002, e nº 404, de 2004, mas houve controvérsias. Em fevereiro de 2018, o STJ firmou a tese de que devem ser usados os critérios de essencialidade ou relevância (REsp 1221170). Mas, segundo Vasconcelos, o Parecer Normativo nº 5, de 2018, e a Solução de Consulta Cosit nº 248, de 2019, foram editados pela Receita depois contrariando a decisão.

“Isso denota resistência da Receita em se adequar ao entendimento firmado na Justiça, gerando mais contencioso”, diz o advogado. Nesse caso, a estimativa de impacto registrado na LDO é de R\$ 316 bilhões em cinco anos.

Para Isáias Coelho, pesquisador sênior do Núcleo de Estudos Fiscais (NEF) da FGV Direito, “não é à toa que estamos no fim da fila da classificação do Banco Mundial porque nosso sistema é mesmo o pior”. Ele afirma que só Brasil e Haiti ainda usam o sistema de créditos de insumos. “Com uma legislação massiva e contraditória, o contribuinte fica à mercê de interpretações que variam e tem que seguir com os negócios dele, tomando riscos.”

Procurada pelo **Valor**, a Receita Federal respondeu por nota que não iria se manifestar.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Colchão Casal 25cmx138cmx188cm de Molas Maxspring Barry Espresso Móveis Bege

AMERICANAS.COM

LINK PATROCINADO

Adeus dor no joelho! Segredo Japonês renova cartilagem de idosa.

OKINA

LINK PATROCINADO

Cozinha Completa Madesa Agata 290002 com Armário e Balcão (Sem Tampo e Pia) Rustic/Cinza

MADESA BR

LINK PATROCINADO

Cama Box Casal Colchão Top Line Mola Bonnel + Box Sintético Bege Serra Negra 63x138x188

SHOPTIME

LINK PATROCINADO

Super oferta! Tênis masculino R\$199,90

QG WEB SHOP

LINK PATROCINADO

Você vai amar essas sandálias, volte e veja porque.

CONFORT PÉ

por taboola

Conteúdo Publicitário

VALOR INVESTE

Os 10 carros seminovos e usados mais vendidos em 2020

Mais um julgamento que não acabou

ainda existem argumentos jurídicos relevantíssimos que não foram apreciados no julgamento do PIS/Cofins sobre receitas financeiras

Por **Brunno R. Lorenzoni e Guilherme Elia C. Silva**

11/01/2021 05h00 · Atualizado há 6 horas

O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), por meio do RE 1043313 (Tema 939 da repercussão geral), proclamou ser “constitucional a flexibilização da legalidade tributária constante do parágrafo 2º do artigo 27 da Lei nº 10.865/04, no que permitiu ao Poder Executivo, prevendo as condições e fixando os tetos, reduzir e restabelecer as alíquotas da contribuição ao PIS e da Cofins incidentes sobre as receitas financeiras auferidas por pessoas jurídicas sujeitas ao regime não cumulativo, estando presente o desenvolvimento de função extrafiscal”. O julgamento se deu com a análise da violação do princípio da legalidade, único fundamento apreciado no exame do aludido RE interposto pelo contribuinte ainda no início de toda discussão jurídica da matéria.

Ao nosso sentir, a interpretação conferida pelo STF sobre a questão abre precedente perigoso, porque poderá incentivar o Legislativo a delegar sua competência para que o Executivo tribute conforme a sua única conveniência. Para isso, bastará a instituição de tetos mínimo e máximo de alíquota por meio de leis, remanescendo como poder discricionário do Executivo o livre arbítrio para positivar as alíquotas efetivas, conforme livre política-financeira. Subverte-se a ordem legal pelo império das circunstâncias. Considerando a Federação, esse tipo de chancela poderá ganhar contornos ainda mais tensos em vista da guerra fiscal existente entre seus entes.

Ainda há argumentos relevantes que não foram apreciados no julgamento do PIS/Cofins sobre receitas financeiras

De qualquer modo, e esse é o objeto do presente texto, nos parece que a discussão sobre a matéria também não chegou ao seu final. Isso porque muitos contribuintes discutem em suas ações matéria além da tratada no aludido RE.

Sobre o tema, vale a seguinte reflexão. O país, historicamente, possui memória curta. Resultado, não tem muito o costume de olhar os atos pretéritos para entender os presentes e futuros. Quando a Lei nº 10.865, de 2004, foi promulgada, o legislador não só outorgou ao Poder Executivo a prerrogativa de reduzir e “restabelecer” as alíquotas do PIS e da Cofins sobre as receitas financeiras, como também o obrigou a promover tal ato observando o princípio da não cumulatividade (artigo 195, parágrafo 12, CF).

O afirmado se dá na hermenêutica sistemática do artigo 27 da Lei nº 10.865, de 2004, que dispõe em seu caput que “o Poder Executivo poderá autorizar o desconto de créditos nos percentuais que estabelecer e para os fins referidos no artigo 3º das Leis nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, relativamente às despesas financeiras(...)”.

O parágrafo 2º do artigo 27, depois, expressa que “o Poder Executivo poderá, também, reduzir e restabelecer (...)” as alíquotas.

Ora, como se pode notar, o caput do artigo expressa que o Executivo poderá (faculdade) autorizar o desconto. Feito isso, ele poderá, também, reduzir ou restabelecer alíquotas (parágrafo 2º). Logo, sendo correto afirmar que o legislador concebeu na norma analisada uma metódica que preservasse íntegro o regime não cumulativo do PIS e da Cofins.

E não poderia ser diferente, já que o artigo 195, parágrafo 12, da Constituição Federal impõe ao legislador ordinário uma regra cuja finalidade deve ser perseguida, ou seja, o aludido dispositivo não gera uma mera regra de competência, mas uma regra instituidora de efetiva tarefa legislativa.

Aliás, nesse tocante, verifica-se o equívoco do procurador-geral da Fazenda Nacional que sustentou no STF que a redução a zero das alíquotas ocorreu, no pretérito, por um afago ao contribuinte (e que este não reclamou). Isso porque, conquanto as alíquotas tenham de fato sido reduzidas, no mesmo texto legal foi retirado do

contribuinte o direito ao creditamento das despesas financeiras. Ou seja, o legislador deu um benefício em detrimento do desconto que existia e fez isso porque, como visto, outorgou competência ao Executivo exatamente para calibrar a tributação.

O “restabelecimento” da alíquota sem o contraponto de se preservar o regime não cumulativo, desse modo, nos dá nítida impressão de que a exigência hoje viola o artigo 195, parágrafo 12, da Constituição. Tema que, repisa-se, não foi apreciado no referido julgamento do STF.

A comprovação sobre a violação ao regime não cumulativo pela exigência fiscal está ainda no fato de que os artigos 10 e 11 da Lei Complementar (LC) nº 95, de 1998, expressam que o parágrafo é a disposição secundária de um artigo e, portanto, não pode ser lido sem a conexão com o caput do dispositivo legal.

Um exemplo que facilita entender: se o caput de um artigo de edital de concurso dispõe que o candidato será aprovado caso tenha nota 7 em uma disciplina e o seu parágrafo 1º expressa que ele terá, também, que pontuar 7 em outra disciplina, fica claro que não atendido um ou outro dispositivo, o candidato será reprovado.

Assim sendo, a leitura do parágrafo 2º do artigo 27 da Lei nº 10.865, de 2004, que acabou sendo feita pelo Plenário do STF, se deu em total desconexão com a sistemática elaborada pelo próprio legislador, fazendo com que o aludido parágrafo 2º se transformasse em autêntico artigo autônomo (27-A), o que é vedado.

Toda a questão acima deve ser apreciada também pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) já que envolve questão infraconstitucional na órbita da LC nº 95, de 1998, e conforme precedente no sentido defendido (REsp 1314615/RS) quanto a sistematização das leis.

Por fim, todo raciocínio posto até aqui também permite identificar que os contribuintes devem discutir, se ainda não o fizeram, o direito ao crédito das despesas financeiras diante do fato de que o princípio da não cumulatividade deve ser respeitado como imposto pelo legislador.

Concluimos, desse modo, que o julgamento realizado pelo STF não teve o condão de esgotar a discussão da matéria, porquanto ainda existem argumentos jurídicos relevantíssimos que não foram apreciados.

Brunno Ribeiro Lorenzoni e Guilherme Elia C. Silva são, respectivamente, sócio de Zechin Pontes e Lorenzoni Advocacia, especialista em direito tributário pela Universidade Federal Fluminense e em contabilidade pela FGV; e sócio de Andrade Advogados, especialista em direito tributário pelo Ibet, em contabilidade tributária pela PUC-Rio com extensão em Maryland University e em processo administrativo tributário pela PUC-Rio

Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso dessas informações

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Super oferta! Tênis masculino R\$199,90

QG WEB SHOP

LINK PATROCINADO

Colchão Casal 25cmx138cmx188cm de Molas Maxspring Barry Espresso Móveis Bege

AMERICANAS.COM

LINK PATROCINADO

Cozinha Completa Madesa Agata 290002 com Armário e Balcão (Sem Tampo e Pia) Rustic/Cinza

MADESA BR

LINK PATROCINADO

Cozinha Compacta Suspensa c/ Balcão Thais-Poquema - Capuccino

MARABRAZ

LINK PATROCINADO

Adeus dor no joelho! Segredo Japonês renova cartilagem de idosa.

OKINA

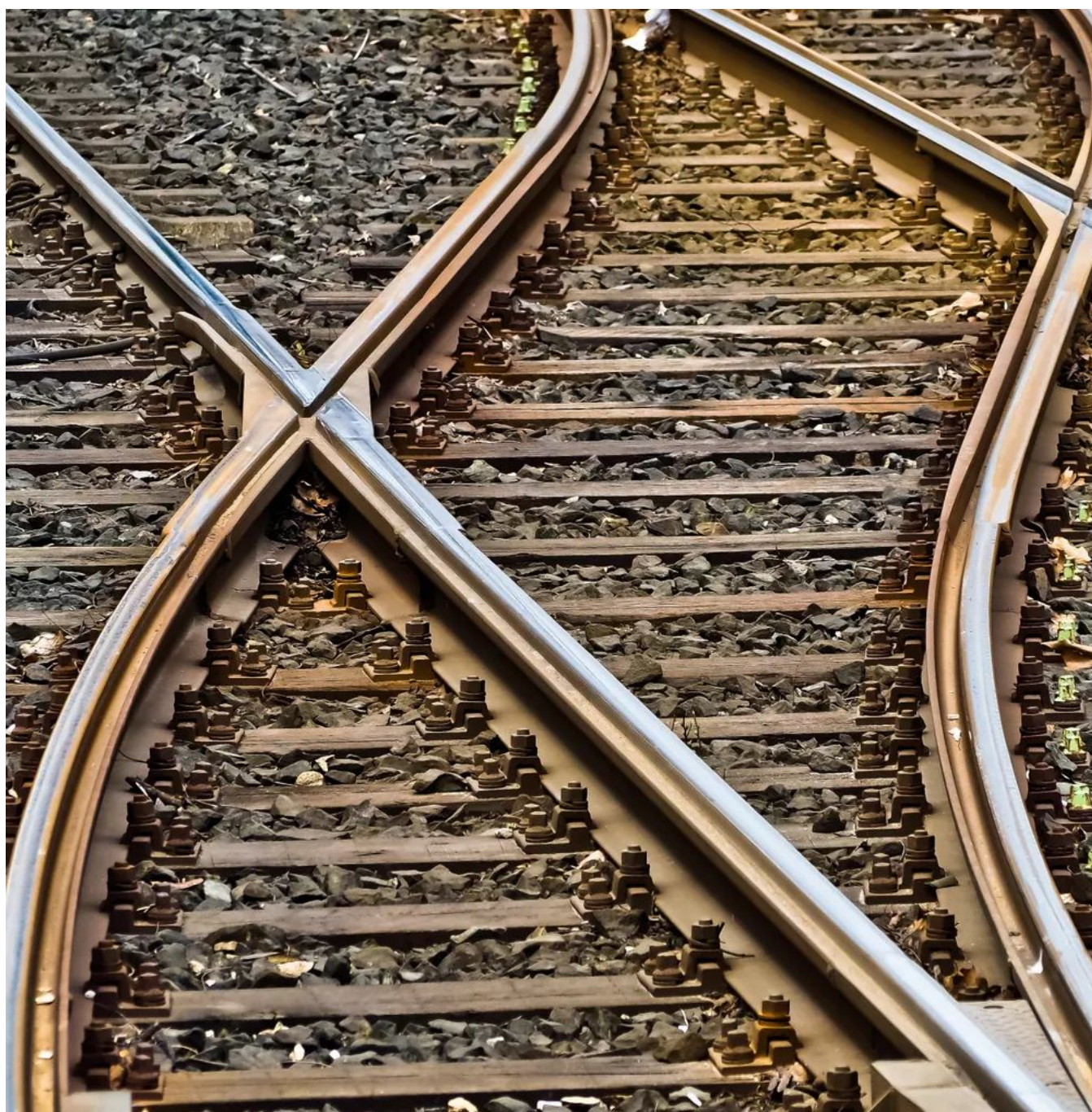
LINK PATROCINADO

O problema da dívida pública

Estratégia econômica do governo não é clara

Por Luque, Silber, Luna e Zagha

11/01/2021 05h01 · Atualizado há 6 horas





— Foto: MichaelGaida/Pixabay

O relatório anual do FMI sobre a economia brasileira surpreendeu ao apoiar as políticas expansionistas do governo brasileiro, equivalentes a 18% do PIB. Resposta à pandemia, elas permitiram uma contração do PIB em 2020 menor do que prevista e foram importantes na redução na incidência da pobreza. Mesmo com aumento da dívida pública em relação ao PIB em 2020, o FMI recomenda, se necessário, manter políticas expansionistas em 2021, incluindo reduções adicionais da taxa de juros.

O reconhecimento pelo FMI de que políticas expansionistas podem ter um papel positivo é o resultado de um aprendizado de 20 anos. Em reação à sua atuação contraproducente na crise Asiática em 1997, da Rússia em 1998 e Argentina em 2001, o FMI iniciou avaliações independentes das análises feitas pelos economistas do FMI e das convicções que os orientavam, nem sempre com resultados concretos. A Grécia em 2014 e a Argentina em 2016-2019 são exemplos da distância entre questionamentos e prescrições do FMI.

Não há uma estratégia para controlar o teto dos gastos, nem para um crescimento sustentável

O relatório sobre o Brasil reduziu essa distância. Nem tudo agrada. O relatório ignora o papel da depreciação do Real na recuperação da indústria, superestima os benefícios da conta financeira aberta e recomenda flexibilidade da taxa de câmbio. Atribui a depreciação do Real apenas à incerteza criada pelo aumento da dívida pública, sem levar em conta a redução do diferencial entre juros domésticos e internacionais e consequente redução das possibilidades de arbitragem. Também não discute limitações do teto de gastos para estabilizar a dívida.

Ainda assim, a contribuição do relatório é importante ao desmitificar o tamanho da dívida pública, ao recomendar possíveis reduções adicionais da taxa de juros e ao ressaltar que é improvável que em 2021 haja o

retorno à normalidade. O desemprego continua crescendo e uma parte importante da população está fora da força de trabalho. As necessidades de auxílio emergencial e de apoio às empresas vão continuar em 2021.

Esse grau de realismo não afetou discussões internas. Muitos de nossos melhores economistas e analistas adotam uma narrativa independente da realidade, ao afirmar que o tamanho da dívida pública é a chave para atingir o crescimento. O mecanismo não é explicitado, mas deve ser algo assim: o aumento da dívida vai criar dúvidas sobre a capacidade do governo de honrá-la, logo os compradores de títulos públicos irão exigir taxas de juros mais altas. Juros mais altos reduzirão o investimento e o consumo privado e, portanto, o crescimento no curto e no longo prazo. Reforçando esse mecanismo, dúvidas sobre a capacidade do governo de honrar sua dívida farão com que o capital financeiro saia do país pondo pressão sobre o Real e inflação, o que irá também exigir aumentos da taxa de juros. Prova desses mecanismos estarem em jogo são a (1) depreciação do Real, (2) o aumento da inflação, (3) a curva de rendimentos mais empinada, e (4) o encurtamento do perfil da dívida pública. O controle do tamanho da dívida reverteria esses mecanismos.

A realidade é provavelmente outra. Respeito a (1), a taxa de juros “mais alta do planeta” dos anos 2000-2018 criou oportunidades de arbitragem para o capital financeiro doméstico e internacional. A taxa mais baixa reduziu estas oportunidades e depreciou o Real. Consequentemente, aumentou o preço de alimentos e dos bens transacionáveis internacionalmente, o que se repercutiu no IPCA. O mercado acredita que esse choque é transitório: as expectativas de inflação continuam ancoradas e os valores esperados em 2021 e além não subiram.

Com relação à (3), a incerteza da política monetária futura tem um papel. Apesar de taxas de juros internacionais historicamente baixas e expectativas de que assim continuarão por vários anos, o BCB não se comprometeu a uma política de taxas de juros baixas. O Relatório Focus de meados de dezembro mostra que a expectativa do mercado é que a

SELIC voltara a níveis historicamente altos já subindo em 2021 e 4.5% em 2022 e 6% em 2023. Uma consequência é um Real se apreciando a partir de 2021. A expectativa de que o BCB vai retornar a uma política “dura” faz com taxas de juros a

2-4-6-10 anos subam e empinem a curva de rendimentos. Finalmente, a estratégia econômica do governo não é clara o que afeta também afeta taxas longas.

É racional e não é um problema o BCB ter aumentado a proporção de dívida a curto prazo (4). Como nos lembrou numa coluna recente um antigo diretor do BCB, a denominação da dívida pública em reais fez com que, mesmo nos tempos de hiperinflação quando o encurtamento da dívida chegou ao overnight, não houve problemas em rola-la.

Qual então é o problema da dívida pública? A resposta é: não temos uma estratégia viável lidando com seu aumento.

O setor financeiro tem vocalizado sobre a necessidade de controlar gastos, subir a taxa de juros, e combater o Real depreciado, sem levar em conta o empobrecimento da economia real. Quando a dívida pública mal chegava a 60% do PIB e os juros absorviam 8-9% do PIB o grau de alarme era muito menor do que uma dívida agora 100% com um custo de juros bem menor.

Dito isso, é pragmático pôr a dívida pública numa trajetória onde ela se estabiliza no médio/longo prazo. Aumentos no curto prazo podem trazer benefícios, mas uma trajetória que levasse a aumentos persistentes da relação dívida/PIB nos poria em terra incógnita com consequências que não podemos antecipar. Podemos aceitar aumentos da dívida no curto prazo e, pari-passu, implementar uma estratégia estabilizando-a no médio e longo prazo. Esse é o sinal que dever ser passado para os agentes econômicos: estabilidade ou redução no médio e longo prazo.

Isso pode ser atingido através de um crescimento mais rápido, juros mais baixos, impostos mais altos, ou gastos primários mais baixos em relação ao PIB. Dessas possibilidades o governo se foca unicamente no controle

de gastos primários, com o teto dos gastos. Para um dos mais respeitados ex-diretores do BCB fura-lo não é uma questão de se, mas de quando. Não há uma estratégia para controlar o teto dos gastos, e tampouco há uma para por a economia numa trajetória de crescimento sustentável. Lembremo-nos que vários

estudos empíricos mostraram é raro reduções na relação dívida/PIB serem alcançadas através de superávits primários.

Lidar com o problema da dívida pública exige aceitar seus aumentos no curto prazo ao mesmo tempo implementar uma estratégia que a estabilize no médio/longo prazo. Essa estratégia devera necessariamente incluir o crescimento, compromissos com a taxa de juros presente e futura, compromissos com a evolução da taxa de câmbio, resistindo à tentação de um dólar barato, gastos primários, e aumentos de impostos sobre as rendas mais altas e riqueza.

Sem esses elementos, nosso futuro econômico continuará decepcionante.

Carlos Luque é professor da FEA- USP e presidente da Fipe.

Simão Silber é professor da FEA-USP

Francisco Vidal Luna é professor da FEA aposentado

Roberto Zagha foi professor Assistente na FEA-USP nos anos 1970 e no Banco Mundial a partir de 1980, onde encerrou a carreira em 2012 como Secretário da Comissão sobre o Crescimento e o Desenvolvimento, e diretor para a Índia.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Colchão Casal 25cmx138cmx188cm de Molas Maxspring Barry Espresso Móveis Bege

AMERICANAS.COM

LINK PATROCINADO

Adeus dor no joelho! Segredo Japonês renova cartilagem de idosa.

OKINA

LINK PATROCINADO

Cozinha Completa Madesa Agata 290002 com Armário e Balcão (Sem Tampo e Pia) Rustic/Cinza

MADESA BR

LINK PATROCINADO

Cama Box Casal Colchão Top Line Mola Bonnel + Box Sintético Bege Serra Negra 63x138x188

SHOPTIME

LINK PATROCINADO

Super oferta! Tênis masculino R\$199,90

Risco fiscal desafia gestão de Doria em 2021

Governo de São Paulo faz remanejamentos após ajuste fiscal pós-covid 19 e pode ter que arcar com gastos inesperados de R\$ 7,8 bilhões

Por Malu Delgado — De São Paulo

11/01/2021 05h00 · Atualizado há 6 horas



Nas reuniões com secretários, governador reforça DNA do setor privado: exposições são controladas pelo cronômetro e devem ser plásticas e bem objetivas — Foto: Divulgação/Governo de SP

A obstinação do governador de São Paulo, João Doria (PSDB), para iniciar a vacinação contra a covid-19 está relacionada não apenas à sua competição de imagem com o presidente Jair Bolsonaro mas com o panorama de crescimento econômico do Estado. Na primeira reunião do secretariado do ano, na última sexta-feira, a equipe econômica do tucano apresentou projeções orçamentárias para 2021 e de variação do PIB.

Sob o mantra “vacinação é a prioridade”, o governo estima superar o Brasil no crescimento econômico, atingindo um PIB de 5%, enquanto o do país pode crescer de 2,6% a 3,4%, numa perspectiva mais otimista. A meta depende da vacinação. Apesar de o governo sustentar que não haverá déficit fiscal neste ano, devido ao pacote aprovado na Assembleia Legislativa em novembro de 2020, há uma avaliação de risco fiscal de R\$ 7,8 bilhões.

A notícia foi dada pelo secretário de Projetos, Orçamento e Gestão, Mauro Ricardo, na reunião com o governador. Decisões judiciais podem obrigar São Paulo a desembolsar um dinheiro não previsto no orçamento deste ano. “Por isso é risco fiscal”, enfatizou Mauro Ricardo ao **Valor**.

A maior parte desse possível gasto inesperado diz respeito a precatórios. Decisão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) obriga os Estados a quitar dívidas de precatórios até 2024. De acordo com Mauro Ricardo, o CNJ “pegou o saldo de precatórios e dividiu por quatro anos”. O impacto, diz Secretaria de Projetos e Orçamento, seria de R\$ 4,6 bilhões em 2021. Duas ações sobre o tema estão sob análise dos ministros Dias Toffoli e Rosa Weber no Supremo Tribunal Federal.

“A Constituição estabeleceu que o governo teria que instituir uma linha de crédito para pagamentos de precatórios que nunca instituiu”, diz Ricardo. Uma das ações, ajuizada pelo governo paulista, questiona a decisão. “A emenda constitucional não diz que você tem que pagar os mesmos valores por ano. Tem que apresentar um plano anual de pagamento de precatórios ao longo de quatro anos”, argumenta Mauro Ricardo, ponderando que com a covid-19 o ano de 2021 ficou difícil para todos.

Para mitigação do risco, o secretário aposta numa votação de emenda constitucional na Câmara, já aprovada no Senado, de autoria de José Serra (PSDB). Se aprovada a proposta, os Estados terão prazo até 2028 para quitar as dívidas de precatórios.

Outra possível turbulência para a equipe econômica de Doria também está no Supremo e diz respeito ao salário-educação. Há Estados que questionam, na corte, os critérios de distribuição. “Hoje, pelo critério estabelecido em lei, a gente fica com o que é arrecadado no Estado de São Paulo e aplicamos o que é arrecado aqui dentro de determinados critérios, quantidade de aluno.” O que muitos Estados querem, diz

o secretário, é que se aplique o arrecadado num “bolo só”, para depois ser feita a distribuição nacional por aluno. “Isso significaria uma perda de arrecadação para São Paulo de R\$ 1,2 bilhão.”

O último problema diz respeito à utilização do pagamento do excedente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) no pagamento de aposentadorias e pensões. “Temos um julgado do nosso Tribunal de Contas fazendo uma modulação, uma redução gradual de aplicação de recursos do Fundeb no pagamento de inativos e pensionistas”, explica Ricardo. Vetado o Fundeb para essa destinação, o governo terá que se virar para encontrar mais R\$ 2 bilhões. “Aí teremos que usar recursos do Tesouro”, diz o titular da pasta.

Se essas três situações se concretizaram, o governo terá que fazer cortes. Cortes, e não contingenciamento, deixou claro o secretário. O pacote de ajuste fiscal do governo Doria previa cobrir um déficit de R\$ 10,4 bilhões de 2020, consequência da covid-19.

Foram 82 medidas de ajuste, mas o governo não conseguiu aprovar todas e teve que fazer concessões que totalizam R\$ 2,3 bilhões. A principal delas foi a decisão de Doria de manter benefícios fiscais a medicamentos genéricos e alimentos da cesta básica, sob um custo de R\$ 1,2 bilhão. O governador deixou claro à equipe que tem a preocupação fiscal e econômica, mas quer focar também no social.

A pressão do Judiciário também afetou a aritmética. O Tribunal de Justiça de São Paulo levou R\$ 300 milhões a mais de orçamento, tendo um montante global 2% maior que a proposta do ano anterior, num momento em que várias pastas tiveram ao menos cortes pontuais para se ajustar à perda de receitas do Estado.

Segundo Mauro Ricardo, os cortes não foram significativos e haverá R\$ 15 bilhões de investimento público reservados para este ano. O governo, diz ele, terminará no azul em 2021. “O ajuste fiscal que foi feito permitirá que a gente termine no azul, ampliando a capacidade de investimentos do Estado. Não na forma como prevíamos no mês de agosto e setembro, porque nem tudo o que propusemos foi aprovado. Mas é um processo, isso mesmo, nem tudo o que você quer fazer consegue, porque precisa passar pela Assembleia.”

As reuniões semanais do secretariado servem para Doria monitorar de perto todas as ações de sua equipe, com 26 secretarias. O estilo de gestão que iniciou na Prefeitura de São Paulo, com novidades que fizeram até seus aliados torcerem o nariz, como as multas por atraso em reuniões, foi importado para o Estado. É preciso adotar uma espécie de ritual do setor privado para ser secretário em São Paulo.

Há uma alternância quinzenal para a apresentação de resultados de gestão de cada pasta. Um cronômetro é instalado na sala de reuniões do Palácio dos Bandeirantes, dando cinco minutos apenas para que cada secretário dê seu recado. Como num programa de auditório, toca um sinal quando o tempo expira. Caso o tema seja importante demais, o governador é condescendente e permite a extensão da retórica por dois minutos.

Aos que já pegaram a prática, a capacidade de ser sucinto rende prêmio: ganham chocolate. Vídeos e power points são muito bem-vindos para quem quer se encaixar ao jeito Doria de governar. E a apresentação precisa ser plástica e didática, ou há reprimenda.

A preocupação excessiva do governador com marketing e seu DNA do setor privado são evidentes. Mesmo se considerando um gestor descentralizador, que dá autonomia a seus secretários, Doria monitora cada passo, sugere mudanças em programas, pede alterações até em slides da equipe, ordena mudanças de logomarcas, cria nomes para projetos e deixa claro a grande preocupação: qual será a imagem de seu governo.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Super oferta! Tênis masculino R\$199,90

QG WEB SHOP

LINK PATROCINADO

Cama Box Casal Colchão Molas Luxor Marrom / Branco 138x188x62cm

AMERICANAS.COM

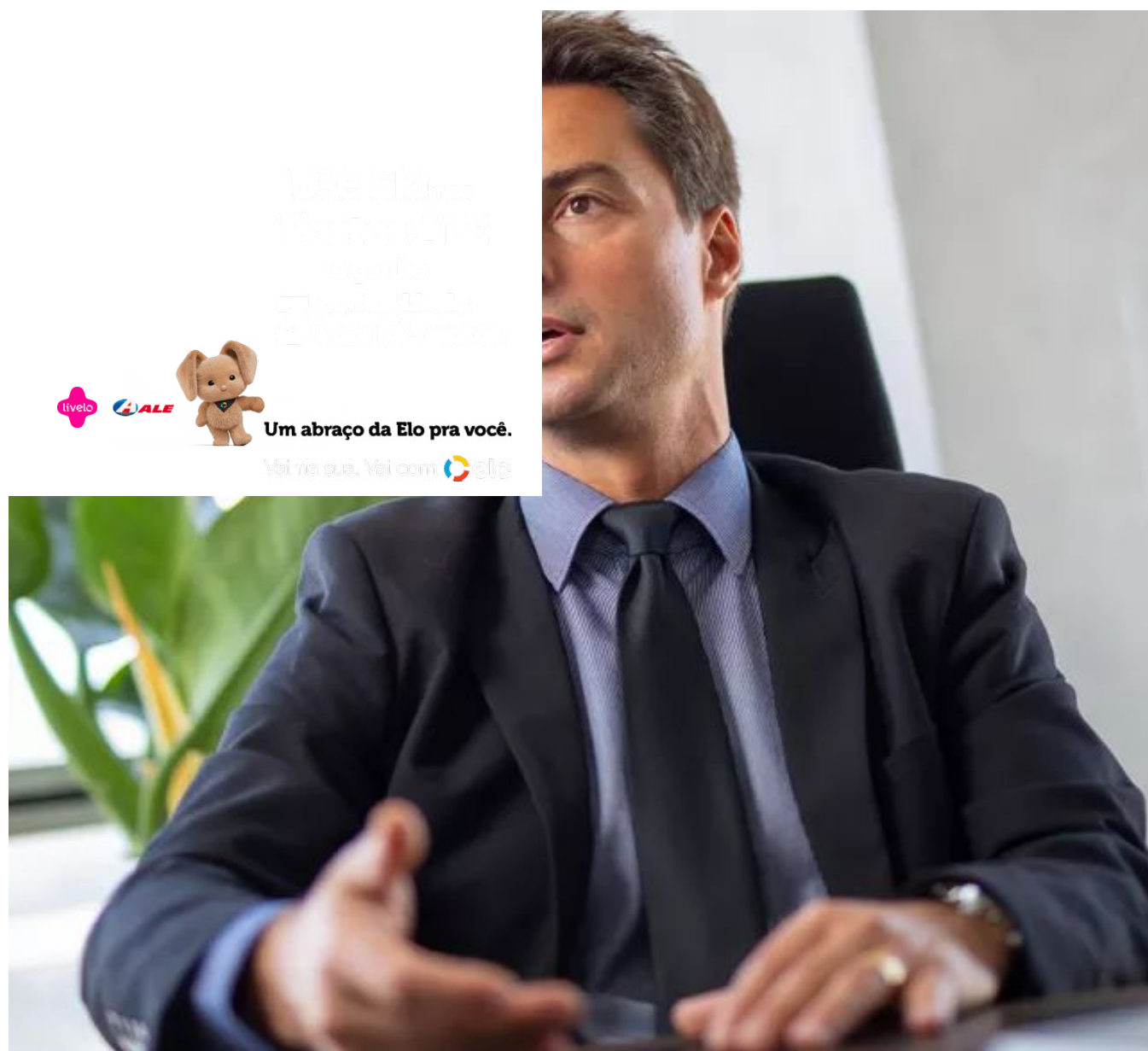
LINK PATROCINADO

TRF definirá qual ICMS deve ser excluído da CPRB

Desembargadores votam se deve ser retirado o imposto efetivamente pago ou o destacado na nota fiscal

Por **Laura Ignacio** — De São Paulo

11/01/2021 05h00 · Atualizado há 6 horas



Um abraço da Elo pra você.

Vai na sua. Vai com  Elo

TRF 1ª Região
 13.000/2019
 13.000/2019
 13.000/2019
 13.000/2019
 13.000/2019

A Corte Especial do Tribunal Regional Federal (TRF) da 4ª Região, que abrange a região Sul, poderá definir neste ano qual ICMS deve ser excluído do cálculo da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB): o efetivamente pago ou o destacado na nota fiscal. A questão é analisada por meio de incidente de arguição de inconstitucionalidade, o que obrigará todos os magistrados da região a seguir a decisão.

O julgamento ainda poderá servir de jurisprudência em outros tribunais da Justiça Federal (processo nº 5035825- 72.2017.4.04.00 00). Por ora, o placar na Corte Especial, que reúne os 15 desembargadores mais antigos, está favorável à Fazenda Nacional, em cinco votos a dois. O relator é o desembargador Roger Raupp Rios, que entendeu pela exclusão do ICMS destacado na nota - a favor do contribuinte.

Em 2019, em recursos repetitivos (tema 994), a 1ª Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu pela exclusão do ICMS da base de cálculo da CPRB. Mas não entrou no mérito de qual imposto estadual deve ser retirado.

No TRF sediado em Porto Alegre, o que mais chamou a atenção dos tributaristas foi o voto do desembargador e jurista Leandro Paulsen. Ele abriu a divergência, votando a favor do Fisco.

“Mas os demais que o seguiram foram os desembargadores da turma penal, não das turmas tributárias, o que traz expectativa de uma reviravolta”, afirma o tributarista Rafael Nichele, que defende a Multinjet Tecnologia em Metalização, parte no julgamento do TRF.

Para Nichele, a determinação da Solução de Consulta da Receita Federal nº 13, de 2018, que orienta a exclusão do ICMS efetivamente pago (valor menor) do cálculo do PIS e da Cofins, não é aplicável à CPRB. “O regime jurídico da CPRB, estabelecido pela Lei nº 12.546, de 2011, é cumulativo e excepcional”, diz.

O advogado acrescenta que ambas as turmas tributárias do TRF da 4ª Região têm afastado a aplicação da solução de consulta em relação ao PIS e a Cofins. “A

exigência de excluir o ICMS pago implica tributar, por via oblíqua e maldosamente disfarçada, os benefícios fiscais de ICMS concedidos pelos Estados”, afirma.

Letícia Geremia Balestro, procuradora-chefe da Divisão de Acompanhamento Especial da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) da 4ª Região, entende, porém, que sequer o ICMS efetivamente pago deve ser retirado da CPRB. Ela lembra que o Plenário Virtual do Supremo Tribunal Federal (STF) chegou a proferir seis votos - três contra e três a favor - sobre a exclusão do ICMS do cálculo da CPRB. O julgamento foi suspenso porque o ministro Dias Toffoli pediu vista (RE 1187264).

“A principal tese da Fazenda é que o julgamento do ICMS no PIS/Cofins não se aplica à CPRB, porque esta é própria de benefício fiscal”, afirma Letícia. “Contudo, como já há sete votos no TRF, defendemos que se retire o ICMS efetivamente devido porque o ICMS é não cumulativo. Assim, o imposto da entrada deve ser abatido do imposto da saída.”

A procuradora destaca a importância do julgamento do TRF da 4ª Região sobre o tema porque ao determinar a exclusão do ICMS do cálculo do PIS e da Cofins, em 2017, o STF não definiu qual ICMS deve ser subtraído. Ainda há embargos da PGFN pendentes de julgamento no caso. “Se o Supremo não abordar esse aspecto e o STJ imputar a matéria como constitucional, quem deverá enfrentar o tema serão os TRFs”, diz.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Super oferta! Tênis masculino R\$199,90

QG WEB SHOP

LINK PATROCINADO

Cama Box Casal Colchão Molas Luxor Marrom / Branco 138x188x62cm

AMERICANAS.COM

LINK PATROCINADO

Adeus dor no joelho! Segredo Japonês renova cartilagem de idosa.

OKINA

LINK PATROCINADO